

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

Diretor: Reitor MURILO GUIMARÃES
Diretor-Assistente: Prof. NEWTON SUCUPIRA
Secretário: Prof. CÉSAR LEAL

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. *Aluizio Bezerra Coutinho*
Prof. *Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio*
Prof. *Evaldo Bezerra Coutinho*
Prof. *Francisco de Albuquerque Barbosa*
Prof. *Guilherme de Albuquerque Martins*
Prof. *José Cavalcanti de Sá Barreto*
Prof. *Gilberto Osório de Andrade*
Prof. *Luiz Ferreyra dos Santos*
Prof. *Lourival Vilanova*
Prof. *Arnaldo Barbalho*
Prof. *Maria do Carmo Tavares de Miranda*
Prof. *José Lourenço de Lima*

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Prof. *Luiz Delgado*
Prof. *Gláucio Veiga*
Prof. *Nilo Pereira*

Estudos universitários; revista de cultura [da] Universidade Federal de Pernambuco [v.]-1- jul./set.— , 1962— Recife, Universidade Federal de Pernambuco [Imprensa Universitária] 1962—

v. em trimestral

De jul. 1962 até agô. 1964 foi publicada sob o título Estudos universitários; revista de cultura da Universidade [do] Recife.

Diretor: 1962-agô. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. 1964-set. Murilo Humberto de Barros Guimarães e Newton Sucupira.

1. Educação superior — periódicos. I. Título.

378.5 (CDD 16. ed.)

U.F.Pe.

378.4 (813.41) (05) CDU

SD-BC 62-1278/rev.

A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SERVIÇO DE DOC. BIBLIOTECA CENTRAL
RUA DO AMOZILHO — LONDEIRO
RECIFE - PERNAMBUCO - BRASIL

2232

19-9-69

Livros, cartas e pedidos de assinatura devem ser enviados para:
ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS —
Rua Gervásio Pires, 674 —
Recife — Pernambuco — Brasil

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

ENSAIOS

- Immanuel Velikovsky e o “neo-catastrofismo” — *Gilberto Osório de Andrade* 7
- A terra e o homem do Nordeste — *Manuel Correia de Andrade* 43
- Economia e Direito: uma revisão do problema — *Nelson Saldanha* 61
- O Direito Penal e as Ciências do Homem — *Everardo da Cunha Luna* 75
- Indústria e Trópico — *Marco Aurélio de Alcântara* ... 83
- Ascenso Ferreira: alguns aspectos de sua lírica — *César Leal* 99
- Instinto e Cultura — *Pessoa de Moraes* 109
- Teoria do Desenvolvimento Econômico — *Pinto Ferreira* 123
- Situação e necessidades da Educação e sentido da ajuda educacional na América Latina — *Tarcísio Rêgo Quirino* 141

ESTUDOS

- Associações Internacionais — *Palhares Moreira Reis* .. 157

POESIA DOS NOVOS

- Cancioneiro — *Marcus Accioly* 179

COLABORADORES

GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE

Geógrafo, professor catedrático de Geografia Física da Universidade Federal de Pernambuco. Autor de numerosos ensaios sobre temas de sua especialidade.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Professor catedrático de Geografia Económica da Universidade Federal de Pernambuco. Cursos de especialização nas Universidades do Rio de Janeiro e de Paris.

NELSON SALDANHA

Professor-adjunto de Teoria Geral do Estado e Livre-Docente de Direito Constitucional da Universidade Federal de Pernambuco.

EVERARDO DA CUNHA LUNA

Professor catedrático de Direito Penal da Universidade Federal de Pernambuco. Tem publicado numerosos ensaios sobre sua especialidade em revistas de cultura.

MARCO AURÉLIO DE ALCÂNTARA

Jornalista. Redator de assuntos económicos do "Diário de Pernambuco", diretor da FUNDINOR.

CÉSAR LEAL

Poeta e crítico de poesia. Professor de Teoria da Literatura da Universidade Federal de Pernambuco.

PESSOA DE MORAIS

Regente da cátedra de Metodologia da Pesquisa Social da Universidade Federal de Pernambuco. Membro da Associação Latino Americana de Sociologia.

PINTO FERREIRA

Professor catedrático de Direito Constitucional e de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Tem numerosos livros publicados, inclusive um estudo interpretativo da literatura brasileira.

TARCÍSIO RÊGO QUIRINO

Professor de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Cursos de especialização na Alemanha.

PALHARES MOREIRA REIS

Professor-assistente de Ciência Política e de Direito Constitucional da Universidade Federal de Pernambuco. Diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos do Recife.

MARCUS ACCIOLY

Poeta da novíssima geração, começou a publicar seus primeiros poemas em 1967, no suplemento Literário do "Diário de Pernambuco". É estudante de Direito.

IMMANUEL VELIKOVSKY E O "NÉO-CATASTROFISMO" (*)

GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE

"L'épanouissement de l'écumène a couvert une fraction infime de la durée. La répétition des calamités naturelles nous avertit que la menace d'un déchainement des énergies cosmiques plane toujours sur lui. Le règne de l'homme passera; il se résorbera dans le Cosmos. Il aura du moins été la conscience de l'Univers: un éclair entre des abîmes d'ombre."

Max. SORRE

Quando dizemos que a geologia moderna data de pouco mais de um século queremos significar com isso que o ato declaratório de sua maioridade científica foi a postulação de que "o presente é a chave do passado". Foi a partir daí, com efeito, que ela se assegurou ao mesmo tempo numa nova perspectiva temporal e dum método novo. A nova perspectiva rompia finalmente as acanhadas barreiras da cronologia bíblica. Quanto ao método, fundava-se no princípio de que a reconstituição da história da Terra podia ser empreendida por analogia com o que se apreende da observação direta.

Chamou-se a essa doutrina de "uniformitarianismo", ou "de permanência das leis da natureza", ou ainda, mais recentemente, de "atualismo" ou "princípio das causas atuais". Fôra formulada desde 1785 pelo químico e geólogo de Edimburgo, James Hutton, cuja obra, *Theory of the Earth*, veio a ser laboriosamente refundida e mais de uma vez republicada até 1802 por seu discípulo John Playfair, matemático e geólogo

(*) Aula inaugural dos cursos da Faculdade de Filosofia do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), em 5 de março de 1968.

Ainda no século XVIII essa cronologia era pouco menos do que dogmática. Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, julgara entrever antes de Lamarck que os seres vivos vinham se transmutando por adaptações e hereditariedade ao longo de toda uma demorada luta pela vida; da duração dessa luta procurara fazer uma idéia calculando a idade da Terra pela velocidade de resfriamento duma hipotética esfera metálica das mesmas dimensões, previamente aquecida ao rubro; achara 74.832 anos, isto é, quase treze vezes mais do que pontificara Ussher. Mas não tardou que Buffon fôsse compelido a se desdizer por escrito, por meio duma retratação ainda mais categórica do que a de Galileu: "Abro mão de tudo quanto afirmei no meu livro (*Époques de la Nature*, 1778) a respeito da formação da Terra e, em geral, de tudo o que contrarie a narração de Moisés".

Afinal no século XIX o uniformitarianismo acabaria de quebrar as limitações do tempo bíblico. Tendo verificado que no presente determinados efeitos são produzidos por determinadas causas, Lyell postulara que efeitos semelhantes no passado tinham sido devidos a essas mesmas causas. E como no presente os eventos, na sua esmagadora maioria, são tão lentos que não se podem medir sequer pela escala da história dos povos, cumpria dilatar sem mais vacilações o cômputo cronológico da Terra.

Na medida em que isso importava em asseverar que as mudanças do passado devem ser avaliadas, como graduais, pela extensão e pela intensidade das mudanças observadas no presente, Lyell negava até mesmo que pudessem ter havido causas sequer mais potentes do que hoje. O dilúvio bíblico não fôra uma catástrofe geológica, mas uma enchente local, no vale do Eufrates, afetando somente a Mesopotâmia. Nem houvera, portanto, um dilúvio universal, do qual tivesse resultado como definitiva e imutável a face atual da Terra, nem, muito menos, os outros dilúvios mercê dos quais os "diluvianistas", em moda nos dois primeiros têrços do século XIX, experimentavam rompos remotos podia ser explicada por forças naturais que se mantinham ativas, de sorte que nunca agiram outras forças, no passado, diversas das que atuam hoje.

Nada justificava imaginar, portanto, grossas comoções como aquelas fantasiadas pelos "netunistas" sectários de Abraham Gottlieb Werner (1749-1817), o fundador da mineralogia. Os netunistas segundo os quais a crosta primitiva da Terra fôra desmantelada e dissolvida num oceano universal, de modo que todas as rochas existentes teriam sido precipitadas nágua, à maneira dum flúido caótico. Nem como as figuradas pelos "plutonistas" de Nicolas Desmarest (1782-1815), que atribuíam a formação das rochas à ação do fogo interno, e não da água, e que por isso mesmo são chamados "os pais da vulcanologia". Nem ainda como as doutrinas dos diluvianistas da companhia de Jean-André Deluc, William Buckland, Adam Sedgwick e Élie de Beaumont, junto com os norteamericanos J. Peter Lesley e Henry e William Rogers, que viam uma repetição do dilúvio em cada cascalheiro entremeado de fósseis em desordem: documentos, segundo êles, de misteriosas enchentes catastróficas. Tão pouco se podia pretender que as montanhas se tivessem erguido abruptamente, ou que os grandes vales invariavelmente resultassem, quer de espetaculares episódios de fraturas e falhas, quer de escavação violenta por água diluvial.

Nada jamais houvera que se parecesse com isso. Tudo eram resultados duma lenta evolução. Extremamente demorada é a ação da atmosfera sobre as rochas superficiais da Terra, isto é, a ação do intemperismo. Os produtos desse intemperismo são paulatinamente conduzidos para o mar pelos rios, de sorte que cada porção continental é pachorrentamente degradada. Vagarosamente também vai se exaltando em seguida; o nível de base oceânico rebaixa-se devagar e o lento ataque atmosférico às rochas apenas recrudesce. A erosão volta a entalhar relêvos lentamente, as idades se escôam sem pressa, os desníveis são mais uma vez morosamente compensados. Tão pouco a pouco se elevaram como se reduzem as montanhas, tão devagar os litorais recuam para o mar como se deslocam terra adentro. Aqui e ali uma atividade vulcânica, ou sísmica, interfere com êsses processos preguiçosos. Mas o percentual dos seus desfechos é significativo apenas localmente, em espaços restritos, e nem de longe se compara com os generalizados e dominantes efeitos dos cursos d'água, do vento ou das vagas marinhas.

saber de catástrofes; detestava-as tanto na vida política da Europa como na da Terra". Além disso, era formado em direito: um advogado. De modo que, por deformação profissional de causídico, se teria antes empenhado em defender do que em comprovar sua teoria. Sustentando-a, dessarte, por *argumentum ex silentio*.

Fôsse como fôsse, o uniformitarianismo padecceu desde cêdo dum sem número de reservas mentais, mostrando-se o seu manejo como assás delicado. Quer quando experimentou a revisão de anteriores enfoques do catastrofismo, quer quando se aplicou à interpretação, no correr dêste século, de novos registos geológicos revelados, teve de reconhecer, quando nada, a significação daquilo que Baulig denominou "valores críticos". Não apenas valores de exacerbação tectônica, vulcânica, meteorológica, da "ordem natural das coisas"; como a explosão do Cracatôa no Oceano Índico (1883), ou o paroxismo do vulcão Mont Pelé na Martinica (1902); nem como os terremotos de 1960 que no Chile derruíram montanhas, abriram lagos novos e rebaixaram de 300 metros planaltos extensos; nem mesmo como a tempestade de insuspeitável violência que em 1953 arremessou o mar do Norte por cima dos diques da Holanda e esteve a ponto de varrer o país do mapa da Europa. Não apenas, repitamos, agravamentos episódicos de causas naturais atualmente conhecidas, mas "patamares além e aquém dos quais um mesmo fenômeno reveste aspectos diferentes". No seu terceiro livro — *Earth in Upheaval* — de cujo conteúdo nos ocupamos adiante, Velikovsky inventaria na bibliografia científica um número considerável de catastróficos registos dessa ordem, ou sejam os mesmos de que a geologia moderna, compenetradamente fiel à sua maioridade uniformitarianista, descarta-se sem maior exame depois de rotulá-los como enigmáticos.

Também no domínio do evolucionismo, perplexidades análogas às de Lyell assaltaram Darwin e continuaram assaltando as subsequentes escolas darwinistas. Mesmo tomada a vida como medida do tempo e dilatada enormemente, porisso, a geocronologia, a ponto de poder conter uma lenta sucessão das formas vivas, mesmo assim persistiram intervalos vazios no que concerne aos fósseis: ausência de numerosas variedades inter-

mediárias em tôda formação isolada e súbita aparição de grupos inteiros de espécies aparentadas. Lacunas paleontológicas, em suma, ocorrendo como se não poucas vêzes tivessem sobrevivido extermínios extraordinariamente subitos. Tudo isso é registado por Darwin, na *Origem das Espécies*, como compondo quadros dum "mistério inexplicável", mas sugerindo em verdade que a seleção natural foi ao mesmo tempo construtiva e destrutiva. Que a árvore genealógica de Lamarck não se desenvolveu num mundo indene a fatores extrínsecos, mas foi desgalhada e podada vez por outra. De sorte que espécies e gêneros não se teriam aniquilado só na luta pela vida, mas também sob o impacto de catástrofes.

Não tardou muito, com efeito, que o mutacionismo da escola genética anglo-saxônica do botânico holandês Hugo de Vries (1848-1935) lançasse uma primeira luz sôbre o problema. Embora não se propondo a substituir inteiramente a evolução lenta e contínua das espécies, introduziu a evidência de certas variações bruscas, completas e definitivas, sem relação alguma com a seleção natural. Estejam certos ou não os lamarquianos, que interpretam cada uma dessas mutações como uma "somação" de modificações imperceptíveis capazes de, atingido um ponto crítico, desencadear na célula germinal uma variação que se faz, dêsse modo, hereditária, o fato é que a teoria de de Vries pode explicar por que a duração da evolução de certos organismos foi mais curta do que a subentendida na tese transformista. Sabe-se hoje, além disso, que radiações excessivas, ou outros excitantes térmicos ou químicos, quando inflingidos em doses ou combinações anormais, têm efeitos genéticos. Na cratera que resultara da explosão do Cracatôa tôdas as formas de vida preexistentes fôram destruídas; mas quando, anos depois, os naturalistas se detiveram na observação de como a vida recomeçava ali, suprenderam espécies de pássaros e de borboletas que em nenhuma outra parte tinham sido jamais identificadas. Demonstra-se também modernamente que a transmutação de espécies em espécies novas pode ter sido causada por processos reproduzíveis em laboratórios. Foi como um laboratório, aliás, que o *atoll* de Biquine suportou, anos atrás, uma explosão atômica experimental cujos resultados biológicos, particularmente significativos, correram mundo através

do cinema. Tartarugas morrendo de fome e de fadiga dentro do arrecife por terem perdido, uma vez chegadas nêle, o sentido direcional que as faz volverem ao mar em seguida à desova. Uma espécie de pássaros, frequentadores do *atoll*, cujos ovos se tornaram infecundos, ao passo que aves de outra espécies adquiriram hábitos terrícolas, abrigando-se em tocas. E gerações de peixes dipneustas que abandonaram permanentemente a água e passaram a viver sôbre pequenos arbustos. Os geneticistas de agora já vão além das leis de Mendel sôbre a hereditariedade e mesmo além de de Vries: uma “genética da era atômica”, epígrafe que aparece nas listas de publicações científicas, constitui motivação progressiva de experimentadores modernos (v.g., C. Auerbach, *Genetics in the Atomic Age*, 1965).

“Grandes catástrofes do passado, sugere Velikovsky, acompanhadas de descargas elétricas e seguidas de radioatividade, puderam produzir mutações súbitas e múltiplas, análogas às obtidas hoje pelos experimentadores, mas numa escala imensa. O passado do homem, dos animais e das plantas precisa de ser considerado em função da explosão de Hiroshima, e não através das escotilhas da fragata *Beagle*”.

A teoria de Velikovsky, de que a Terra teria entrado uma ou mais de uma vez em contacto com massas cósmicas estranhas, não é absolutamente original, salvo naquilo de que, segundo está convencido, cataclismos dessa natureza ocorreram, inclusive, nos tempos históricos. O austríaco Hanns Hörbiger, o alemão Otto H. Muck e o anglo-russo Alexander Braghine — todos dêste século e todos excomungados pela ciência ortodoxa — tinham já sustentado teses semelhantes. Nenhuma delas, porém, com tamanha periculosidade para tantos conceitos fundamentais tranquilamente estabelecidos desde o século passado.

O primeiro livro de Velikovsky, *Worlds in Collision* (1950), suscitou uma emoção talvez sem precedentes na história da ciência. (*)

(*) Os originais de *Worlds in Collision* estiveram vários anos com The Mac-

Foi “uma verdadeira explosão de mau temperamento”, consigna um dos registros bibliográficos. Se houve quem o recebesse como “um dos livros mais significativos escritos desde a invenção da imprensa”, houve também quem o apostrofasse como sendo “o pior desde as origens da tipografia.”

Worlds propunha-se atrevidamente a contestar — com a ajuda da arqueologia, da história, das literaturas antigas e do folclore — a inalterabilidade do sistema solar durante bilhões de anos. Mesmo já nos tempos recentes a Terra participara dum espetacular drama cósmico em dois atos: o primeiro, há 34 ou 35 séculos, no penúltimo milênio A.C.; o segundo, no período de 776-678 A.C., ou seja, nos VIII e VII séculos do milênio imediatamente anterior à era cristã. Durante êsse segundo ato, por exemplo, e em aberta contradição com certas

millan Company, de Nova York, chegou a anunciá-los em sua lista de publicações programadas. Já então suscitaram, porém, uma tremenda campanha por parte de matemáticos e astrônomos que, segundo Velikovsky, não pareceriam mais dogmáticos se fôssem teólogos. O fato é que The Macmillan Company intimidou-se com as ameaças de boicote acadêmico de suas publicações caso editasse o livro, boicote contra o qual a imprensa reagiu classificando-o como “major assault on academie freedom”, isto é, como um atentado à liberdade acadêmica, “one of the most cherished rights of the nation’s teaching profession”; em suma, contra aquilo a que tradicionalmente chamamos de “liberdade de cátedra”. A essa tempestade de “criticismo denunciatório” e “históricos protestos” referiu-se mais tarde Velikovsky denunciando “guardiães do dogma (...) prontos sempre para espezinhar novas doutrinas, não com argumentos, mas com exorcismos, e degradando dessarte as corporações doutas aos olhos do grande público, que de modo algum acredita sejam a censura e a supressão necessárias para defender a verdade”. Se o livro era espúrio, bastava ignorá-lo “Nunca, na história da ciência, se vira um livro espúrio provocar uma tempestade de cólera entre membros de corporações científicas”. A razão parecia estar com Thomas Mann quando dissera que “somos mais predispostos a nos enraivecemos na oposição a alguma idéia quando não estamos perfeitamente seguros de nossa própria posição e nos sentimos tentados a passar para o outro lado”.

Final os editores ingleses Doubleday & Company, Inc., de Nova York, desprezando as pressões da ortodoxia científica que também contra êles se exerceram, lançaram *Worlds in Collision* em 1950 e seis anos mais tarde já tinham pôsto em circulação onze edições sucessivas. A primeira edição em francês (*Mondes en Colision*) é da Librairie Stock, Paris, 1951. Em 1964 a Companhia Melhoramentos de São Paulo editou uma versão brasileira (*Mundos em Colisão*) de Dirce de Moraes Bonilha.

O segundo livro de Velikovsky foi *Ages in Chaos*, em dois volumes, editados ainda por Doubleday & Company. Entre o lançamento do primeiro, em 1952, e o do segundo cinco anos depois, saiu a lume *Earth in Upheaval*, editado por Victor Gollancz Limited e Sidgwick and Jackson Limited, de Londres (1956). A versão francesa *Les Grands Bouleversements Terrestres* foi publicada pela Librairie Stock em 1955.

idéias estabelecidas, a glaciação quaternária ainda não se tinha encerrado definitivamente: os gêlos avançavam e o método do radiocarbono hoje revela que muitas geleiras alpinas atuais, pretensamente datadas de 25.000 anos e mais, instalavam-se a menos de quatro mil. Os polos magnéticos invertem-se, ondas de translação prodigiosas varreram os continentes e o nível do mar baixou, de súbito, centenas de metros.

Até bem pouco era a guerra, portanto, e não a paz, o que reinava no sistema solar, de sorte que Velikovsky reclama o reexame da tradicional concepção mecânica do universo. Porque dramáticas comoções de ordem física como aquelas só podiam ter sido causadas por agentes extra-terrestres, cuja natureza, não duvida Velikovsky, pode perfeitamente ser determinada.

Idades encerradas por mudanças cataclísmicas, insiste êle, são ilustradas na história de todos os povos da antiguidade. Não raro assinalando-se pelo advento de novos "sóis", chuvas de meteoritos e núvens de poeira extra-terrestre, além de bruscas modificações de duração do dia e da noite, documentadas em descompassos de clepsidras e quadrantes solares constatados pela arqueologia, dando reformas de calendários e revisões da contagem dos anos. Águas e terras ferveram, montanhas desmoronaram, abismos ragaram-se de chôfre, o mar fugiu das praias de repente para logo voltar sob a forma de vagalhões devastadores. Tudo isso coincidindo com tremendas sequências de batalhas no céu — eis uma amostra sumária dos portentosos acontecimentos cuja tradição recolheu Velikovsky, durante quase dez anos de pesquisa bibliográfica, paleográfica e folclórica. Recolheu dos etruscos, gregos, indus, persas, chineses, israelitas, assírios e babilônios. Recolheu igualmente dos incas, maias, aztecas, lapões, bálticos, polinésios, havaianos, indígenas do Brasil e selvagens da África.

Duas vêzes, então, nesses tempos históricos, o globo terrestre teria experimentado deslocamento por ter entrado em contacto com a cauda de cometas talvez. O sistema solar não teria tido sempre o mesmo número de planetas e a posição relativa de alguns se teria modificado. Venus — o membro do

sistema hoje mais visível no céu, a ponto de qualquer criança em idade escolar poder distingui-lo — faltava inteiramente na astronomia babilônica, a mais meticulosa de toda a antiguidade, como também faltava nas descrições do céu deixadas pelos antigos indus e pelos gregos antigos. Das tradições comparativamente prospectadas, julga Velikovsky deduzir que Vênus se originou de Júpiter, fazendo sua aparição primeiro como um enorme cometa — o *Tifon* de Apolodoro e de Estrabão — cuja cauda foi assimilada a uma enorme serpente celeste belicosa: assimilada simultaneamente nas narrativas mitológicas mediterrâneas e talmúdicas e em velhas pinturas da China, Pérsia, Assíria, Índia, Egito e México. Antes do nascimento de Venus, confere Velikovsky, tivera Júpiter uma evidência muito maior no firmamento. Tomado pelos gregos como o mais importante deus da hierarquia do Olimpo, não se pode explicar como essa categoria mitológica culminante fôsse atribuída a um planeta que agora está longe de ser um dos mais fáceis de descobrir no céu à vista desarmada.

O nascimento de Vênus teria desencadeado as catástrofes do segundo milênio antes de Cristo, no decurso das quais Moisés feriu o Egito com as dez pragas, conduziu os hebreus a pé enxuto através do mar Vermelho e fez com que as águas retornassem e afogassem os seus perseguidores: o fim do médio império dos faraós, isto é, da média idade do bronze dos egípcios, quando a Europa tinha apenas entrado no neolítico. Êsses e muitos outros prodígios bíblicos e portentos são arrolados por Velikovsky de tal modo, que mesmo quando a explicação de cada um não chega a convencer, a da sequela das causalidades invocadas faz-se impressionante. Velikovsky descobre mesmo réplica, na história de vários outros povos do Oriente e da América, daquela sobrenatural parada do sol e da lua que permitiu a Josué vingar os israelitas, em nome do Senhor, dos seus inimigos amorreus.

Entre o primeiro e o segundo atos do drama cósmico, Marte, Vênus e a Lua mudaram de lugar; as consequências disso projetam-se pelos séculos VIII e VII A.C. e abrangem os tempos de Osias, Acaz e Ezequias, consumando-se os imediatos efeitos terrestres do reajustamento interplanetário ao

tempo do avanço dos assírios sobre Jerusalém e da queda de Senaqueribe.

Aqui, porém, seria impraticável resumir sequer os resultados dessa extraordinária pesquisa histórica apoiada em densa trama interdisciplinar. Insistimos somente em que êsses resultados — cuja contestação documental Velikovsky tem repetidamente desafiado de quantos se escandalizam — representam, na mais inofensiva das hipóteses, uma aproximação inusitada com alguns dos maiores problemas dêste mundo e põem em séria dúvida a pretensa infalibilidade de certas leis da natureza.

Uma das motivações que acabaram por desvendar a Velikovsky essas perspectivas fôra o velho e pertinaz problema histórico de quando, em que época do Egito, acontecera o Êxodo. Ao concluir pela sincronização da moldura catastrófica dêsse episódio bíblico com o fim do médio império egípcio, a pesquisa arrolara contemporâneos desastres no Irã, Mesopotâmia, Síria, Palestina — a Ásia Menor inteira — e ainda no Cáucaso e nas cidades minóicas das ilhas do mar Egeu. Regiões tôdas essas, segundo apurou da colação dos textos e dos documentos arqueológicos, “simultânea e interativamente devastadas” pelo fogo, pelos terremotos, por derrames de lavas, pelo assalto de espantosos vagalhões marinhos e por mudanças radicais do clima. Troia, com efeito, seis ou sete vezes destruída, só da primeira o foi por Agamenon; tôdas as demais destruições, no curso do segundo e primeiro milênios antes da era cristã, foram causadas por paroxismos. As sempre renovadas investigações arqueológicas que ainda agora se fazem sobre o que resultou da gigantesca explosão que destruiu a ilha de Santorini, ao norte de Creta — muitas vezes mais violenta do que a duma bomba de hidrogênio —, conduzem à evidência de que fôra definitivamente destruído, com a ilha, o que ainda restava da brilhante civilização minóica, depois da qual sobreveio a micênica. Conjectura-se mesmo ter sido essa a catástrofe que Platão, valendo-se dos relatos de Sólon, referiu à Atlântida; na costa da Grécia há dois promontórios milenarmente conhecidos como “as colunas de Hércules” e a correção dum aparente erro de multiplicação por dez, que

teria sido cometido por Sólon, situaria a catástrofe nos anos da época do Êxodo.

Êsse período cataclísmico — período de repercussões, no globo, dum medonho drama celeste — foi reconstituído em *Worlds in Collision*, portanto, à custa da memória coletiva dos povos que dêle guardaram a tradição. Nêsse particular, aliás, vale-se Velikovsky de sua especialização como médico, isto é, de métodos psicológicos e psicanalíticos, para identificar, na vida desses povos, um fenômeno análogo ao do recalque individual, para o subconsciente, de lembranças terrificantes e testemunhos assustadores: o fenômeno da “amnésia coletiva.”

Os sacerdotes egípcios, exemplifica êle, de quem Sólon ouvira no século VI A.C. a narrativa de recentes catástrofes e conflagrações afetando vários povos, portavam-se como se estivessem esquecidos das que ao mesmo tempo tinham afligido o Egito. Fílon, “o Judeu” (20 A.C. — 54 D.C.), filósofo grego que se ocupou da exegese dos textos bíblicos, enumerou também vários acontecimentos dêsse gênero, mas omitiu por sua vez os simultâneos que se achavam descritos no Êxodo, nos *Números*, nos *Profetas* e no resto das Escrituras. É que, na medida em que a memória dêsses cataclismos apagou-se, isso não aconteceu por falta de tradições escritas, “mas por causa de certos processos característicos que mais tarde fizeram nações inteiras, juntamente com os seus intelectuais, fazerem alegorias ou metáforas nessas tradições, quando na verdade distúrbios cósmicos eram claramente descritos”. Por outro lado fulmina o pretenso caráter de “idéias pré-existentes”, atribuído por muitos à surpreendente similaridade de motivos folclóricos entre os mais diversos e mais distantes povos do mundo antigo. O que se exprime, sustenta, através das estórias dêsses povos primitivos, são não apenas símbolos de sua mitologia e de violações do código social, mas também representações míticas de anormalidades e catástrofes. De sorte que, sentenças que respeita a estas últimas, a similaridade de idéias reflete um conteúdo histórico do real. Se as tradições acerca de convulsões e catástrofes, encontradas em todos os povos, são geralmente desacreditadas, é porque a sociologia e a psicologia

gia social deixaram-se passivamente entorpecer e embotar pelo uniformitarianismo geológico e pela teoria da evolução.

Ao cenário assim montado em *Worlds in Collision* — um pano de fundo restaurado com fragmentos históricos das mais diversas procedências e retratando a história física do período — sucedeu-se, com *Ages in Chaos* (1952), um prosaísmo já agora de melhor claridade e maior movimento. O segundo livro de Velikovsky é a história política e cultural dos oitocentos anos que vão desde a fuga do Egito até Senaqueribe (678 A.C.) — e ainda um pouco além, até Alexandre da Macedônia, três e meio século mais tarde — aplicando-se particularmente a problemas de datação da história bíblica. Se *Worlds in Collision* quebrara, como diz Velikovsky, a complacente paz de espírito dos astrônomos e dos que didaticamente transmitem o que dêles aprendem, o primeiro volume de *Ages in Chaos* abriu uma segunda frente de batalha: batalha ainda maior aos historiadores que, também segundo Velikovsky, “têm ainda maiores dificuldades psicológicas para revêr os seus pontos de vista”. *Ages in Chaos*, com efeito, estabelece uma nova sequência cronológica para a história antiga, depois de comprovar que existe uma decalagem de mais de 600 anos na cronologia até hoje adotada para a história do Egito e para a das civilizações cujo passado foi cronometrado em harmonia com ela. Uma colação de documentos sobre sucessivas gerações durante doze séculos permitiu-lhe demonstrar que Jericó ainda não existia ao tempo em que os historiadores situam a chegada de Josué diante dos seus muros, de sorte que a menção desse episódio tem de avançar até uma geração além do fim do médio império egípcio. A esse respeito, e em abono da retificação de Velikovsky, diga-se de passagem que recentes datações arqueológicas obtidas pelo radiocarbono têm induzido correções da mesma amplitude na cronologia doutras civilizações da Ásia Menor; restos de madeira, por exemplo, encontrados na fortaleza de Alissar, abateram precisamente seis centúrias na cronologia estabelecida até então para os hititas.

Mais uma vez teremos de resistir aqui ao impulso de tentarmos amostras expressivas do que seja a fascinante leitura de *Ages in Chaos*. Digamos só que o pertinaz enigma da origem dos

hiosos é pôsto sob uma nova luz de aliciadora clareza. Outra laboriosa associação de detalhes arqueológicos, cronológicos e paleográficos faz quase indubitável que a famosa rainha de Sabá, que visitou Salomão com grande pompa, era a rainha egípcia Hatshepsut, sucessora de Tutmés I no trono dos faraós da décima oitava dinastia. Os navios e tesouros do templo de Jerusalém, despojos de sua destruição por Tutmés III, são praticamente identificados um por um nos desenhos dum mural do templo egípcio de Carnac.

O terceiro impacto de Velikovsky foi desferido, afinal, diretamente sobre os pressupostos de estabilidade e continuidade comuns à geologia e à teoria da evolução das espécies: um retorno ao tema de *World in Collision*, mas já agora em função de testemunhos geológicos e paleontológicos, em vez de documentos históricos. Propondo-se a demonstrar, sob esse novo ângulo, que as catástrofes teoricamente descritas no seu primeiro livro tiveram efetivamente lugar e romperam a lenta evolução, tanto da natureza inanimada, como da animada, *Earth in Upheaval* documenta igualmente a evidência histórica e literária do drama cósmico dos segundo e primeiro milênios antes de Cristo, através de sinais geologicamente timbrados na pre-história humana.

Worlds in Collision, com todo o seu insolente ceticismo acerca duma estabilidade da mecânica celeste fundada — desdenha Velikovsky — no prejuízo de que os astros são elétrica e magneticamente estéreis, tinha sido invectivado como sendo “o exemplo mais estupefaciente duma agressão dirigida contra conceitos registados e admitidos”. Parece, todavia, que os geólogos e os evolucionistas não têm o mesmo zelo cartorial e dogmático dos astrônomos, porque a reação provocada por *Earth in Upheaval* foi incomparavelmente mais discreta, ou mais tolerante. Em outras palavras, as coisas se passaram como se Lyell e Darwin fôssem menos tabus do que Isaac Newton.

Newton foi um matemático de gênio, porém conviria lembrar que morreu muito antes de Faraday ter desvendado o eletromagnetismo e de ter Maxwell fornecido a explicação teórica

das experiências de Faraday. Já nos cinquenta anos que imediatamente se seguiram a Lyell e Darwin, os raios X foram descoberto por Roentgen, a transmissão sem fio por Marconi, Freud compareceu com uma concepção nova do subconsciente e Pavlov com sua contribuição para a psicologia dos reflexos. Em 1896 — continua o inventário de Velikovsky — Becquerel descobriu a radioatividade e um ano depois Thomson anunciava que o átomo é divisível e constitui um verdadeiro microcosmo. Logo depois formulava Planck a teoria dos *quanta*, isto é, das energias propagadas sob a forma de parceladas emissões, e não em corrente contínua. No mesmo ano de Planck, as mutações de de Vries eram demonstradas. “Dêsse modo — resume — em pouco tempo e numa sequência de descobertas espetaculares, o mundo todo — matéria, energia, espécies vivas, alma humana — desdobrava-se em novos horizontes e mostrava que tudo se passa nêle sob a forma de vibração e transformação repetidas, de choques incessantes que afetam igualmente o macrocosmo, o microcosmo e até mesmo o mundo sutil do espírito”. Albert Einstein, de cujo convívio Velikovsky privou e com quem debateu miudamente as implicações teóricas dos fatos arrolados em *Earth in Upheaval*, dera a conhecer do mundo físico, desde 1905, uma concepção que exigira da inteligência humana perspectivas inteiramente novas. A época, portanto, das descobertas fundamentais não se esgotara nos fins do século XIX.

Velikovsky recusa-se, em face da moderna física atômica, a aceitar sem mais reservas a harmonia e a estabilidade ininterruptas. A teoria dos *quanta*, argumenta êle, descreve revoluções dramáticas no átomo, e o átomo é protótipo do sistema solar. Não é espúria, portanto, ou descabida uma teoria que pressuponha revoluções similares no macrocosmo. Revoluções, de resto, que não seriam “meros acidentes no tráfe-go celeste, mas fenômenos tão normais como o nascimento e a morte”.

O sistema solar não se move num universo vazio nem a terra se move num sistema infalível. Penetrando numa névem de poeira cósmica, ou de meteoritos, poderiam a Terra e sua atmosfera ser aquecidas por influência dessa massa. Se

isso pode acontecer, é também teoricamente possível que o impacto acarrete um deslocamento dos polos, ou uma modificação da inclinação do eixo, ou uma alteração da velocidade do movimento rotativo. Uma redução dessa velocidade, por exemplo, teria por si só consequências termodinâmicas catastróficas, gerando calor em todos os pontos do globo por conversão em energia térmica duma parte da energia motora.

Por outro lado a terra é um grande ímã e uma névem cósmica de poeira ou de gaz pode ser eletromagnética. Um campo magnético exterior que produzisse na terra efeitos térmicos deslocaria também o eixo desta e modificaria a velocidade da sua rotação. Quanto maior fôsse a carga do eletro-ímã, maior seria o calor capaz de evaporar oceanos, fazer jorrar o magma através de fissuras da crosta e vigorosamente ativar todos os vulcões. A frenagem do movimento rotatório, aliás, além de efeitos termodinâmicos, poderia produzir igualmente formas de energia elétrica, química, nuclear, tudo com a radiatividade consequente, que teria também efeitos térmicos.

Velikovsky convida-nos a admitirmos essas possibilidades como uma hipótese de trabalho. E o que aconteceria então? Reajustamentos da massa terrestre se fariam de forma cataclísmica. O globo inteiro estremeceria; seus envoltórios fluidos, por inércia, se resolveriam em furacões gigantescos e gigantescas vagas furiosas assaltando os continentes. A produção de calor extrairia dos mares e das terras enormes quantidades de vapôr que envolveria o planeta numa espessa cápsula de nebulosidade. Fundiria rochas, também, fazendo-as emergir das profundezas em derrames de lavas. Tonitroantes explosões vulcânicas arrojariam para a atmosfera bilhões de toneladas de rochas despedaçadas e pulverizadas; o vulcanismo submarino levantaria vagas de translação como aquelas que a explosão do Cracatôa fêz dar a volta à Terra várias vêzes. Montanhas se teriam elevado de planícies, deslocando-se, cavalgando outras montanhas, quebrando-se, desabando, basculando e esvaziando lagos, mudando curso de rios. Muitas florestas se teriam incendiado, outras submergido. Despojos de tôda a parte — rochas, plantas, animais — teriam podido ser arrebatados pelos vagalhões e furacões e misturadamente leva-

dos até longas distâncias. O desvio do eixo, ou o deslocamento dos polos, mudaria o clima em toda a parte. Poderiam começar a medrar corais na Terra Nova, figueiras mediterrâneas ao norte da Groelândia e luxuriantes florestas na Antártida.

A rotação da Terra faz-se, no equador, a cerca de 1.610 quilômetros por hora. Quando essa velocidade fôsse alterada de repente, quer para mais, quer para menos, a hidrosfera se convulsionaria. Se reduzida, diminuiria também a força centrífuga que intumesce os oceanos na zona equatorial e grandes vagas de translação e tempestades teriam corrido de viés para os polos e dado a volta à Terra, “levando renas e focas para os trópicos e os leões do deserto para o Ártico, rojando-se desde o equador até as cristas do Himaláia e pelas savanas africanas; rochas despedaçadas, montanhas derruídas se teriam espalhado por vastas regiões; rebanhos inteiros de animais teriam sido arrebatados pela onda até as planícies siberianas”.

Tudo isso lembra uma novela de ficção científica, do mesmo modo como *Ages in Chaos* parece uma história de detetive. O drama cósmico figurado em *Worlds in Collision* é reconstituído, como já assinalamos, à custa de muitas crônicas, sagas, livros sagrados, folclore, literatura clássica, velhos mapas e inscrições astronômicas, achados arqueológicos. Mas que documentos geológicos e paleontológicos haveria para ilustrar nas rochas catástrofes tamanhas? A resposta de Velikovsky é taxativa, depois de colecionar toda uma numerosa bibliografia no domínio das ciências da Terra: não há praticamente um meridiano nem um grau de latitude, afirma êle, que não apresente sinais de convulsões como essas, recentemente havidas nos tempos históricos como nas mais antigas idades geológicas.

Uma parte substancial dos sedimentos pelágicos está constituída de uma quantidade extraordinária de materiais de origem extra-terrestre. Quando se sabe que as poeiras cósmicas são tão raras atualmente que se faz mister detectá-las na neve dos altos cumes, tem-se de admitir que, no passado, pesadas núvens dêsses materiais foram precipitadas no planeta. Evi-

dências, com efeito, não apenas de meteoritos isolados, mas de verdadeiras rajadas açoitando a Terra, são as curiosas *bays* de Caroline, nos Estados Unidos: cerca de 500 grandes cicatrizes ovaladas, dispostas como resultantes do golpe desferido por um látego, ou pela serpente celeste enraivecida da mitologia antiga, ou pela cauda de um cometa, segundo Velikovsky. A antiguidade dessas cicatrizes foi avaliada: datam do Pleistoceno.

As literaturas hebráica e árabe, como muitas outras, estão cheias de referências a “desabamentos do céu” sob a forma de “chuvas de pedras”. Os *harras* da Arábia — extensões cada uma das quais cem vezes maior do que aquela que poderia ser coberta por blocos dispersados à custa duma explosão vulcânica moderna — jazem totalmente ocupadas por grandes estilhaços de rochas extra-terrestres, já desde muito identificadas como compostos de ferro meteorítico.

Vagalhões desmedidos, varrendo violentamente continentes e levando consigo o quanto encontraram na passagem, parecem um espetáculo difícil de conceber, mas há despojos assim removidos e abandonados nos sítios mais longínquos. Velikovsky inventaria, na bibliografia científica, referências a esqueletos de baleias encontrados longe do mar sobre altos montes. O enigma secular dos “blocos erráticos”, que a hipótese do transporte por *icebergs* jamais decifrou inteiramente, continua em aberto: rochas de origem distantes, movidas por uma força extraordinariamente potente, aparecem em muitos lugares da Terra, até mesmo na Antártida. Certos blocos, enormes, pesam mais de dez mil toneladas. Outros, com mais de 280 metros cúbicos, foram arrastados dos Alpes até os montes Jura. Das montanhas da Noruega derivaram para as Ilhas Britânicas e para a Alemanha. Da Filândia e através da Polônia chegaram até os Cárpatos e à região do Dom, perto de Moscou: todos como que empolgados por vagalhões enormes.

O que o diluvianista William Buckland tinha qualificado como *diluvium* (*Reliquae Diluvianae*, 1823) nas cavernas de Yorkshire são cascalheiros argilosos contendo uma amálgama de

fragmentos de ossos de diferentes faunas pleistocênicas, tropicais inclusive, acumulados em caótica desordem. Em vários lugares da península do Alasca a garimpagem pioneira e as modernas prospecções de veios auríferos puzeram muitas vezes à mostra o *muck*: uma massa congelada de árvores desenraizadas e quebradas em mistura com ossos de mamutes, bisões, mastodontes, cavalos. Não se encontra um esqueleto inteiro, embora muitas peças ósseas ainda retenham ligamentos de músculos, pele, pêlos e até restos de carne. Tudo se dispõe como se uma vaga imensa tivesse arrebatado, despedaçado, conduzido e abandonado afinal destroços de florestas inteiras e de milhões de cadáveres.

Massacres semelhantes documentam-se noutras partes do mundo. As ilhas Liacov e Nova Sibéria, em pleno Ártico ao norte da Ásia, são literalmente montões de restos de mamutes, rinocerontes lanudos e bisões, que alastram do mesmo modo o fundo do mar em derredor. A colossal quantidade de prêsas de mamute valeu-lhes o nome de "ilhas de marfim"; nenhum daqueles vegetarianos vorazes poderia ter provindo, vivo, da tundra siberiana atual, onde medram apenas líquens e relvas insignificantes. Mas estão todos confusamente amontoados juntamente com troncos de árvores arrancadas e deixadas ali como se projetadas do sul, isto é, da Sibéria. Na célebre fossa de asfalto de Rancho de La Brea (Califórnia), onde o tigre de dentes de sabre (*Smilodon*) foi encontrado pela primeira vez, uma outra desconcertante mistura de espécies extintas e atuais se manifesta: ossos e restos vegetais muito bem conservados, mas quebrados, torcidos, esmagados numa mesma amálgama revôlta.

Registos de hecatombes igualmente recentes são conhecidos em Plymouth, Gibraltar, Córsega, Sardenha, Sicília: peças ósseas de mamíferos do Quaternário, sempre sem qualquer relação com as respectivas posições nos esqueletos. De violento extermínio também — e não de extinção por degenerescência e seleção natural — dão testemunho as pedreiras de Agata Springs, Nebraska (E.E.U.), evidenciando arrasto e deposição por água impetuosa. Em Neukoln, na Alemanha, um desses quebra-cabêças da teoria evolucionista se propõe de modo

particularmente provocante: faunas de clima boreal, sem verão, e de clima temperado com verão quente aparecem heterogeneamente confundidas. Ainda na Alemanha, o linhito de Geosetal é um carvão originado em circunstâncias catastróficas: ocorrem nêle animais e vegetais varridos de Madagáscar, da Indonésia, da Austrália e da costa americana do Atlântico. E há ossuários pleistocênicos na China do Norte em que essa desordem reproduz-se: espécies de *tundra*, de estepe, de savanas tropicais, cujos restos jazem confundidos sem que se possa conceber tenham vivido juntas.

Até aí, enigmas paleontológicos. Mas o paleomagnetismo concorre também com sua quota de assombros.

Conhece-se o valor do magnetismo terrestre, mas também se conhecem rochas que, no globo, aparentam ter recebido cargas magnéticas dez, cinquenta e até cem vezes maiores; sem a consideração de que a Terra tenha algum dia penetrado num campo magnético estranho, não parece possível explicar êsse excesso. Mas ainda: o geomagnetismo vem revelando a todo instante formações rochosas com polarização invertida. A condição magnética e a respectiva orientação dos polos imprimem-se nas rochas quando estas alcançam, no curso dum resfriamento, temperatura abaixo dos 580°C; nêsse momento adquirem a carga e a orientação do campo magnético em presença do qual se encontram. Como entender, então, que existam rochas, não só mais fortemente carregadas, mas também com polarização invertida? Velikovsky não vacila em deduzir daí que a Terra teve o seu campo magnético numerosas vezes invertido. E como de algum modo êsse campo está relacionado com a rotação terrestre, aquelas anomalias reforçam outras suspeitas de deslocamentos do eixo. E pergunta: quando se teriam invertido os polos magnéticos pela última vez? A orientação paleomagnética da cerâmica arqueológica dos etruscos e gregos autoriza-o a situar êsse momento no fim do século VIII A.C., isto é: precisamente no segundo ato do drama cósmico descrito em *Worlds in Collision*, período durante o qual as tradições mediterrânea, oriental e mexicana referem coincidentemente que o movimento do sol pareceu inverter-se. A cerâmica arqueológica da Etrúria e da Hélade se apresenta, aliás,

como se a Grécia e a Itália estivessem então mais perto do polo magnético sul do que do norte.

Um daqueles “valores críticos” que os uniformitarianistas herdaram a contragosto do catastrofismo de Élie de Beaumont é a notoriedade estrutural de certos paroxismos da orogênese alpina: movimentação de gigantescas massas soerguidas, impelidas para diante, deslocadas através de vales, cavalcando formações mais recentes. Isso durante a pré-história e ainda durante os tempos já históricos, porquanto existem habitações paleolíticas a uma altitude de 2.445 metros, inhabitável, decerto, para o homem primitivo, e lagos esvasiados por convulsões orogênicas alpinas no Holoceno. Também não foram precisas dezenas ou centenas de milhões de anos para elevar o Himaláia à sua altura atual; restos paleolíticos que aparecem atualmente a 1.500 e mais metros de altitude permitem estimar que na idade do homem, durante as últimas fases da Idade do Gêlo, montanhas houve ali que se altearam pelo menos mil metros.

Nenhuma força interior, afirma Velikovsky, poderia desencadear uma movimentação igual. Não se conhecem causas físicas, naturais da Terra, potentes bastante para produzir tais comoções. Ao seu vêr, trata-se mais uma vez da interferência de agentes extra-terrestres. Capazes de provocar torsões, aliás, tão violentas que irresistivelmente se recái na hipótese de perturbações da rotação e da revolução do planeta.

Também os modernos estudos da orogênese andina fortalecem a opinião de que o tectonismo tem se manifestado bruscamente ainda em tempos recentes. A estranha cidade megalítica de Tiauanaco, cujos construtores são desconhecidos, foi surpreendida misteriosamente deserta a 3.800 metros de altitude, não longe do lago Titicaca, num altiplano inhóspito e quase estéril, onde nenhuma população se poderia adensar, muito menos organizando-se em comunidade urbana. Um dos seus descobridores, Clemens Markham (*The Incas of Peru*, 1910), foi desde logo inclinado a suspeitar de que a montanha se exaltara depois de construída a cidade; mas já então o uniformitarianismo se instalara nas especulações tectônicas e

estruturais, de modo que a idéia foi posta de lado, como espúria, e não se ofereceu até hoje qualquer outra explicação aceitável. Se o altiplano estivesse 600 a 1.000 metros mais baixo, o milho poderia ser cultivado na bacia do Titicaca e Tiauanaco poderia ser abastecida.

Mistérios equivalentes sucedem-se noutras partes dos Andes peruanos. As fortalezas de Olantaitambo e Olantaparubo, pré-incáicas, são ambas construídas com pedras ciclópicas. Os blocos das muralhas de Olantaitambo provêm duma pedreira a onze quilômetros de distância. Uma e outra fortalezas levantam-se numa inhabitável região de precipícios, vales escarpados, espelhos de falhas que mal ofereceriam simples pontos de apôio ao pé dum experimentado alpinista. Nada obstante, os enormes blocos teriam sido descidos por vertentes abruptas, carregados em balsas através de rios erçados de corredeiras espumantes e finalmente erguidos, escarpas acima, até o local da construção. “Um enigma — sublinha Velikovsky — que os arqueólogos sentem ser impossível resolver”, a menos que a topografia fôsse diferente na época da construção. Essa época, aliás, foi determinada pelo radiocarbono: Tiauanaco data de cerca de 4.000 anos; se subiu com a montanha, a elevação dos Andes não se consumou, portanto, como muitos pretendem, ainda no Terciário, há um milhão de anos.

A África é um continente literalmente fendido ao longo do meridiano. A Grande Fratura africana abre-se da Síria, na Ásia Menor, até o Zambese, a 28°S: distância equivalente a dois têrços da que vai de um polo a outro da Terra. Que força pode ser concebida, na tectônica terrestre, capaz de produzir uma tensão bastante para fazer estalar uma massa continental? Das suas consultas bibliográficas Velikovsky colheu informações de que a tradição dos povos africanos guarda a lembrança de convulsões recentes ao longo da Grande Fratura. Isso significaria que foi reativada no fim da Idade do Gêlo, isto é: durante o primeiro ato do drama cósmico de *Worlds in Collision*. Tradições clássicas mediterrâneas referem também ao neolítico episódios tais como o despedaçamento do Atlas e o esvasiamento catastrófico dum grande lago vizinho, onde o Saara acabou por se alastrar. Efeitos de seismos e de vulca-

nismo do passado, insiste Velikovsky, não podem ser estimados pelos correspondentes efeitos no presente. Eram duma outra ordem de grandeza, tal como aparecem timbrados em quase tôdas as estruturas montanhosas. Diante de sua antiga violência — tão espantosa que a imaginação se recusa a aceitar — os terremotos atuais são como brinquedos de criança. Brinquedos de criança teriam sido até mesmo catástrofes vulcânicas como a do Cracatôa, no estreito de Sonda, que em 1883 espalhou escombros incandescentes sôbre uma área do tamanho da Bahia; ou a do Bandái, no Japão, que cinco anos depois fez saltar pelos ares três bilhões de toneladas de rochas. Nada disso se assemelha ao derrame de lavas e metais em fusão que recobriram meio milhão de quilômetros quadrados do planalto de Columbia, a noroeste dos Estados Unidos, com uma espessura de mais de um quilômetro e meio, quando já existiam habitantes humanos na região: derrame que se propagou como um dilúvio de rochas incandescentes, devorando florestas, enchendo vales, evaporando lagos e galgando sempre mais e mais encostas de montanhas. Duma ordem de grandeza extra-terrestre foram também as fôrças que abriram a fossa indo-gangética, fizeram irromper possantes diques na África do Sul e na bacia do Paraná, recobriram de lava os desertos triássicos do sul do Brasil, os 650.000 quilômetros quadrados do Decã, na Índia, e grande parte do fundo do Pacífico.

Comparando estatísticas remotas e recentes, Velikovsky assinala que tanto o vulcanismo como as tensões responsáveis pelos terremotos estão agora em face de redução progressiva. Parece-lhe mesmo que sofreram, logo depois do drama cósmico, uma brusca redução, como se causas extra-terrestres tivessem deixado de atuar. É, com efeito, significativamente numeroso o inventário dos seismos referidos nos anais romanos, nas tábuas babilônicas e, em geral, nas crônicas do Oriente e da idade clássica. Essa moderação de quantidade e qualidade exprime-se também pelo fato de que há cinco ou seis centúrias atrás eram ainda vigorosamente ativos muitos vulcões hoje extintos. Igualmente os cometas, refere êle, são muito mais numerosos e frequentes nas menções históricas do que presentemente. Sabe-se hoje não só que aparecem de improviso, com que se desintegram

com relativa rapidez, porisso que pela cauda emitem e perdem matéria. Tiveram atividade considerável ainda nos tempos históricos, mas atualmente seu número decresce no sistema solar.

Necessariamente associadas a episódios de violência tectônica dêsse modo entrevistos, as variações do nível do mar tão pouco terão sido sempre lentas e imperceptíveis. Um dos problemas cruciantes, ainda hoje, da morfologia submarina são os *canyons* escavados em plataformas continentais como prolongamentos afogados de antigos vales fluviais, até, por vêzes, mais de três mil metros abaixo do nível do mar. Teria o mar baixado ou o continente subido? Já Cuvier sustentara como não graduais, mas catastróficas, certas transgressões e regressões marinhas. Da subitaneidade de recuos do mar dão testemunho aparente cemitérios de faunas subaquáticas inteiras, colhidas pela morte e imediatamente fossilizadas, tal como se manifesta em moldes onde persistiram os menores detalhes anatômicos e mesmo a côr e o brilho de escamas, de epidermes e até da quitina de certos insetos. Os peixes fósseis das formações Crato e Santana do Araripe cearense, encontrados em número verdadeiramente extraordinário no interior de concreções calcárias, incluem-se nessas evidências de total extermínio catastrófico. No mar do Norte há florestas submergidas, de árvores erectas. Perto da Groelândia e ao largo da costa oriental da América do Norte repete-se a submersão. Julga Velikovsky que há cêrca de 3.500 anos — quando da sequência das catástrofes que puzeram têrmo ao médio império egípcio — houve um rebaixamento brusco do oceano. A partir de então o nível dos mares vem subindo lentamente; mas da subitaneidade da regressão anterior dá testemunho o fato de não terem ficado linhas litorais intermediárias.

Certo dia, há uns poucos milhares de anos atrás, pesados mamutes pastavam pachorrentamente numa vasta região de clima temperado, colhendo fôlhas de arbustos e ramagens de árvores. De repente, a temperatura caiu verticalmente e foram todos instantânea e maciçamente congeladas: tão instantaneamente como nenhum frigorífico moderno pode fazê-lo em relação a um boi esfolado e desventrado, quanto mais a uma massa de pêlos, carne, entranhas e ossos pesando quatro tone-

ladas. A carne desses animais pré-históricos, cuja imagem o homem paleolítico desenhou nas paredes das cavernas, serviu durante séculos de alimento a matilhas de cães e mesmo a caçadores de marfim siberiano. Investigações bioquímicas modernas revelam a ausência, em todos os tecidos do mamute, de células apresentando qualquer alteração prenunciadora de decomposição. Também nunca foram degelados desde quando morreram. Consta que o primeiro ministro Nikita Krushev, da União Soviética, brindou certa vez convivas seus, num banquete no Kremlin, com “filé de mamute à la Berezovka”. Berezovka, nome de rio, assinala um dos lugares da *tundra* nortiorienta da Sibéria em que mamutes inteiros têm sido revelados a cientistas atônitos desde 1799. Alguns desses proboscídios são encontrados de pé; outros derreados sobre as patas trazeiras; um deles, exumado em 1902 por E. W. Pfizenmayer (*Les Mammouths de Sibérie*, 1939), estava sentado e tinha uma das patas dianteiras levantada: instantaneamente congelados nessa posição.

Os cadáveres de mamutes siberianos têm geralmente no estômago e na boca fôlhas não digeridas de espécies vegetais que não se encontram hoje a menos de 1.600 quilômetros ao sul, no interior da Ásia. A região onde pastavam quando foram catastróficamente eliminados é hoje uma *tundra* deserta, desolada e vazia, onde a primeira impressão que se experimenta é a de que a vida deixou totalmente de existir.

O mamute era contemporâneo do homem paleolítico, que o caçou, o comeu e, quem sabe, talvez o tenha até domesticado. Como explicar a mudança catastrófica do clima? O episódio siberiano é datado do fim do último período glacial. Isso significa que a máxima dilatação da calota polar ártica, durante o Pleistoceno, jamais tinha atingido as planícies da Sibéria do norte. E aí está outro enigma deixado sem resposta: embora a glaciação tenha-se estendido pela América do Norte até o paralelo de Nova York e pela Europa central e ocidental até os Pireneus — até, portanto, cerca de cinquenta graus do polo norte — não recobriu a Sibéria nortiorienta, onde o mamute só veio a ser congelado quando a calota glacial já estava em recuo. Nem a Sibéria, aliás, nem o norte da Groenlândia, nem

as ilhas do arquipélago ártico, nem o interior do Alasca. Por que tinham ficado isentas da glaciação essas regiões hoje todas contidas dentro do círculo polar?

A paleoclimatologia, a paleobotânica e a glaciologia — três ciências da Terra com notáveis progressos nêstes últimos decênios — põem a todo o momento em xeque o uniformitarianismo. A paleoclimatologia, sobretudo, engrossa dia a dia uma coleção de questões não resolvidas, se não mesmo insolúveis, pelo menos à custa do princípio das causas atuais. Houve climas antigos que não estão representados de modo algum hoje na Terra. Tiveram manifestamente durante o Pleistoceno não só uma distribuição como também uma “natureza” que não correspondem à dos climas atuais. Do mesmo modo, vários processos morfogenéticos regidos por aqueles paleoclimas — estereotipados em efeitos sedimentares, estratigráficos e geomorfológicos — não têm similares nos processos de hoje.

O estudo dos aneis de desenvolvimento das sequoias manifesta bruscas mudanças climáticas há cerca de 3.200 anos, época do segundo ato do drama descrito em *Worlds in Collision*. Pesquisas arqueológicas na Europa central têm determinado que data desse tempo uma súbita dispersão de numerosas populações palafíticas, com imediato retôrno ao nomadismo.

¹¹ Velikovsky atribuiu ênfase especial às catástrofes climáticas da idade do homem, mas não é só no Quaternário que radicais mudanças de clima se revelam. Corais de mares tropicais, para os quais o Mediterrâneo sub-tropical de hoje é proibitivamente frio, aparecem sob a forma de recifes fósseis, recobertos de neve, no Alasca, no Canadá, na Groenlândia e em Spitzberg. Nesta última ilha, a 78°56'N ou seja, a onze graus do polo, onde a noite polar é de quase seis meses, jazidas de carvão se formaram a partir de grandes florestas tropicais, e o mesmo se vai revelando recentemente sob os espessos gêlos “eternos” do continente antártico. Floras fósseis subtropicais e temperadas são conhecidas também no Canadá ártico como na Groenlândia. Dezenas de hipóteses — astronômicas, geológicas, atmosféricas — têm sido experimentadas sem sucesso para explicar o enigmático esquema desses paleo-

climas. No livro *Earth in Upheaval* detém-se Velikovsky na análise das principais, para concluir que somente mudanças radicais na posição do eixo, ou na forma da órbita da Terra, ou ainda numa e noutra, poderiam ter acarretado aqueles resultados. Dessas hipóteses recolhe êle apenas, como comum a tôdas, a referência ao fato de que qualquer das quatro grandes glaciações reconhecidas na história da Terra teria exigido uma formidável subtração d'água aos oceanos, por uma evaporação tão potente que as coisas se passaram como se a Terra se tivesse aquecido dentro dum alto forno. Velikovsky não vê como se possa imaginar, para êsse aquecimento, agentes que não sejam estranhos à Terra mesma: tão estranhos, isto é, tão extra-terrestres, como os que teriam sido necessários para desviar o eixo ou deslocar os polos. Aliás o renomado geofísico William Jeffreys, da Universidade de Cambridge, não tem dúvidas de que, de acôrdo com a sua famosa teoria da fricção das marés (*The Earth, its Origin, History and Physical Constitution*, 1929), alguma vez variou a inclinação do eixo. O deslocamento dos polos geográficos — importando não em variação da inclinação, mas em deslocamento do eixo de um corpo em rotação — tem sido uma possibilidade negada pelos físicos e matemáticos e substituída tentativamente pela teoria das translações continentais (teoria de Wegener). Esta, porém, por sua vez, jamais pode identificar na Terra forças realmente capazes de comandar a deriva de massas continentais. Seria, pois, no universo celeste — entende Velikovsky — que os glaciologistas deveriam procurar as causas das glaciações, representadas por outros tantos encontros do globo com massas ou campos de força cósmicos. Sem se fiarem, contudo, em mecanismos tão uniformemente graduais que não possam explicar o fato, por exemplo, de ter a última glaciação afetado latitudes temperadas sem atingir a Sibéria, e na Sibéria, o lugar hoje mais frio do mundo: Verkhoiansk.

Tudo isso — catástrofes climáticas, vulcânicas, tectônicas; vagas de translação, gigantescos tufões, superaquecimentos — repercutiu no mundo vivo sob a forma de bruscas extinções, as mais recentes das quais contemporâneas do homem: do homem paleolítico, cujos utensílios de sílex são encontrados no *muck*

do Alasca e cujos ossos participam da mixórdia surpreendida em Rancho de La Brea, em Gibraltar e na China do Norte. Ora foram eliminados todos os indivíduos duma determinada espécie numa só parte da Terra, ora espécies inteiras de diferentes gêneros desapareceram no Velho como no Nôvo Mundo. Não eram espécies inaptas para a evolução; os cavalos e camêlos americanos procriavam vigorosamente e não lhes faltava alimento; o mamute era melhor desenvolvido do que o elefante que lhe sobreviveu; eram todos animais vigorosos, em perfeito estado físico, cujo fim não se verificou numa luta pela sobrevivência dos mais aptos. Nem se conhece epizootia capaz de se estender a tantas espécies e gêneros ao mesmo tempo, dando as amálgamas heterogêneas descritas páginas atrás. "Morreram — acentua Velikovsky — como se um vento mau lhes tivesse cortado a respiração, abandonando cadáveres indenes de sinais de degenerescência em fossas asfálticas, pântanos, sedimentos, cavernas". Quando houve sobreviventes de espécies dêsse modo atingidas por catástrofes, hão de ter sido tão poucos e tão precariamente dispersos num meio modificado por vicissitudes climáticas e empobrecido de alimentos, que acabaram sucumbindo também, mais cedo ou mais tarde, já agora, sem dúvida, na luta pela vida.

Como terão podido a teoria evolucionista e o uniformitarianismo fazer vista grossa sôbre tantas e tamanhas hecatombes? Desde 1840 que Hugh Miller puzera à mostra, no *grés rouge* da Escócia, um imenso cemitério de pelo menos 25.000 quilômetros quadrados, onde tôda uma variada fauna aquática de dez ou doze gêneros e de muitas espécies morrera violentamente, com atitudes de surpresa e terror ou contorsões espasmódicas. Buckland surpreendera espetáculo fóssil semelhante nos calcários da Lombardia e nos xistos do maciço de Harz. A relação completa de exemplos dêsse gênero, conhecidos antes de Lyell e de Darwin, enche vários parágrafos de *Earth in Upheaval*.

A postulação e a aceitação passiva do uniformitarianismo, escreve Velikovsky, estabeleceu uma barreira entre a teoria evolucionista e a realidade, desde quando Darwin erigiu a doutrina de Lyell em bastião da *Origem das Espécies*. Tanto

os geólogos de tôdas as especializações quanto os darwinistas e néo-darwinistas, impregnados do “princípio das causas atuais”, todos têm de catalogar à parte e pôr de lado os numerosos e desafiadores enigmas que comprometem o uniformitarianismo. Não há dúvida de que catástrofes exterminadoras, no passado, interferiram muitas vêzes com a seleção natural e a luta pela vida. Para identificá-las, porém, através dos sinais indeléveis que deixaram, é necessário duvidar, pelo menos, da infabilidade das leis da natureza.

E aqui já é tempo de finalizar. Estas são, em resumo, as idéias de Immanuel Velikovsky, idéias a cujo sistema propuzemos chamar de “néo-catastrofismo”. Não importam numa retomada de catastrofismo do século XIX, mas constituem a mais séria objeção apresentada até hoje contra o princípio da permanência das leis da natureza, isto é: contra o postulado de que a *Origem das Espécies* se valeu para se descartar de Cuvier.

Quando os catastrofistas recusavam o transformismo e opunham pelo menos quatro planos de criação sucessivos ao plano único de Lamarck, assim faziam não somente porque abundavam aparências de súbitos extermínios e novas criações, como também porque era demasiadamente curto o tempo bíblico para conter uma lenta evolução. De qualquer modo, foram Lyell e Darwin que venceram a batalha contra o Gênesis. Não tardou muito que a sedimentologia estratigráfica, associada aos conteúdos fósseis como medidas do tempo, compuzessem um cronograma de idades relativas que permitiu somar quinhentos milhões de anos desde o aparecimento, nas rochas, dos mais remotos organismos conhecidos. Hoje, graças a métodos físicos que permitem calcular a velocidade com que se desintegram minerais radioativos como o urânio, o rubídio e o potássio, até se transformarem respectivamente em chumbo, estrôncio e argônio, a idade absoluta da Terra, que ainda há dez anos atrás era estimada, no máximo, em dois bilhões de anos, é recuada por J. Laurence Kulp para quatro e meio bilhões.

Nunca menos de que por um artificioso silogismo se poderia inferir, dessa extrema velhice, que a Terra sempre se tenha

comportado de modo igual ao de hoje. Advertia já Henri Baulig, nos seus *Essais de Géomorphologie* (1950), que o “princípio das causas atuais” é tão indemonstrável quanto o princípio da indução. Dir-se-á que é tão necessário à geologia quanto o princípio da indução o é à lógica formal; necessário porque, segundo Henri Poincaré (*Dernières Pensées*, 1913), tôda a ciência que se propõe a restituir o passado com a ajuda dos traços que êle poude deixar, depara-se com questões insolúveis se não tiver postulado *a priori* que as leis naturais nunca mudaram.

Do mesmo modo, porém, como a lógica formal lida exclusivamente com a estrutura dos conceitos, ou juízos, e suas relações, sem levar em conta o conteúdo, a aplicação estrita do postulado de que as leis naturais nunca mudaram deixa também como insolúveis um sem número de enigmas. A verdade singela é a de que não conhecíamos tudo no século XIX, e ainda não conhecemos tudo, neste século, a respeito dessas leis naturais, nem do seu jôgo ao longo dos tempos geológicos.

Quanto mais consciência toma o homem do cosmos, a maior humildade é compelido. Entre Ptolomeu e Copérnico a Terra foi demitida da condição de centro do universo. Pouco mais de cem anos depois Blaise Pascal, como que pressentindo a inclusão transformista do gênero humano na ordem dos primatas, queixava-se de ser perigoso fazer vêr ao homem o quanto êle se parece com os animais, sem lhe mostrar ao mesmo tempo sua grandeza. Ao partirmos, presentemente, para a conquista do espaço, assalta-nos a expectativa de ficarmos sabendo, a qualquer momento, que não somos os únicos seres inteligentes do universo, ou que não somos a obra prima final da criação.

A fórmula de Lyell, de que “o presente é a chave do passado”, reclama revisão. Em relação aos quatro e meio bilhões de anos da idade da Terra, que conteúdo tem êsse “presente”, em termos de coisas diretamente observáveis? Se a Terra tivesse um ano de idade, a vida teria aparecido nela há quarenta dias, a raça humana há menos de duas horas, o *homo sapiens* há cinco ou seis minutos. Tôda a ciência do tempo de Lyell

somada à dos nossos dias representaria só um lampejo fugaz. Ainda quando se dimensione o “presente” desde os albores do paleolítico, a história e a arqueologia não prospectam além daqueles cinco minutos. Mesmo nêsse curtíssimo período Velikovsky identifica registros e tradições de acontecimentos que não se medem pelos eventos atuais. Cada um dos numerosos fatos com que edifica a sua teoria parece indubitável: aos seus contraditores limita-se a sugerir que, se puderem, contestem-nos. Cada um dêses episódios costuma ser tentativamente atribuído a uma ou mais causas teóricas específicas; em conjunto, porém, essas explicações parciais nunca se têm podido fazer coerentes em função da sequência global que *Worlds in Collision* e *Earth in Upheaval* cronometram, articulam, e exibem como um todo.

Reconhecer que o “presente” — mesmo entendido como tôda a idade do homem — é apenas um instante recente da longevidade do mundo, não é mais humilhante nem menos sofrível do que ter perdido, no universo, a condição de astro principal, nem do que ter descoberto os ancestrais pró-símios. Tanto mais quanto êsse “presente” mesmo, arqueológica, histórica e geologicamente perscrutado, revela experiências que hoje em dia não mais estão em curso.

Convenhamos que não é tranquilizador admitirmos a idéia de que permanecemos sob a alça de mira de cataclismos cósmicos. Não são outras, porém, as possibilidades implicadas em novas teorias astronômicas formuladas depois de *Worlds in Collision*: origem dos asteroides num gigantesco cometa prehistórico e colisões de planetas ou cometas cronologicamente calculadas como se tendo produzido ainda numa época estreitamente coincidente com a do drama celeste descrito por Velikovsky. Tão pouco são tranquilizadoras as perspectivas descerradas pelas teorias geoquímicas de Harold Clayton Urey (1893—) sôbre a origem da Terra: de Urey, que é o descobridor do *deuterium*, o isótopo pesado de hidrogênio com que se faz a moderna bomba atômica. Identificando uma origem e uma evolução do sistema solar à custa de turbilhões de planetesimais, poeiras cósmicas e massas em colisão, imprime Urey à Terra um sêlo catastrófico que nenhuma presunção de estabilidade

final poderá legítimamente abstrair. É êle mesmo quem diz, quando pergunta a si próprio para onde caminhamos depois de tudo isso: “o problema é muito mais complexo do que a princípio se tinha imaginado”.

Quando não tivesse outros méritos, a assustadora heterodoxia de Immanuel Velikovsky “prestou um grande serviço”, assinalou o *Christian Register*, de Boston: “agrediu a completência do nosso modo de pensar; enfatizou a importância de tentarmos compreender e apoderar o significado da tradição e violentou as limitações do conhecimento humano. Tudo isso é importante para a nossa geração”.

Muito breve saberemos, através das espaçonaves tripuladas, como explicar as crateras e os circos lunares, bem como os aparentes mares de lavas que se desdobram pela superfície do astro mais vizinho de nós. Teria havido outrora alí desmedidos vulcões? Teria entrado algum dia a lua em ebulição, sob a influência termodinâmica duma massa extra-lunar e extra-terrestre, de modo a se produzirem gigantescas bôlhas capazes de deixar cicatrizes enormes depois de arrebetadas? Ou serão cicatrizes do impacto de outros corpos celestes, segundo concorda Urey com G. K. Gilbert, no mesmo estilo descrito em *Worlds in Collision*?

Breve saberemos. Enquanto isso, olharemos o nosso satélite interrogativamente. Mas, qualquer que seja a resposta que aí venha, escreve Velikovsky, “a teoria uniformitarianista só pode ser ensinada nas noites sem luar”.

A TERRA E O HOMEM NO NORDESTE: AS PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS DO PROBLEMA AGRÁRIO NORDESTINO (*)

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

1 — *Introdução*

O Nordeste do Brasil é uma ampla porção do território brasileiro que se estende por mais de um milhão de quilômetros quadrados, onde vivem cerca de 25 milhões de habitantes. Quanto à extensão territorial êle é menor apenas que dois países da América Latina: a República Argentina e o México, e quanto à sua população é inferior apenas a do México. Possui, assim, uma extensão territorial e uma população superiores a quaisquer dos países de média importância do continente — a Colômbia, o Perú ou o Chile. Sua população é equivalente a seis vezes a população boliviana, embora a área territorial seja um pouco maior que a deste país (1.500.000 km² contra 1.100.000 km²).

Tendo sido colonizado pelos portugueses a partir do século XVI e apresentando condições naturais bastante diversificadas, constitui o Nordeste, devido à estratificação das estruturas sociais organizadas no período colonial, aos baixos níveis tecnológicos de sua agricultura e de sua pecuária e à diversidade do meio natural, a região problema do país; aquela em que o subdesenvolvimento se apresenta de forma mais acentuada e que reclama medidas de reforma mais urgentes.

* Conferência realizada no Instituto da América Latina da Universidade de Columbia em New York a 2 de fevereiro de 1968.

Na realidade o Brasil, como país de dimensões continentais, apresenta uma grande diversidade de formas de organização do espaço e de níveis de desenvolvimento regional que estabelecem marcantes diferenças quantitativas e qualitativas entre as várias porções do seu território. Assim, o Sudeste, centralizado pelo Estado de São Paulo e como região em que se situam os três principais centros urbanos do país — São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte — é a região mais dinâmica do Brasil, onde se localizam cerca de 78,8% do valor da produção industrial do país, com cerca de 73,3% da mão de obra industrial, 84,1% dos capitais empregados na indústria e consome 84,3% da energia elétrica produzida e onde a renda per capita ultrapassa a quota de 400 dólares por ano. O Sul, de clima sub-tropical, onde há grande influência de colonos europeus, não portugueses — alemães, italianos, eslavos — assim como de japoneses e sírio-libaneses, constitui a segunda região do país em densidade demográfica, em maior grau de intensidade na utilização do espaço e em níveis de renda per capita. A Amazônia ou Norte e o Centro-Oeste constituem áreas de clima quente e úmido, sub-povoadas, que foram ocupadas nos séculos passados em função da exploração dos recursos naturais — vegetais como a seringueira, o caucho, a castanha do Pará, ou minerais como o ouro e os diamantes e, modernamente, o manganês e a cassiterita. Apresentam em consequência uma economia baseada no extrativismo e uma população dispersa e pouco densa. O Nordeste apresenta características próprias; colonizado a partir do século XVI, foi durante dezenas de anos a região motriz, economicamente mais dinâmica do país e organizou a sua economia voltada para o mercado externo, dedicada à exportação para o mercado europeu a princípio, e posteriormente para o norte-americano, de produtos agrícolas tropicais como a cana-de-açúcar, o algodão, o cacau, o fumo e o sisal. Para alimentar as áreas dedicadas a esta produção organizou-se na retaguarda das mesmas e delas dependente, uma atividade pecuária e produtora de gêneros alimentícios. Surgiram também as cidades portos por onde estes produtos eram embarcados para a região e as cidades mercados nos pontos de encontro de regiões diversificadas, pontos que favoreceriam o desenvolvimento das atividades comerciais. Ainda

são êstes, ao lado dos centros administrativos — capitais de Estado — os principais centros urbanos, os principais polos de crescimento da região nordestina. Destas cidades, três se destacam por sua importância como portos, centros administrativos, industriais e universitários a um só tempo. São elas o Recife com mais de 1.000.000 de habitantes, Salvador, capital do Brasil de 1549 a 1763, e Fortaleza com mais de 500.000 hab.; São Luiz, Terezina, Natal, João Pessoa, Campina Grande, Olinda, Maceió e Aracajú, possuem mais de 100 e menos de 500 mil habitantes. Se excetuarmos Terezina, todas essas cidades e a maioria das que possuem mais de 50 e menos de 100 mil habitantes — Parnaíba, Sobral, Mossoró, Caruaru, Jaboatão, Feira de Santana, Ilhéus e Itabuna — se localizam a menos de 200 quilômetros do litoral. Fato que indica estar a população nordestina extremamente mal distribuída, localizada predominantemente no litoral. O interior, a área sertaneja, ficou isolada pela distância e pela falta de comunicações até a segunda metade do século XX, quando se iniciou a construção de grandes rodovias. Isto porque, os dois rios navegáveis — o São Francisco e o Parnaíba — têm grande parte dos seus cursos interrompidos por cachoeiras e corredeiras e as ferrovias construídas a partir de 1850, eram meras estradas de penetração visando transportar até os portos de mar os produtos valorizados do interior. Foram construídas para escoar as riquezas e não para desenvolver o país.

Dentro deste contexto podemos analisar o problema agrário nordestino levando em conta três itens básicos

- a) — a grande lavoura de exportação
- b) — a pequena lavoura associada à pecuária
- c) — a pecuária extensiva.

Em cada item devemos salientar as suas relações com as condições naturais — o relevo, solo, clima, recursos hidráulicos disponíveis, etc — e os condicionantes humanos ou sociais, levando-se em conta a estrutura social e fundiária, os sistemas agrícolas e de criação de gado, assistência governa-

mental — crédito, assistência técnico-agronômica, garantia de preços mínimos para a produção — assim como a organização da comercialização frente às flutuações do mercado.

2 — *A grande lavoura*

Chamamos de grande lavoura àquela formada pelos produtos destinados sobretudo à exportação e quase sempre cultivados por grandes e médios proprietários. Dentre os produtos classificados como grande lavoura destacam-se a cana-de-açúcar e o algodão, cultivados desde os séculos XVI e XVII, respectivamente, que constituem os dois produtos agrícolas principais da região. Embora as suas culturas tenham sido feitas nos primeiros tempos apenas para atender à demanda do mercado externo, hoje têm mais de 2/3 da produção consumidos no país, devido ao crescimento da população e ao desenvolvimento da industrialização. O fumo, também cultivado desde o período colonial, de vez que era utilizado no comércio de escravos com os régulos africanos, tem metade de sua produção destinada à exportação. O cacau e o sisal, produtos que só a partir do século XIX, o primeiro, e do século XX o segundo, tiveram importância econômica, têm mais de 80% de sua produção destinados à exportação.

Se analisarmos a distribuição especial destas grandes lavouras pelo território nordestino, observaremos que a cana-de-açúcar ocupa as áreas de mata situada na porção oriental da região onde domina um clima quente e úmido com chuvas de outono-inverno. Ocupa sobretudo a chamada zona da Mata de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte e parte do Recôncavo Baiano. Prefere os solos argilosos, argilo-silicosos, argilo-humíferos e de turfa, conhecidos localmente como de “barro vermelho” e “massapé”.

O cacau está concentrado no Sul da Bahia, ocupando solos argilosos em áreas de clima quente e úmido com chuvas distribuídas durante todo o ano. O sisal e o fumo têm suas plantações localizadas geralmente no interior a uma distância não muito grande do oceano. Assim, as principais culturas de sisal se encontram no Planalto da Borborema e na Chapa-

da Diamantina, geralmente em encosta, enquanto o fumo aparece na zona de transição entre a Mata úmida e o Sertão semi-árido, em solos silicosos. O algodão, bem adaptado ao clima semi-árido, sobretudo a variedade “Mocó” arbórea e produtora de fibra longa, se expande pela grande área sertaneja onde cai mais de 400 e menos de 1.000mm de chuvas anuais e onde dominam solos silicosos ou silico-argilosos.

A cultura da cana-de-açúcar está ligada à grande propriedade e à formação de uma estrutura social estratificada em classes, do tipo aristocrático. Na área em que domina é extremamente concentrada, de vez que menos de 3% da população possuem cerca de 52,6% da área, enquanto os pequenos proprietários — que possuem menos de 20 ha. — compreendem cerca de 77% dos estabelecimentos, mas dispõem de apenas cerca de 6,7% da área. Há casos de propriedades de mais de 30.000 ha. em uma área em que a densidade da população rural é superior a 100 hab/km².

O proprietário da terra, senhor de engenho ou industrial do açúcar que também possui grandes extensões de terra — o usineiro —, cultiva a cana-de-açúcar utilizando exclusivamente mão de obra assalariada. De um modo geral, senhores de engenho e usineiros, pertencem a famílias tradicionais que se sucedem através dos anos na exploração de suas propriedades, sendo os trabalhadores rurais, em geral, descendentes dos antigos africanos, miscigenados com portugueses; há, até certo ponto, ao lado da estratificação social uma estratificação étnica, embora ocorra com certa frequência a ascensão social de negros e mulatos enriquecidos.

As culturas são feitas ora com enxadas, de forma manual, ora com máquinas, conforme a topografia e as condições econômicas e culturais dos proprietários. A produtividade agrícola, porém, é quase sempre baixa — 40 a 45 ton. por ha. — embora algumas usinas consigam, graças à irrigação e à adubação, duplicar ou até triplicar estas quotas. A produtividade industrial também não é elevada — de 80 a 100 kg. de açúcar por ton. de cana — de vez que só agora vêm as usinas se reequipando, isto é, substituindo a velha maquinaria com 40 ou 50 anos de uso por máquinas modernas.

O Governo dá uma assistência permanente aos produtores de cana-de-açúcar, tendo organizado após a revolução de 1930, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que vem financiando os plantios de cana, fornecendo crédito a juro baixo para a aquisição de máquinas agrícolas e reequipamento das fábricas e garantindo preços mínimos para a venda do açúcar e adquirindo os excedentes produzidos. Além disto, sendo os produtores de açúcar homens que têm influência econômica e política, conseguem facilmente, através de seus órgãos de classe, leis que os favorecem, assim como a construção de obras de infra-estrutura em sua área de influência que facilitam o escoamento do produto e valorizam suas terras; terras que são valorizadas sem que o Governo aufira, através do imposto territorial, uma renda compensadora.

Quanto aos outros produtos da grande lavoura, observamos que todos são bem assistidos por órgãos governamentais especializados — Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Cacau, etc. — que fornecem créditos em tempo e a juros baixos, assistência agrônômica, garantia de preços mínimos, etc.

Quanto às condições em que são feitas as culturas dos produtos considerados como grande lavoura, observamos que o cacau, cultivado no Sul da Bahia, se adapta bem ao clima quente com chuvas distribuídas durante todo o ano e aos solos argilosos oriundos da decomposição das rochas cristalinas. É cultura feita geralmente por grandes e médios proprietários que utilizam trabalhadores assalariados. Como há há uma concentração de trabalhos na época da colheita, o trabalhador rural dispõe de trabalho apenas em alguns meses do ano, ficando o restante do tempo a vagabundar pelas ruas, sem ter oportunidade de trabalho e, conseqüentemente, de salários.

Os níveis técnicos desta cultura são baixos, havendo constantes pragas que dizimam os cacauais e a produtividade é bastante inferior a de outras regiões produtoras.

O fumo por ser cultura de ciclo vegetativo curto e por necessitar de cuidados especiais para o seu desenvolvimento, sujeita que está a plantio, replante, capação, colheita e preparação do produto para o consumo, é cultura feita quase sempre por

pequenos proprietários ou por agricultores sem terras que, através da parceria, cultivam porções das grandes e médias propriedades. A comercialização da produção é feita em grande parte através da Companhia Souza Cruz que tanto exporta como industrializa o fumo, transformando-o em cigarros.

A agave desenvolveu-se principalmente na Chapada Diamantina, na Bahia e no Brejo paraibano, na porção úmida e sub-úmida do Planalto da Borborema. Ela se expandiu, graças ao interesse que despertou nos próprios senhores de engenho, em áreas onde se cultivava anteriormente a cana-de-açúcar e o café; encontramos nos velhos galpões em que funcionavam as fábricas de açúcar e de "rapadura", as máquinas desfibradoras do sisal. Cultura profundamente sujeita às oscilações do mercado internacional, está o sisal periodicamente em crise, o que leva os produtores a pressionarem o Governo no sentido de que adquira a produção por preço elevado nas ocasiões em que há uma retração no mercado internacional.

O algodão, produto de origem local cuja cultura se expandiu a partir do século XVIII, com a revolução industrial inglesa e que teve grandes surtos expansionistas ao encontrar maiores estímulos do mercado internacional, como durante a Guerra de Secessão dos Estados Unidos, no século passado, e o período anterior à II Grande Guerra Mundial, de 1933 a 1939, ainda é um dos principais produtos do Nordeste. Sua cultura é feita por grandes, médios e pequenos proprietários e quase sempre associada à pecuária, de vez que, após a sua colheita as folhas do algodoeiro servem de alimento ao rebanho bovino. A comercialização da produção e a industrialização da semente são feitas, sobretudo, por grandes firmas estrangeiras — Anderson Clayton e SANBRA — enquanto a tecelagem está em mãos de industriais nordestinos de origem luso-brasileira.

3 — *Policultura e pecuária*

A concentração de populações nas cidades e nas áreas dedicadas à agricultura de produtos tropicais de exportação, gerou a necessidade de abastecer essas mesmas áreas e essas populações. Daí passarem os solos não utilizados pelas cultu-

ras principais ou as regiões mais afastadas onde não havia condições favoráveis à cultura dos produtos de exportação a serem ocupados com lavouras de subsistência, feitas ora por agricultores pobres, ora pelos próprios assalariados agrícolas nos dias de folga em que não tinham obrigação de trabalho com a fazenda a que estavam ligados. Assim, a faixa litorânea de solos arenosos foi ocupada de tal forma por coqueirais que o coqueiro, importado da Oceania, parece hoje uma planta nativa. Com o crescimento dos níveis de renda e da população das cidades, o côco vem sendo muito valorizado e a sua cultura passa gradativamente a ser feita por ricos e médios proprietários. Na própria área ocupada pela cana-de-açúcar, as manchas de solos silicosos, pobres em matéria orgânica, têm sido até os nossos dias, utilizados pela cultura da mandioca, da qual se extrai a farinha, um dos alimentos básicos da população rural pobre; possui essa planta dezenas de variedades com qualidades diversas e ciclos vegetativos os mais diversificados — desde 6 meses até 2 anos —. O inhame, originário da Oceania e aqui introduzido pelos portugueses na época colonial, é outro alimento de grande importância na dieta da população; utiliza sempre os solos silicosos das regiões úmidas e sub-úmidas.

O milho, produto que ocupa maior extensão que qualquer outro no Brasil, 8 milhões de hectares contra mais de 4 milhões ocupados pelo café e pelo arroz e o feijão, são dois outros produtos de grande importância na economia nordestina, de vez que a sua cultura se expande por amplas áreas, sendo feita quase sempre associada ao algodão ou à mandioca. As sementes dos dois cereais costumam ser lançadas em uma mesma "cova", permitindo que ao crescer, o feijão "enrame no pé de milho". O feijão e o milho são produtos de subsistência cultivados para atender ao consumo do agricultor e de sua família, enquanto o algodão é o produto comercial destinado ao mercado. Geralmente este complexo agrícola está ligado à pecuária; assim, o grande proprietário é sobretudo criador de gado e fornece terras a agricultores não proprietários no início da estação chuvosa — março abril — a fim de que cultivem o algodão, o milho e o feijão. A colheita do feijão é feita em maio e junho, a do milho de junho a outubro e a do algodão em novembro-dezembro, justamente no auge da estação seca, quando as pastagens

ressequidas não fornecem mais ao gado o alimento de que êle necessita. O fazendeiro dispõe das áreas que foram cultivadas e o gado pode alimentar-se com o restólho das plantações.

Hoje, com o elevado preço da carne, nas áreas de terras mais valorizadas, a pecuária vem sendo modificada, melhorada, sofrendo uma verdadeira passagem dos sistemas extensivos para os semi-intensivos. Os fazendeiros já adquirem alimentos concentrados — grãos, para o gado — e cultivam certas plantas como a palma e o sorgo e várias gramíneas com o fim de melhorar a alimentação do rebanho; conforme a área e as solicitações do mercado, vêm se especializando na produção ora de carne ora de leite.

Dentre as culturas voltadas para o mercado interno vem tendo grande desenvolvimento a do arroz, feita em bases inteiramente comerciais, tanto nas várzeas periodicamente inundadas da porção oriental do Nordeste, como a do baixo São Francisco — arroz inundado — como também nas áreas que vêm sendo conquistadas à floresta no Oeste do Maranhão. Aí, estimulados pelos altos rendimentos econômicos do produto, trabalhadores nordestinos vindos de áreas super-povoadas, destroem a floresta equatorial com o fogo e fazem "roçados" onde plantam o arroz. Dois anos depois, empobrecido o solo, é o "roçado" abandonado e o caboclo destrói nova porção de floresta para fazer novas culturas. A rizicultura vai, assim, fazendo recuar a floresta e se aproxima cada vez mais da Amazônia. É um problema bastante grave, de vez que destrói sem nenhum aproveitamento as riquezas florestais, fazendo com que a área produtora se distancie cada vez mais dos centros consumidores, obrigando o Governo a ampliar constantemente obras de infraestrutura — estradas, escolas, hospitais, etc.

Convém salientar, porém, que estes produtos destinados ao consumo interno não recebem, como os produtos de exportação, proteção governamental. As estações experimentais, a não ser excepcionalmente, não realizam estudos técnicos sobre os mesmos; o crédito bancário, só como exceção, chega aos pequenos agricultores que têm que recorrer na entre-safra a agiotas e não dispõem de garantias de preço mínimo, o que provoca

grandes oscilações dos preços dos produtos agrícolas na época da safra, quando baixam, em relação à entre-safra, quando se elevam consideravelmente. Daí viverem os pequenos agricultores sempre em crises econômicas.

4 — *A pecuária extensiva*

O Sertão, região que compreende 7/10 do Nordeste, se caracteriza por apresentar clima semi-árido, ser pouco povoado e dedicar-se à pecuária extensiva feita com baixos padrões técnicos. Na verdade, a palavra sertão é uma corruela da palavra deserto, que deu a princípio a palavra desertão — deserto grande — e, finalmente, se corrompeu para sertão. Não significa, porém, deserto no sentido demográfico, região despovoadas, onde não há habitantes ou os há em pequeno número. Tanto que, com o avanço do povoamento e da ocupação do espaço pela agricultura, os geógrafos admitem que amplas porções sertanejas estejam se “agrestizando”, isto é, estão deixando de ser Sertão para ser Agreste. O Sertão atual, porém, compreendendo mais de um milhão de quilômetros quadrados, não é uma região uniforme, homogênea, mas uma região de paisagens bastante diversificadas. Assim, em linhas gerais, domina nas grandes extensões pediplanizadas, inclinadas para os rios que drenam a região — o São Francisco, o Parnaíba, o Jaguaribe, o Piranhas-Açu, etc. — nos quais domina uma vegetação adaptada ao clima semi-árido, denominada de “caatinga”, palavra indígena que significa “mata rala”. Esta caatinga, rica em cactáceas de variedades e espécies diferentes, é formada predominantemente por árvores e arbustos que perdem as folhas durante a estação seca, que se prolonga durante 8 ou 9 meses, e se apresentam cheias de folhas, verdes, nos três ou quatro meses de chuvas — de dezembro a março —. No Sertão, porém, existem “ilhas” úmidas formadas pelas serras que, expostas aos ventos alísios de Sudeste, recebem maior umidade e permitiram a formação de uma sociedade de agricultores que cultivam a cana-de-açúcar, o café, os cereais e as fruteiras. Existem aí cidades de alguma importância que são centros comerciais de abastecimento da população rural e núcleos de importantes trabalhos de artesanato.

Outras “ilhas” culturais são representadas pelas margens dos dois grandes rios perenes — o São Francisco e o Parnaíba — nos quais os agricultores realizam, nos pontos mais favoráveis, uma agricultura de vazante e uma agricultura irrigada de arroz, de cebola, de uva, de tomate e de fruteiras. A produção é escoada em caminhões até os grandes centros urbanos. A agricultura de vazante é aquela feita no leito maior do rio no comêço da estação seca, à proporção que suas águas baixam. Atinge apenas a produtos agrícolas de ciclo vegetativo curto, de vez que a colheita tem que ser feita no início da estação chuvosa, quando o nível das águas do rio se eleva e as vazantes são inundadas. A agricultura irrigada se desenvolveu recentemente com a utilização de rodas d'água semelhantes às usadas pelos agricultores egípcios no rio Nilo e, posteriormente, com o emprego de bombas a óleo Diesel e elétricas.

Nos vales dos rios secos existem grandes carnaúbaes de cuja palmeira — a carnaúba — (*Copernifera cerifera* Martius) é extraída a cêra durante a estação seca, que proporciona aos proprietários elevados rendimentos. Em manchas descobertas existentes no meio do carnaúbal costumam os agricultores cultivar algodão e cereais.

Nas grandes extensões de caatinga, porém, domina a pecuária extensiva, em que os rebanhos de bovinos, asininos e caprinos, de baixo valor econômico per capita, mas altamente adaptados às condições naturais, vagueiam livremente à cata de alimentos. A capacidade de lotação é muito baixa, são necessários de 3 a 7 hectares para alimentar cada cabeça de gado. O custo da produção é também baixo, sobretudo se lembrarmos que o preço da terra é insignificante. A produção é representada por 100 a 120 kg. de carne por cabeça de bovino e por 15 a 20 kg. de caprino. Os cuidados com o rebanho estão a cargo do “vaqueiro”, verdadeiro “cow-boy” brasileiro, que vestido com roupas de couro, atravessa a caatinga cheia de espinhos, a fim de vigiar e assistir ao rebanho.

A caatinga é rica em pastagens (gramíneas) durante a estação chuvosa e neste período o gado se mantém gordo. Ao começar o período seco, a vegetação erbácea, as gramíneas, vão

desaparecendo e o gado passa a alimentar-se de cactáceas e de fôlhas de árvores e arbustos, geralmente leguminosas em que o Sertão é rico. Alguns meses depois estas fôlhas, chamadas localmente de "ramas", desaparecem e então o gado migra para áreas menos sêcas, para as "ilhas" úmidas do Sertão. Estas áreas, ora são chapadas sedimentares e despovoadas onde há vegetação verde durante todo o ano, como a Serra Geral, a Serra dos Dois Irmãos e a Chapada do Araripe, ora são serras bastante povoadas e agrícolas nas quais, no auge da estação sêca, os cereais e o algodão já foram colhidos e restam as fôlhas e palhas que são utilizadas como alimento pelo gado, ora são as margens dos rios perenes ou secos, mas que mantêm um permanente lençól d'água aluvial nos quais existem gramíneas durante todo o ano. O gado permanece aí até a estação das chuvas, quando a caatinga reverdece, se cobre de fôlhas, oferecendo alimento abundante. Assim, a pecuária ultra-extensiva é feita com a realização de migrações sazonais, migrações nas quais os animais são acompanhados apenas pelos vaqueiros. Às vezes êstes levam o gado para os "refrigérios", locais úmidos, no início da estação sêca e vão buscá-los apenas na época das chuvas, fazendo algumas visitas periódicas ao local em que os animais se encontram para ver as condições de saúde e de alimentação. E, dêsse modo, uma atividade típica de região ao mesmo tempo sub-desenvolvida e sub-povoada.

5 — Os grandes problemas agrários do Nordeste

Nesta sucinta exposição descrevemos os tipos de atividade agrícola existentes na grande região nordestina, os sistemas de exploração da terra dominantes, nos permitindo levantar uma série de problemas que estão ligados a fatores que têm influência sobre as atividades agro-pecuárias:

- a) — as condições naturais
- b) — as estruturas sociais
- c) — os padrões técnico-culturais
- d) — a rede de obras de infra-estruturas básicas

- e) — as organizações político-administrativas.

Quanto às condições naturais costuma-se acusar o clima pelos baixos padrões e pelos grandes problemas nordestinos, isto porque, havendo uma grande sêca cada dez anos no Nordeste, é a mesma responsabilizada pelos males que afligem a região. Esquecem os seus acusadores, porém, que os agricultores e assalariados agrícolas da região úmida da Mata são bem mais pobres, mais miseráveis que os do Sertão sêco. Além disto, nada ou quase nada tem feito o homem para corrigir os problemas causados pela sêca. Só recentemente, a partir de 1934, o DNOCS vem procurando expandir, com êxito, a cultura da palma forrageira (*Opuntia* sp.) que na estação sêca é excelente alimento para o gado. O sorgo, largamente cultivado nas regiões sêcas da África ao Sul do Saara, da Índia, na China e dos Estados Unidos, só agora vem sendo objeto de experimentação agrícola e de estudos na região, quando, uma vez difundido, poderá fornecer abundante e excelente alimento a homens e animais. Os processos de armazenamento de alimentos durante a estação úmida para serem utilizados na estação sêca, largamente usados em outros países, ainda não estão divulgados na região; só agora está se começando, timidamente, a fazer ensilagem de gramíneas e de grãos. Desta forma, o homem ainda se encontra tão dependente das condições naturais que há um adágio popular segundo o qual no sertão nordestino "não é o homem que cria o boi mas o boi que cria o homem".

Quanto às estruturas sociais, elas foram constituídas na época da conquista, no século XVI, e com ligeiras modificações se mantêm até hoje. A concentração fundiária na Mata e no Sertão é muito grande, sendo poucos os que possuem a terra que se acha concentrada em sua maior porção em mãos de pessoas ligadas pela origem ou pelo casamento a velhas famílias patriarcais, quase sempre de origem portuguesa. As grandes propriedades que sempre têm mais de 500 ha. e que às vezes, se estendem por 20 e 30 mil ha., são sub-aproveitadas tanto do ponto de vista horizontal — as culturas não ocupam grandes percentagens da área apropriada — quanto do ponto de vista vertical — a produtividade é baixa. Para citar exemplos, no Estado de Pernambuco, principal produtor de açúcar do Nor-

deste, se obtém um rendimento agrícola médio de apenas 42 toneladas de cana por hectare.

Êstes proprietários julgam-se ricos pelas extensões de terra que possuem e se opõem a qualquer política governamental que tente disciplinar a utilização da terra. Consideram-se donos da terra e dos rios que cortam as suas propriedades — é frequente a poluição dos mesmos pelos resíduos industriais sem a menor consideração às populações ribeirinhas ou a outras indústrias situadas a juzante da sua —. Dispondo de muitas terras e pagando salários baixos, não tem a maioria dos proprietários interêsse em intensificar a atividade agrícola, a fim de não inverter capitais na aquisição de máquinas e na construção de obras de infra-estrutura, pois mesmo com baixos rendimentos agrícolas pode manter um elevado padrão de vida.

Quanto aos padrões técnicos-culturais convém observar que são, em geral, bastante baixos, sobretudo no que diz respeito às lavouras de subsistência. Mas, mesmo naquelas cuja produção é destinada ao mercado externo, como ocorre com a cana-de-açúcar e o cacau, a produtividade é baixa; assim, quanto ao primeiro produto, obtém-se, em média, em Pernambuco, 42 toneladas por ha contra 60 ton. por ha. em São Paulo. Convém observar que certos hábitos como a irrigação nas áreas mais secas e a adubação com matéria orgânica e sais minerais, já vêm sendo feitas nos últimos anos. Generaliza-se também o uso de inseticidas para evitar ou combater as pragas e começa-se a fazer experimentação com a finalidade de obter variedades que melhor respondam ao desafio das condições climáticas e edáficas. Já costumam preparar o terreno a ser cultivado, traçando curvas de nível com o fim de atenuar a erosão causada pelos agentes meteorológicos. Nas áreas planas ou de pequenas declividade os usineiros já realizam a cultura mecanizada, diminuindo o custo da produção e liberando a mão de obra.

Se há uma modernização com melhoramentos dos padrões técnico-agronômicos nas grandes propriedades dedicadas aos produtos de exportação, o mesmo não ocorre com as pequenas explorações agrícolas destinadas a produzir os gêneros alimentícios consumidos pelo mercado interno. Tanto que são pou-

co numerosos os agrônomos especializados em mandioca, milho, feijão, fava, inhame, e as técnicas de cultura e de industrialização destes produtos ainda são as mesmas do período colonial. Não se faz para os mesmos, estudos das variedades naturais existentes nem se procurou criar até hoje, salvo no caso do milho, em que se cultiva o milho híbrido, novas variedades, a fim de melhorar a produtividade e a qualidade do produto.

Domina assim, na região, uma agricultura extensiva que garante boa renda aos proprietários médios e grandes, graças a dois fatores: o monopólio da terra e o aviltamento do salário do trabalhador rural.

Quanto às obras de infra-estrutura básicas, dispõe a grande lavoura nas áreas por onde se expande, de boas estradas de rodagem e, às vezes, de estradas de ferro que permitem o escoamento da produção. Onde não há estradas de boa ou média qualidade a grande lavoura não se expande, ficando as terras sub-aproveitadas ou sub-ocupadas com pequenas lavouras.

Uma rede bancária oficial — Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Bancos de Desenvolvimento dos Estados da região — cobre quase todo o Nordeste, facilitando o crédito a juros baixos aos grandes e médios proprietários. Os pequenos proprietários, os arrendatários e os parceiros, só em bem pequenas percentagens, têm acesso ao crédito oficial, ficando quase sempre a depender de comerciantes, de agiotes e de grandes proprietários que obtêm o crédito a juros baixos nos bancos oficiais e os transferem com juros altíssimos aos pequenos agricultores. Tentativas têm sido feitas desde o Governo Vargas, para ampliar os benefícios do crédito agrícola aos pequenos agricultores, mas até hoje, êstes, dificilmente o conseguem. A mais séria e eficiente tentativa foi feita nos anos de 1963 e 1964 em Pernambuco, através da ação de um Grupo Executivo da Produção de Alimento (GEPA), que apesar de haver multiplicado cinco vezes em um ano o número de pequenos agricultores beneficiados pelo crédito oficial, teve as suas atividades encerradas.

A energia elétrica vem tendo a sua rede de distribuição largamente expandida, graças ao aproveitamento e utilização da cachoeira de Paulo Afonso para a produção de energia, mas a utilização maior é urbana, no sentido do consumo doméstico, o que é de lastimar, de vez que poderia melhorar sensivelmente as condições da produção agrícola e de industrialização dos produtos rurais.

Quanto aos problemas ligados às estruturas político-administrativas, devemos salientar que elas ainda se baseiam em grande parte na organização dada ao espaço pelos portugueses no século XVI, claro que com o funcionamento adaptado, tanto quanto possível, às necessidades do século XX. Assim, os grandes proprietários detêm o monopólio da terra, de vez que a propriedade está concentrada nas mãos de uns poucos e, em consequência, o poder político. Para se ter uma idéia da concentração fundiária existente no Nordeste é interessante analisar-se a Tabela que se segue:

Grupos	Mata	
	Extensão em hectare	Área (ha)
A — 0—20	46.756	238 801
B — 20—100	8 272	354 663
C — 100—500	4 133	1 001 679
D — 500—1 000	948	701 663
E — + de 1 000	529	1 139 891

Grupos	Agreste	
	Número de estabelecimentos	Área (ha.)
A — 0—20	135 733	645 259
B — 20—100	18 288	784 881
C — 100—500	4 336	888 990
D — 500—1 000	480	322 451
E — + de 1 000	522	1 797 739

Grupos	Sertão	
	Número de estabelecimentos	Área (ha.)
A — 0—20	206 058	1 352 350
B — 20—100	95 095	6 869 496
C — 100—500	38 889	8 061 755
D — 500—1 000	5 075	3 294 415
E — + de 1 000	3 444	10 323 409

Dêsse modo, na Mata, os estabelecimentos do tipo E correspondem a 0,8% do número, mas ocupam 32,2% da área contra 0,3% do número e 40,4% da área no Agreste e 0,9% do número de 34,5% da área no Sertão. Se juntarmos a elas o grupo D, de mais de 500 ha. observaremos que juntos correspondem a 2,4% do número de estabelecimentos da Mata, a 0,6% dos do Agreste a 2,3% do Sertão, ocupando áreas correspondentes a 52,6% da Mata, a 47,6% do Agreste e a 35,5% do Sertão.

Vê-se que na região da Mata, a mais povoada, 2,4% dos estabelecimentos ocupam mais da metade da área apropriada. No Sertão, devido a divisão da propriedade nas serras, ser grande e haver muitos estabelecimentos de não proprietários, é menor a concentração, mas ainda assim, 2,3% dos estabelecimentos ocupam mais de 1/3 da área apropriada.

Essa dominação econômica e política dos grandes proprietários faz com que toda a infra-estrutura administrativa esteja voltada para os mesmos e que os serviços públicos funcionem a fim de atender às necessidades e interesses desses. Daí gozarem, quase apenas eles, da assistência agrônômica oficial, através dos estudos de seleção de variedades, de garantia de preços mínimos, de crédito oficial a juros baixos, etc. e poderem manter uma agricultura de baixa produtividade mas que, graças ao monopólio da terra e ao baixo preço da mão de obra, lhes é altamente rendosa.

ECONOMIA E DIREITO: UMA REVISÃO DO PROBLEMA (*)

NELSON SALDANHA

Economia e direito: eis o tema. Não se deve porém partir para êle sem certas cautelas. Nem se pode rever a série de opiniões emitidas a respeito das “relações” entre ambos sem ter em conta as mudanças sofridas pelo ambiente intelectual, do século XIX para nossos dias.

Temos de considerar as transformações das chamadas ciências sociais, dentro de cujo conjunto a perspectiva jurídica e a econômica vieram atuando. Não adianta grande coisa começar afirmando e definindo, antes de observar a caracterização da própria sequência em que se geraram os conceitos e as afirmações que ficaram constituindo os traços do problema. Nem valerá dizer que o direito é isto e a economia é aquilo, pois ambas as coisas são realidades cuja relação com o modo de pensar dos homens é variável.

E entretanto, é um problema que tem profunda importância, e as opiniões em torno dêle vêm sendo reveladoras de atitudes intelectuais as mais representativas. O direito se apresenta, ao que mostram os seus teóricos, como uma ordem de experiências fundamental para a existência dos homens; e a economia não faz por menos, aparece como realidade indispensável a qualquer vida social imaginável. Vejamos como se formou a questão da relação entre estas duas coisas tão importantes.

(*) Aula de abertura dos cursos da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, proferida em 01 de março de 1968, e acrescida de notas. O introito circunstancial foi cortado.

Todos sabem que da obra de Marx e de Engels provém a primeira colocação nítida do problema, e que segundo esta colocação os fenômenos econômicos exerceriam uma função determinadora sobre a ordem jurídica, como de resto sobre todos os fatos sociais em geral.

É certo que alguns pensadores haviam tocado no assunto antes, e houve mesmo quem sublinhasse o peso dos fatos econômicos, ⁽¹⁾ mas com Marx e Engels é que realmente se formou uma visão do “fator” econômico e de uma atuação do econômico como alavanca da dinâmica histórica. A coisa porém requer algumas observações. Em primeiro lugar Marx — apesar de ter sido inicialmente estudante de direito — não estava preocupado propriamente com a relação entre o econômico e o jurídico. O que lhe interessava era situar a vida social em função de uma dualidade de estruturas, ficando como estrutura básica a atividade econômica e como estrutura condicionada tudo o que completasse a vida dos grupos; neste sentido a alusão ao direito vinha dentro disto, pedida pela coerência do esquema ⁽²⁾. Aliás algumas vezes a alusão é ao Estado, como em certas passagens da *Ideologia alemã* ⁽³⁾, e neste caso seria uma impertinência e um anacronismo aplicarmos a isso as nossas atuais idéias sobre a necessidade de distinguir entre politicidade e juridicidade. Em segundo lugar, devemos ter em mira o clima intelectual em que Marx trabalhou:

(1) — De certo modo Godwin, Thompson (que aliás pretendia reformas jurídicas com fins econômicos), e talvez Harrington. Sobre os dois primeiros, v. ANTON MENGER, *El derecho al producto íntegro del trabajo en su desarrollo histórico*, trad. A. Posada Buenos Aires 1944; MAX BEER, *A History of British Socialism*, Allen and Unwin, London 1953 (reprinted).

(2) — CARLOS MARX — FEDERICO ENGELS, *La Ideologia Alemana*, trad. W. Roces, Montevideo 1959, páginas 67 e seguintes, 350 e seguintes, entre outras. ENGELS, *El Origen de la Familia, de la Propiedad Privada y del Estado*, trad. A. Mendoza, B. Aires, 1946, passim. Havia no esquema o que chamei, uma vez, o “preconceito verticalista no conhecimento social”.

(3) — “El Estado es la forma bajo la que los individuos de una clase dominante hacen valer sus intereses comunes” (*Ideologia Alemana*, cit. p. 69) Em certa medida, a alusão ao Estado provém da polémica ainda que implícita contra Hegel; provém, também, por outro lado, da compreensão do compromisso entre o Estado moderno (que Marx ainda não podia considerar “Estado propriamente dito”) e o capitalismo. Dessas “exemplaridades”, Marx tirava generalizações, como as que enchem a frase citada.

uma atmosfera carregada de polémica e de generalizações românticas; bem como o feixe de intenções combativas com que escrevia, procurando devolver generalização contra generalização e prevenção contra prevenção. O que, contudo, não impede tenha êle sido habitualmente mais cauto que Engels, preocupando-se menos do que êste em dar títulos doutrinários ao que pensava.

Entre as dificuldades substanciais com que se depara a análise da concepção de Marx sobre a *Unterbau* e a *Ueberbau*, se acha a caracterização daquela. A verdade é que a necessidade de consolidar a teoria pareceu obrigar seus defensores a alargar um tanto amplamente o conceito mesmo de “condição econômica” ou de “fator econômico”, e a êsse respeito é ilustrativa a célebre carta de Engels a Starkenburg, sempre citada contra ou a favor da integridade da doutrina, e na qual se diz que a própria raça pode ser considerada integrante da noção das “condições econômicas”.⁽⁴⁾

Para o nosso problema, no entanto, o importante é repisar que no propósito dos fundadores do marxismo não entrava centralmente o problema do direito. Êste aparecia como um elemento, enumerado com os outros, dentre os que como epifenômenos compunham o resto da ordem social. Neste caso, um problema importante da crítica da teoria social marxista, a saber, se a diferença de classes se contém *dentro* da noção de organização econômica, junto com o de atividade produtora, ou se fica *ao lado* dessa noção, até mesmo como “primeira decorrência” sua, êsse problema tem de ser colocado com base em interpretações posteriores. Os intérpretes ortodoxos se limitam a apontar a influência das classes dominantes; alguns intérpretes contrários arriscam a crítica. ⁽⁵⁾

De qualquer sorte, e ressalvadas essas questões, a posição marxista ficou assente, e influente, como posição segundo

(4) — Carta datada de Londres, 25 de janeiro de 1894: cf. C. MARX — F. ENGELS, *Correspondência*, selecionada pelo Instituto Marx Engels — Lenin de Leningrado (Buenos Aires, 1947), págs. 527 e segs.

(5) — Como exemplo, K. STOYANOVITCH, *Marxisme et Droit*, Paris (L. G. D. J.), 1964, págs 65 e segs.

a qual o direito “depende” da economia, entendendo-se por economia tipo de organização econômica ou interesse da classe dominante.⁽⁶⁾

A partir de então, as ciências sociais se acharam às voltas com o problema do fator dominante. Um problema que hoje pode ser considerado superado⁽⁷⁾, mas que, naquela etapa, era explicável: as grandes ciências parciais do homem tinham de se afirmar por conta de generalizações, e a sociologia, durante o século XIX, se sustentou em grande parte da discussão sobre se o básico na condução das mutações históricas era a religião, a raça, a economia, a guerra ou a política.

E veio a sequência dos continuadores de Marx. À altura dos últimos anos do século, ainda ninguém se entendia quanto ao limite entre a idéia de “ação” de um fator e a “reação” de outro, ou por outra entre o condicionamento de vida social por parte do econômico e o refluxo que os “outros” fatores devolviam por sua vez. É nesta fase que se situa por exemplo a obra de Achille Loria, enfatuada e dogmática, sublinhando e enfatizando sem pena o esquema marxista de prevalência do econômico sobre o jurídico.⁽⁸⁾

(6) — Veja-se por exemplo o capítulo VI, sobre o Estado e o Direito, em F. V. KONSTANTINOV, *El materialismo histórico*, trad. W. Roces e A. S. Vasquez, ed. Grijalbo, México 1960. Passo por alto sobre Lassalle e sobre as críticas de Rudolf Rocker ao materialismo histórico. Uma crítica ainda oitocentista à teoria marxista das relações entre economia e direito, tem-se em C. NARDI-GRECO, *Sociologia Jurídica*, trad. E. Ovejero, B. Aires 1949, p. 220 e passim.

(7) — A propósito, GEORGES GURVITCH, *La vocación actual de la sociología*, trad. P. G. Casanova e outros, FCE, México 1953, I (Los falsos problemas de la Sociología del siglo XIX). Para êle (pág. 43), faltou a Marx — como a Durkheim — relativismo bastante para eliminar “la nefasta teoría del factor predominante”.

(8) — “... il diritto è la sanzione acordata dalla società, o dalla stessa classe dominante, ai rapporti economici” — A. LORIA, *Le basi economiche della Costituzione Sociale*, terza ed., Torino 1902, Parte II (Basi economiche del diritto), cap. II, p. 114. Reconhece porém que a criminalidade — que aliás preordina Marx — não se explica apenas pela circunstância econômica (p. 153), e adiante, criticando Stammler, fala na impossibilidade de se afirmar a superioridade de fatos de uma espécie sobre fatos de outra — Um pouco mais refinada seria posteriormente a generalização de ANTONIO GRAMSCI, para quem “... attraverso il diritto, lo stato rende omogeneo il gruppo dominante e tende a creare un conformismo sociale que sia utile alla linea di sviluppo del gruppo

Por essas alturas haviam aparecido outras formações doutrinárias ou metodológicas no campo das ciências sociais. Entre elas devem ressaltar-se as escolas chamadas históricas, que dominaram por decênios os trabalhos dos economistas e dos juristas. Elas vinham do romantismo, que tanto enriqueceu a trajetória intelectual do Ocidente moderno⁽⁹⁾, e tinham relação com os ímpetos nacionais, com a reação conservadora e com o renovamento da erudição acadêmica. Não parece, porém, que o historicismo jurídico daquele tempo tenha contribuído grandemente para o problema das relações entre ordem jurídica e ordem econômica, e o mesmo se pode dizer do historicismo econômico.⁽¹⁰⁾

Alguma coisa foi sugerida por socialistas do tipo de Anton Menger, ao discutirem o conteúdo e as condições dos chamados “direitos” e ao debaterem a questão do Código Civil em face dos pobres, ou melhor, das então chamadas classes não possuidoras.⁽¹¹⁾ Esta problemática, contudo, não penetrava no tópico fundamental, ou mais geral, das relações entre vida jurídica e vida econômica, passando adiante e levantando questões mais concretas.

*

* *

Em parte, a inaceitação do esquema marxista vinha do fato de que êle (para usar expressão que foi empregada acê-

dirigente” (*Passato e presente*, Torino 1951, pág. 66). Outro marxista relativamente recente, KARL RENNEN, teria a lucidez de ver, entre direito e economia, “complicadas interrelações”, para cuja compreensão nem bastava a “analogia da subestrutura e superestrutura”, nem a distinção stammleriana entre forma e matéria: “at best they do not describe its real substance, or they partly misrepresent it” (*The Institutions of Private law, and their social functions*, transl. A. Schwarzschild, London, 1949, pág. 259).

(9) — Para CARL SCHMITT, o materialismo histórico teria sido uma doutrina tipicamente romântica (*Romantisme Politique*, trad. P. Linn, Paris 1928, p. 26).

(10) — Sobre o historicismo econômico, J. A. SCHUMPETER, *Economic Doctrine and Method*, ed. Allen & Unwin, London 1954, cap. IV.

(11) — Veja-se a nota 1 e mais: A MENGER, *El derecho civil y los pobres*, trad. A. Posada, B. Aires 1947; idem, *Lo stato socialista*, trad. O. Olberg, Milano, 1949.

ca do positivismo) explicava o superior pelo inferior. O inferior era o econômico, era o material; o mundo dito do espírito se supunha mais digno de estima, e nêle se achavam as normas, tal como os valores, os deveres e as formas ideais.

Ao início do século XX, o episódio mais sensacional da discussão do problema se encontra na obra de Rudolph Stammler, *Economia e Direito*. Como disse antes, o marxismo não havia visado especificamente o tema da posição do direito; o direito tinha entrado no esquema de envolta com outros elementos da vida social, todos igualmente afetados pela influência originária do fator econômico. Não fornecera portanto uma visão suficiente da convivência entre teoria econômica e teoria jurídica.

Dir-se-ia entretanto que Stammler “tomou as dores” do direito, que lhe pareceu diminuído. Dispunha de informações novas e representava uma tendência intelectual idealista e carregada de formalismo.

Em linhas gerais, a teoria de Stammler era a seguinte: Utilizando de certo modo o ponto de vista neo-kantiano, encontrava na vida social, aliás no próprio “conceito” de vida social, dois elementos: forma e matéria. O elemento formal condiciona o material, determina-o, porquanto a própria idéia de vida social implica uma regulação de relações. A economia corresponde ao aspecto material da sociedade, o direito ao formal. Dêste modo, há uma “responsabilidade do direito pelos fenômenos sociais”.⁽¹²⁾ A perspectiva de Stammler fazia questão de ser entendida no sentido de uma precedência expressamente *lógica* do formal, ou seja, do regulativo, sobre os con-

(12) — RUDOLF STAMMLER, *Economia y Derecho — según la concepción materialista de la historia*, tra. W. Rocés, Ed. Reus, Madrid 1929, páginas 102 e seguintes, 229 e seguintes, 276 e seguintes. As suas concepções foram expressas também no *Tratado de Filosofía del Derecho* (trad. W. Rocés, Madrid 1930, livro II, seção II), bem como em *La Génesis del Derecho* (trad. W. Rocés, Madrid 1936, pp. 118 e segs) — Em Marx, e isso terá sido uma justificação pelo menos verbal para Stammler, se encontra frequentemente a referência às “relações jurídicas” como formas de que se revestem os atos econômicos enquanto conteúdos. Veja-se em *El Capital, crítica de la Economía Política*, trad. W. Rocés, Fondo de Cultura Económica, México, tomo I, vol. I, páginas 94, 95; tomo III, vol. I, páf. 411.

teúdos materiais;⁽¹³⁾ mas na verdade êle investia contra o materialismo estadeado pelo marxismo, e opunha, à metafísica que nêste se entrevia, uma outra metafísica. Se a metafísica da “concepção materialista da história” era apesar disso dialética, sua metafísica era, apenas de formal (ou por isso mesmo), um tanto estática, ou pelo menos muito pouco histórica. Como quer que seja Stammler concedeu que houvesse complementaridade entre fatos econômicos e fatos jurídicos,⁽¹⁴⁾ mas fazendo a concessão por via paralela à usada pelos economistas quando “reconheciam” que outros fatores *também* podem atuar. O efeito porém de sua obra foi, *grosso modo*, o de uma defesa do jurídico, defesa um tanto radical e pesadamente formal.

Entre as críticas que provocou, são provavelmente mais conhecidas a de Benedetto Croce e a de Max Weber. Para Croce, Stammler tinha desconhecido o materialismo histórico como cânone para o estudo da concretude histórica, entendendo-o substancialmente como teoria filosófica da sociedade; e tinha, ainda, incompreendido o significado do termo “econômico” na acepção que possui dentro do marxismo⁽¹⁵⁾. Para Weber, Stammler fracassara na pretensão de “subjugar” o materialismo histórico, fazendo uma série de confusões ao manipular generalidades.⁽¹⁶⁾ Stammler, a seu aviso, teria co-

(13) — *Economia y Derecho*, pág. 104; *Tratado*, págs. 145 e 146. Para Stammler a vinculação, que é o jurídico, é pressuposta pelo vinculado, que é a atividade econômica.

(14) — No *Tratado* (p. 146), vinculação e vinculado (direito e economia), sob o prisma empírico, surgem “simultaneamente”.

(15) — B. CROCE, “O livro do professor Stammler”, em *Materialismo histórico e economia marxista*, trad. L. Washington, S. Paulo 1948, págs. 117 ss. Croce adverte contra a confusão entre socialismo e materialismo (p. 122), e observa que “tôda pessoa de bom senso” compreende o que significa a alusão de Marx às condições econômicas (120).

(16) — A crítica de MAX WEBER, “R. Stammlers “Ueberwindung” der materialistischen Geschichtsauffaug”, se inclui nos *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (Tubingen, Mohr, 1922, pp. 291 ss). Ao fim do volume (pp. 556 ss), há um adendo à recensão principal. — Sobre Stammler quanto ao problema, v. também HELMUT COING, *Fundamentos de Filosofía del Derecho*, trad. M. Mauri, Barcelona 1961, págs. 225 e segs.; HERMANN KANTOROWICZ, *La definición del derecho*, trad. J. Vega, Madrid 1964, págs. 65 e 146; entre os nossos, MIGUEL REALE, *Filosofía do Direito*, 4a., ed. (revista e aumentada), Saraiva, S. Paulo 1965, passim.

metido graves equívocos quanto ao conceito de “regra” e quanto à distinção entre conceitos jurídico-formais e conceitos empíricos.

Os reparos de Weber, vez por outra ásperos, e oriundos de sua característica prudência científica, foram antes, entretanto, mais uma contribuição ao esclarecimento do alcance dos conceitos gerais contidos no materialismo histórico, e ao reexame da metodologia das ciências sociais, do que uma retificação a respeito das relações entre economia e direitos, que, afinal, eram o problema de Stammler.

*
* *

A êsse respeito, continuou atuando a tentação de conciliar, e muito optaram pela solução do empate: o direito influi na economia e vice-versa. Outros acharam bastante deixar ao direito o momento da “resposta”: os fatos econômicos configuram basicamente a organização, mas criada esta o direito regula por sua vez as relações econômicas. Em Loria já havia textos nêsse sentido. Para os marxistas mais recentes, sempre tem sido possível encontrar, nos escaninhos das obras dos fundadores, passagens com que se justifique a referência a uma atuação “complementar” dos demais fatores.⁽¹⁷⁾ Por parte de muitos juristas, a teoria da interdependência tem tido boa acolhida, havendo inclusive quem observe, e com razão, que as relações entre o jurídico e o econômico variam em função do regime social, da estrutura econômica ou do sistema jurídico.⁽¹⁸⁾

A persistência do marxismo, quer como doutrina partidária, quer como esquema de interpretação histórica, é responsável pela continuação do entendimento do econômico como fator

(17) — Um marxista menos dogmático, como LUCIEN GOLDMANN, chega a dizer: “seria absurdo pretender relacionar tôdas as minúcias de um sistema jurídico com as infra-estruturas ou com outros domínios ideológicos” (*Ciências Humanas e Filosofia*, trad. L. G. Garaude e J. A. Gianotti, S. Paulo 1967, p. 80).

(18) — Exemplo: COING, op. cit. págs. 224 e seguintes.

primordial e, portanto, da visão do direito como mera superestrutura condicionada.

Há entretanto autores que, embora ligados à perspectiva marxista, abandonam a terminologia onde entra a palavra *fatores*. É o caso de Poulantzas, que, utilizando em sentido característico a idéia de “natureza das coisas”, hoje em grande realce na filosofia jurídica, interpreta-a como situação global de condições sociais, deduzindo daí a imanência do direito às estruturas reais, mas finalmente descobrindo que essas estruturas são dialéticamente geradas pelos fatos econômicos.⁽¹⁹⁾

*
* *

Devemos observar ainda que até inícios do nosso século a economia era geralmente mencionada como um todo, como uma área de fenômenos homogênea, a respeito da qual era possível utilizar a idéia unitária de “fator”, e posteriormente é que veio o aperfeiçoamento da análise econômica, e a própria divisão entre o macroeconômico e o microeconômico, de modo que a visão integral como “fator” foi perdida. O crescimento da preocupação com o lado econômico das coisas deu entre outras resultantes necessárias a teoria do imperialismo, como formulação de um problema que nenhum outro prisma tinha entendido; mas a época de crise do imperialismo se revelou também como época de crise da unidade da ciência econômica, que agora deixava de ser uma faixa certa de fatos, correspondente ao que Hegel chamava sociedade civil, e que era a vida privada dos liberais, e transbordava espetacularmente sobre o setor público, com intervencionismos de várias espécies.

Na problemática oitocentista dos “fatores”, a preocupação com o jurídico não entrou tanto como a preocupação com o econômico. O problema do direito estava desde séculos e

(19) — Cf. NICOS POULANTZAS, “Dialectique et Nature des choses”, no volume *Droit et Nature des choses*, travaux du colloque de Philosophie du droit comparée de Toulouse (septembre 1964), Paris, Dalloz 1965, principalmente p. 252.

séculos afeto aos juristas, nem sempre dispostos a misturar seu saber com o dos outros cientistas sociais, que de resto possuíam maior unidade de linguagem do que possuem hoje; de modo que, enquanto a pergunta pela caracterização do *econômico* foi espalhada entre todos os que cuidavam da vida social, a pergunta pelo *jurídico* continuou sendo preferentemente questão interna da teoria jurídica. Quando, porém, os não juristas aludiam às relações entre sociedade e direito, ou entre economia e direito, utilizavam um conceito menos sutil do direito, que nem sempre correspondia às disputações e escogitações dos juristas.

Foi isso em parte, aliás, que fez com que, enquanto o saber econômico cresceu em tecnicismo sem privar-se do contacto salutar com as outras ciências sociais, o saber jurídico se manteve pouco permeável a certas novidades, conservando o seu tecnicismo mais como uma prerrogativa do que como um resultado. (20)

Por tudo isso, uma penetração maior no tema pediria que, além das relações entre direito e economia propriamente, se revissem as conexões entre o pensamento econômico e o pensamento jurídico (21), como perspectivas peculiares, capazes de apontar, cada uma, diferente formulação para o caso, mas passíveis de caberem dentro de uma compreensão mais funda. Pediria também um confronto entre sistemas jurídicos e sistemas econômicos, um confronto em prisma histórico, por onde se visse que a posição recíproca do econômico e do jurídico varia palpavelmente de tipo de sistema para tipo de sistema (o caso do feudalismo, em face do capitalismo, seria ilustrativo).

(20) — Seria um viés sociológico, a cultivar depois, a perquirição dos “novos” problemas reais do direito e dos novos comportamentos da teoria jurídica diante deles. Alguma coisa se encontrará em W. FRIEDMANN, *Law in a changing society* (abridged edition), Penguin Books, London 1964.

(21) — Há certamente, exagero em KANTOROWICZ (op. cit. pp. 64 e 65) quando enxerga na teoria econômica um caráter “predominantemente causal”, motivo pelo qual não deve ter afinidade alguma com a teoria jurídica. O tecnicismo da ciência econômica se monta sobre travejamentos próprios, e hoje inclusive matemáticos, mas há denominadores comuns, como os há entre todas as ciências sociais, que no Ocidente brotaram paulatinamente de um tronco central de problemas e de seqüências conceituais.

Completando-se o relacionamento entre realidade jurídica e realidade econômica com a análise dos contactos entre estudos jurídicos e estudos econômicos, teríamos de pôr em tela o mundo de problemas financeiros, em que conteúdos e efeitos entram pela esfera econômica enquanto regulamentações e pressupostos revelam as contrapartes jurídicas. Teríamos a problemática da planificação, levantada por sociólogos, mas onde a reflexão do jurista e a do economista se completam tal como a do pedagogo e a do psicólogo. Teríamos os novos temas que compõem o hoje chamado “direito econômico”, feito de imposições da realidade econômica e de potencialidades da técnica jurídica, desdobrada das velhas categorias para novas situações.

Esta visão das relações entre o saber econômico e o saber jurídico refoge ao problema clássico de Marx e de Stammler mas revela novos aspectos e autoriza o relativismo que aqui se adota. O saber econômico e o saber jurídico são, cada qual a seu modo, expressões da longa evolução da cultura ocidental; em sentido paralelo, o pronunciamento sobre a primazia do jurídico ou a do econômico é sempre visão de aspectos daquela evolução, aspectos que a crítica deve reduzir estruturalmente à devida proporção.

*

* * *

O debate sobre a posição da economia e do direito na vida social tem, portanto, tropeçado com numerosos equívocos. Ele não pode reduzir-se a alusões à burguesia e aos interesses de classe que os Códigos protegem. As instituições jurídicas e as econômicas refletem sempre situações da dinâmica do poder. O problema talvez não deva consistir tanto na conexão entre um tipo de realidade e outro, mas sim em considerar o direito e a economia como duas formas de experiência humana, dois setores de dentro da existência dos grupos. Foi a necessidade conceitual dos tempos modernos que levantou a questão, foi o *penchant* ideológico que a fez crescer e foi o amor da discussão que a deformou. Quando se fala aqui em “direito” e “economia” como formas de experiência social

dos homens, se implanta uma generalização perante os dados e os casos da realidade concreta, mas ao mesmo tempo se limita essa generalização pelo nível da variação histórica. Creio que, se êsse problema tiver uma resposta, não será uma resposta absoluta nem ontológica: será uma resposta histórica. Nem será uma resposta isolada; estará ligada à conexão do direito e da economia com os outros elementos da vida social: a cultura, a política, as crenças. Nas épocas ou nas culturas em que o fundo religioso predomina, como predominou na Índia Bramânica, não se pode falar em economia como móvel principal. Na Idade Média européia tampouco. No Ocidente capitalista sim, o fundamento econômico influi basicamente sobre quase tudo; mas nos dias em que vivemos há outros aspectos a anotar. Não se pode portanto, em termos genéricos, reduzir o direito a epifenômeno do regime econômico, nem bastaria, como contrapartida, reduzir o econômico a conteúdo passivo das normas jurídicas. O próprio condicionamento de classes, que sem dúvida marca a ordem jurídica, não é um puro fenômeno econômico, ou antes: o econômico entra aí em proporção variável, segundo as variáveis de tempo e de cultura, — o que não exclui que possa chegar a grau máximo.

Quando se compara o direito com qualquer outro daqueles elementos, e o mesmo ocorre com a economia, o seu conteúdo sofre necessariamente distorção, ou ampliação, bastantes para o afastar das definições usualmente tidas pelos especialistas. Geralmente as definições do direito tendem a descrevê-lo como ordem, ou a integrar a idéia de ordem como suporte da de direito; é esta noção do direito — ordem, desdobrada na noção do direito — norma, que se acha implícita quase sempre quando os juristas olham o tema. Já as definições de economia, e anote-se que a preocupação com isso é bem menor nos economistas, parece tenderem à noção de processo. Isso daria um cunho mais dinâmico à visão do mundo econômico que a do jurídico. Mas quando se confrontam as duas coisas, entre si ou com o resto dos setores da vida social, se precisa de um denominador comum. Então se cai num dos lados, conforme a preferência doutrinária, ou se vai para o óbvio dizendo que a realidade social é que enfim condiciona tudo.

O pensamento econômico, em maior escala talvez que o jurídico, usufruiu o influxo dos movimentos democráticos, que fizeram fermentar as discussões sociais, de modo que em seu conteúdo ficou latente a convivência entre o aparato técnico e o fundo ideológico. Essa convivência se dá também no jurídico. O ideal seria, possivelmente, que a crítica, em cada um dos pontos de vista, desse o desconto necessário.

*
* *

Vivemos dias em que as ciências apresentam sintomas de saturamento teórico e sofrem enorme acúmulo de materiais. Êsses pesos são suportados, em parte, devido à permanente incitação das necessidades e dos desafios por-trás dos quais a esperança se instala. Por conta dêste jôgo entre dificuldades e êxitos, delinea-se também a contradição entre a tendência tecnocrática e a tendência humanista, ou ética, aquela utilizando a tentação do domínio da natureza, esta abrindo os olhos da humanidade para os perigos dessa tentação.

Nas universidades, o irreversível avanço das mudanças arrasta exigências novas no ensino e na programação das aplicações do ensino. Ocorre, também, que o excesso dos meios de comunicação acarreta o barateamento dos conceitos; as teorias são afetadas e se mostram efêmeras pela pressão da indústria gráfica, que faz da produção intelectual um métier como tantos. O cientista social absorve as tensões do mundo, cheio de guerras estúpidas, e oscila entre a persistência do milenar anseio de justiça e o darwinismo presente nos que esperam que os mais "aptos" vençam os conflitos. Êle teoricamente sabe de implicações, mas na prática percebe implicâncias.

O tema fica por aqui. Infelizmente não tive mais o que ensinar, nem o que cogitar. Mas o inacabamento dos problemas pode muitas vezes ser o mais proveitoso pretexto para o trabalho universitário.

O DIREITO PENAL E AS CIÊNCIAS DO HOMEM(*)

EVERARDO DA CUNHA LUNA

— I —

A cultura de nossa época caracteriza-se pelo desenvolvimento das ciências particulares, o interêsse da pesquisa e o aperfeiçoamento da técnica. Depois de obter vitórias e conquistas sôbre a natureza, investiga, agora, o espírito humano, apoiado nos novos instrumentos da ciência, a própria atividade espiritual do homem, insatisfeito, que se mostra, não só das conquistas e vitórias alcançadas pela técnica no campo dos objetos naturais, como do próprio saber espiritual, enriquecido, através dos séculos, pelo pensamento filosófico, a criação literária e artística e a experiência moral e religiosa. Pesquisando-se a si mesmo, o espírito cria um nôvo grupo de ciências particulares — as ciências da personalidade: psicologia experimental, sociologia de campo, história explicativa.

As novas ciências começaram, de logo, a indagar sôbre o crime e a personalidade do criminoso, realidades humanas de que se ocupavam, até então, unicamente as leis do Estado e a cultura geral. Nascida a criminologia, a princípio sômente repertório ou enciclopédia de conhecimentos criminais e, depois, também ciência sintética, começou-se a aguçar, no campo do direito penal, a tendência para apreciar, no complexo da ação criminosa, o próprio criminoso. Surgiu, assim, ao lado da clássica consideração do ato, a moderna consideração do autor.

»

(*) — Documento de trabalho, apresentado pelo autor, por intermédio do Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal, ao X Congresso Internacional de Direito Penal, a realizar-se em Roma, no ano de 1969, sob o título LE PROCÈS PENAL EN DEUX PHASES, versão francesa do Professor Jean Claude Tabet.

E, para melhor compreensão do ato isolado do crime, a apreciação da totalidade dos atos da vida.

O problema da classificação dos criminosos passou a tomar, quer no campo da criminologia, quer na esfera do direito penal, uma posição de especial relêvo. Assim é que investigações de tipos criminológicos vêm sendo realizadas, frequentemente, pela ciência, e a procura da fixação legal dos tipos criminológicos vem-se apresentando, na atividade dos juristas, como tarefa de primeira plana. E tudo porque a boa compreensão da personalidade concreta do criminoso, na ordem prática da justiça, já não dispensa os conhecimentos científicos da personalidade humana, os fundamentos da ciência que generaliza, que abstrai e que tipifica para melhor penetrar o particular, o concreto, o individual enfim.

Paralelo ao problema da classificação dos criminosos, eis o problema da classificação das penas e das medidas de segurança. A pena, além de ser encarada, numa relação de causalidade jurídica, como efeito de uma causa, que é o crime, também deve ser considerada, numa relação de finalidade, como meio para um fim, que é o criminoso. "Dêsse modo, ao lado do binômio crime-pena, que responde à pergunta de ordem causal — por que a pena? — coloca-se o binômio de ordem final — para que a pena?"

Se diversas são as classes de delinquentes, diversas devem ser as classes de sanções. Por consequência, a pena e a medida de segurança, para se adequarem à personalidade do criminoso, devem variar tanto de grau e quantidade como de qualidade e natureza. Várias sanções para delinquentes vários, porque adequar é igualar e o vários só se iguala com o vários.

— II —

Se, de um lado, as ciências investigam a personalidade do criminoso e, de outro, o direito penal procura considerar o criminoso para uma apreciação mais profunda do crime, cabe, aos estudiosos dos problemas penais, fazer as seguintes indagações:

1a. — já produziram as investigações científicas, no campo da personalidade, resultados que possam ser aproveitados, positivamente, pela justiça penal?

2a. — se resultados positivos existem, que limites devem ser impostos para uma rigorosa aplicação penal, levando-se em conta a complexidade dos problemas que deparam as chamadas ciências da personalidade?

3a. — mesmo com a posse de resultados obtidos com rigor científico, que limites devem ser obedecidos para o fim especial de resguardar os direitos individuais?

A política criminal aponta, ao direito penal, novos caminhos, novos rumos, mas a seleção e escolha dos rumos e caminhos compete ao direito penal, que é, na frase clássica, "o limite da política criminal". A êle, pois, a faculdade de conceder, limitar ou proibir o trânsito das idéias de gabinete e das pesquisas de laboratório aos tribunais e às penitenciárias.

Em primeiro lugar, deve-se afirmar, resolutamente, a existência de resultados produzidos pelas ciências da personalidade e aproveitáveis pela justiça penal. Algumas vezes isoladas continuam apontando, na criminologia, a ausência de valor científico, mas os progressos da ciência criminológica são inegáveis por todos aqueles que a observam com imparcialidade.

Em segundo lugar, devem-se impor, no campo da justiça penal, os seguintes limites às investigações da personalidade:

1.º — devem ser afastadas tôdas as investigações que não obedecerem a critério rigorosamente científico.

2.º — devem ser repelidas tôdas as investigações que, mesmo realizadas com critério rigorosamente científico, representarem, pela própria natureza, ofensa à dignidade da pessoa humana.

3.º — devem ser rejeitadas tôdas as investigações que, mesmo realizadas com critério rigorosamente científico e sem representarem, intrinsecamente, ofensa à dignidade da pessoa

humana, prejudicarem, pela inoportunidade de sua realização, interesse da justiça ou direitos individuais.

— III —

A doutrina cogita de um exame prévio", ou seja, de um exame bio-psico-social da pessoa submetida a processo criminal. Trata-se de uma perícia de personalidade para esclarecer o juiz na aplicação da pena ou da medida de segurança e que não se confunde com o exame psiquiátrico da imputabilidade. O exame prévio pode ser realizado.

1.º — antes da condenação pela afirmação da culpabilidade do acusado.

2.º — antes da aplicação da pena ou da medida de segurança ao condenado.

O Código de Processo Penal da Itália, dentro da tradição jurídica de respeito à pessoa e à dignidade humana, proíbe, expressamente, a realização de tal exame. O Código de Processo Penal do Brasil não o disciplina, expresso que é apenas no que respeita à perícia em geral e na matéria limitada de algumas perícias tradicionais, como a psiquiátrica e a documental. Finalmente, o Código de Processo Penal da França, dentro do espírito francês de vanguarda e inovação, disciplina-o de modo especial, dando-lhe o caráter de obrigatoriedade para certos e determinados casos e facultando-o, ao juiz, para os demais casos.

O Código de Processo Penal italiano merece ser censurado por proibir, terminantemente, o exame da personalidade. Ao fazê-lo, priva o juiz do auxílio da ciência, deixando-o sozinho no momento em que é chamado para punir o semelhante. O Código de Processo Penal brasileiro também merece reparo pela omissão do exame bio-psico-social. Ao silenciá-lo, também priva o juiz do auxílio da ciência, limitado que fica, a apreciação judicante da personalidade do acusado.

O exame bio-psico-social, procedido antes da afirmação da culpabilidade do acusado, que é o sistema do Código de Pro

cesso Penal francês, deve ser criticado e rejeitado pelos seguintes fundamentos:

1.º — sendo o exame prévio, no final de contas, um exame criminológico, jamais deve ser feito numa pessoa que se presume inocente, ou que, muitas vezes, realmente o é.

2.º — a realização de um exame de personalidade, cujos resultados podem criar sérios vexames e danos para a pessoa a êle submetida, apresenta-se como um perigo ou uma contrariedade aos direitos individuais.

3.º — a admiti-lo, será conveniente condicionar-lhe a realização ao consentimento de quem a êle vai submeter-se, restrição que o torna precário e de pouca utilidade para a justiça penal.

4.º — o exame bio-psico-social, realizado antes da afirmação da culpabilidade, é substituível, vantajosamente, pelo exame criminológico considerado como ato processual posterior à condenação do acusado e prévio à aplicação da pena ou da medida de segurança.

— IV —

¹¹¹ Cogita-se, agora, de um processo penal dividido em duas fases de julgamento: numa primeira fase, a condenação como um dos resultados; numa segunda fase, o exame criminológico do condenado para aplicação da pena ou da medida de segurança. Trata-se do sistema processual que acolhe o ensinamento científico sem ferir os direitos do indivíduo e os interesses da justiça. Também é o sistema que melhor atende à finalidade do exame criminológico. As leis processuais contemporâneas devem preferi-lo e acolhê-lo.

Em favor do processo penal dividido em duas fases, confrontado com o processo monofásico em que é admissível o exame bio-psico-social do acusado, podem-se fazer as seguintes considerações:

1a. — o exame criminológico, no processo bi-fásico, tem,

como destino, o fim para o qual foi criado, ou seja, a verificação da personalidade do criminoso e da periculosidade criminal.

2a. — o exame criminológico, uma vez respeitados os direitos da pessoa humana, já não encontra, no processo bi-fásico, o obstáculo dos direitos individuais, porque a condenação pela afirmação da culpabilidade implica, para o condenado, uma restrição dos próprios direitos individuais.

3a. — o exame criminológico, realizado sobre os fundamentos de uma condenação criminal, oferece a dupla vantagem de não ficar subordinado ao consentimento do examinando e de não criar situação de perigo ou dano para os direitos individuais.

4a. — o exame criminológico, procedido na pessoa do condenado, evita o perigo da interferência, no juízo de culpabilidade, de elementos estranhos à prova criminal.

5a. — o exame criminológico, no processo bi-fásico, pelo fato de ter acolhimento numa fase processual unicamente criada para a sua realização, toma especial relevo dentro do processo penal.

6a. — o exame criminológico, uma vez fixado numa segunda fase do processo, reduz o tempo, os trabalhos e os gastos da perícia, pelo que atende melhor ao princípio da economia processual.

— V —

Acolhendo, de princípio, o processo penal em duas fases, podem ser feitas as seguintes indagações de política legislativa:

1a. — deve a lei instituir a segunda fase processual para deixá-la à descrição do julgador?

2a. — ou deve instituí-la com caráter obrigatório?

Tratando-se de uma experiência legislativa nova, pode-se responder às duas indagações da maneira seguinte:

1a. — a lei deve indicar, limitar e caracterizar os casos de cabimento de uma segunda fase processual, formulando regras a serem observadas na aplicação do sistema.

2a. — a lei deve selecionar, sobre os modernos fundamentos da prevenção do crime, da defesa social e do tratamento do criminoso, casos especiais que justifiquem uma segunda fase processual de caráter obrigatório.

3a. — para o fim especial da punição, uma segunda fase processual de caráter obrigatório, respeitado o princípio de legalidade da determinação e fixação da pena, poderá ser instituída conforme o critério qualitativo e quantitativo da sanção penal.

4a. — para o fim especial da aplicação da medida de segurança, uma segunda fase processual de caráter obrigatório poderá ser instituída conforme o critério da presunção legal da periculosidade e da verificação da periculosidade nos casos concretos.

5a. — nos demais casos, deve-se conceder, ao juiz, a faculdade de recorrer a uma fase processual quando, na apreciação da personalidade do condenado, verificar a conveniência de submetê-lo ao exame bio-psico-social.

6a. — uma vez realizado, numa segunda fase do processo, o exame bio-psico-social do condenado, deve ser reconhecido ao juiz o poder de livremente apreciá-lo, inclusive de renová-lo, substituí-lo, ou considerá-lo como simples peça no conjunto das provas, ou simples informe para u'a melhor apreciação judicial da personalidade do condenado e um melhor aproveitamento da pluridimensão das penas e das medidas de segurança.

7a. — na segunda fase processual, fase criminológica, devem-se assegurar, ao condenado, tôdas as garantias da defesa, com a observância, no que fôr compatível, dos princípios de contestação e contraditório.

8a. — na segunda fase processual, a defesa do condenado deverá pronunciar-se, especialmente, sobre o aspecto formal do

exame criminológico, e na apreciação da causa, também sobre o aspecto material, o conteúdo e o mérito do exame realizado.

— VI —

Pressupõe-se, evidentemente, diante do proposto, que sejam atendidas condições fundamentais:

1a. — existência do aparelhamento técnico indispensável, problema este de política, de governo e de administração, que devem receber, da parte dos estudiosos, constantes esclarecimentos sobre as necessidades da justiça penal.

2a. — preparação e formação dos juizes criminais, que além da vocação para a função judicante e o saber jurídico especializado, devem ter conhecimentos gerais de toda a matéria penal.

— VII —

Como conclusão, pode-se afirmar que o exame criminológico não pode ser desprezado diante da tendência do direito penal moderno em sobrepor, ao velho problema da classificação dos crimes, o novo problema da classificação dos criminosos, e ao velho problema da pena retributiva, o novo problema da classificação das penas e das medidas de segurança, colocando, deste modo, no centro dos interesses penais, a consideração da personalidade humana.

INDÚSTRIA E TRÓPICO (*)

MARCO AURÉLIO DE ALCÂNTARA

A direção deste Seminário propôs-me um tema que me limita a comentários muito específicos sobre o processo de industrialização em regiões tropicais. Dentro desse escopo, quis certamente conhecer, para oportuno debate a experiência, já recolhida, em dois anos de atuação, pela FUNDINOR uma agência privada criada pela Indústria do Nordeste do Brasil — uma região tropical — para atrair capitais e assistência técnica do Centro-Sul e do exterior e orientá-los na aplicação em novas indústrias.

A perspectiva em que me procuro situar é a de um observador-participante de processo de industrialização em região tecnologicamente subdesenvolvida. E a industrialização é visualizada, aqui, como fator dinâmico do crescimento econômico. Sob esse ângulo de análise, o que me preocupa é menos o ambiente físico em que se desenvolveria o processo de crescimento industrial e mais — muito mais — a existência de fatores que pudessem contribuir para a instalação de capitais privados e a sua eficiência em termos de rentabilidade.

Pois, tecnologicamente subdesenvolvida são também regiões de clima temperado e frio na América Latina, Ásia e África e não apenas as regiões tropicais. É certo que os Trópicos, para onde foi transplantada a tecnologia industrial nascida no Ocidente, situaram-se, até meados do século XIX, como áreas essencialmente produtoras de matérias-primas agrícolas, que, em bruto, eram exportadas para a Europa e os Estados Unidos e aí

(*) Palestra proferida na sessão do dia 27 de novembro de 1967, do Seminário de Tropicologia, da Universidade Federal de Pernambuco.

beneficiadas e utilizadas pela indústria. Mas tarde, algumas indústrias nacionais dos países tropicais e estrangeiros ali estabelecidas iniciaram as operações de beneficiamento de matérias-primas, realizando a preparação dos produtos para manufaturas mais sofisticadas nos países já industrialmente avançados. As operações locais de beneficiamento geralmente se ocuparam de tarefas que requeriam o largo emprêgo de mão-de-obra, tais como o descaroçamento de algodão, a preparação das fibras de sisal, o despulpamento de babaçu e a extração da cêra de carnaúba, o beneficiamento da castanha de caju para exportação da amêndoa, o *crushing* da mamona para extração de óleo, etc.

Hoje em dia, com o progressivo crescimento dos mercados internos nos países tropicais, os produtos são beneficiados, industrialmente, para consumo nacional, embora continui a exportação para mercados externos. Em alguns casos — a receita cambial desses países, como o Brasil, depende principalmente da exportação de um, dois ou três produtos tropicais. Em nosso caso, o café continua o principal produto de exportação, seguido do algodão.

Essa dependência cria problemas muito sérios para os países em desenvolvimento situados em sua quase total extensão geográfica nos espaço tropicais. A remessa de divisas, que proporciona o capital necessário para a aquisição de máquinas, equipamentos e processos e patentes industriais, nos países tecnologicamente avançados, flutua ao sabor das conveniências dos compradores, da formação dos estoques estratégicos, portanto, da maior ou menor elasticidade da demanda em determinados períodos. Isso ocorre não somente para os produtos agrícolas como também para os produtos minerais. O caso do Chile, por exemplo, é típico, nesta última categoria.

Comenta-se às vezes, observa um estudioso dos processos de econômicas exógenas, Frederic Benham, que as flutuações (notadamente as provenientes de altas e depressões) nas atividades econômicas dos países industriais condicionam os ganhos com as exportações dos países subdesenvolvidos. Por exemplo, o Prof. Ragnar Nurkse, citando dados referentes ao período en-

tre 1901 e 1950, acima mencionados, “e notando que as flutuações (que eram um tanto mais elevadas do que as flutuações nos preços) mais frequentemente caminhavam do que deixavam de fazê-lo na mesma direção que os preços — os maiores volumes acompanhando os preços mais elevados e vice-versa — declarou que estas cifras fornecem provas conclusivas — se provas fôssem necessárias — de que as flutuações nas exportações dos principais países produtores têm origem nos centros industriais do mundo. Mais especificamente, parecem originar-se das trocas gerais de investimentos para capital fixo”.

Não resta dúvida que os países industriais podem exercer influência dominante por meio de mudanças na procura de importações, nos preços mundiais e nos lucros com as exportações de grande parte dos produtos primários.

Prosseguindo em sua análise, diz Benham: “Quando o preço mundial de um produto primário desce, seja devido ao aumento das ofertas ou à diminuição da procura, um país que forneça a grande porcentagem das exportações totais poderá controlar a queda dos preços, pelo menos por algum tempo, pela redução das suas próprias exportações. Foi isto que o Brasil fez com relação ao café em 1930; reduziu, assim, as suas exportações, e acumulou grandes estoques (parte dos quais foi destruída). É, entretanto, dispendioso para um país sozinho carregar o peso da restrição das exportações. A possível consequência disso é possibilitar a outros países manter ou expandir suas exportações: o Brasil, que fornecia cerca de 60% das exportações mundiais de café, fornece agora somente cerca de 45%.”

“Um país que fornece somente pequena porcentagem das exportações totais é, por conseguinte, incapaz de afetar os preços mundiais, por meio de ação independente.”

“Indubitavelmente, o que é necessário, se se deseja evitar que os preços mundiais tomem o seu curso, é a ação combinada de todos os países exportadores.”

“Se todos os países exportadores, ou pelo menos todos os principais países, concordam em cooperar, poderão fazer muito

mais do que evitar a queda dos preços. Poderão reduzir a amplitude das flutuações, tanto para cima como para baixo, pela determinação do volume total das exportações, para mudanças de procura pelos países importadores. Além disso, poderão, provavelmente, tornar maiores os seus ganhos com as exportações do que o conseguiriam de outra forma.”

“Parece claro que os países importadores não permitiriam monopólio dos produtores para maximizar os ganhos na exportação a sua custa, embora tal significasse uma transferência da riqueza dos mais ricos (consumidores) para os mais pobres (produtores). A atitude dos Estados Unidos tornou-se em 1951, quando êste país queixou-se do preço de embuste” (embora os preços mais elevados fossem resultado do aumento da procura) e interrompeu, por um tempo, as suas compras de estanho e outra vez, em 1954, quando manteve uma investigação pormenorizada sobre as razões da alta nos preços do café.”

“É sem dúvida, aconselhável controlar as grandes flutuações, primeiro as flutuações ascendentes e depois as descendentes, ou vice-versa, nos preços das mercadorias. Entretanto, poucas vezes é aconselhável manter completamente estável o preço de uma mercadoria. As mudanças de preços desempenham papel chave numa economia livre, dão tanto ao produtor como ao consumidor possibilidades de tirar o melhor partido dos seus recursos. Por exemplo, se a procura de uma mercadoria está aumentando, o aumento de preço anima o produtor a incrementar sua produção e a procurar novas fontes de suprimento. Se os custos da produção estão caindo (por exemplo, devido à maior produção da cultura), os preços em baixa virão beneficiar os consumidores e aumentar o consumo. Se há inflação geral, não há razão por que os produtos primários devam ser excluídos da alta geral dos preços. Um acôrdo internacional de mercadorias é aconselhável somente quando aquêles que as controlam fazem diagnósticos corretos da situação e podem distinguir entre as flutuações de curto prazo e as com tendências a longo prazo; se fizerem julgamento errado, estarão retardando os ajustes necessários, tornando-os mais sérios, quando forem efetuados.”

“As principais medidas por meio das quais as ofertas po-

dem ser ajustadas às mudanças na procura são as variações no volume das exportações e compras ou vendas do estoque reserva.”

“É difícil fazer com que todos os países exportadores adiram a um acôrdo internacional, que (como nos acôrdos do açúcar e do estanho) dê a cada um dêles uma quota de exportação e que exija que aumentem ou reduzam suas exportações de uma determinada porcentagem, por determinação do Conselho. Alguns podem julgar que devem ter uma porção maior das exportações mundiais do que outros estejam dispostos a lhes conceder. Se, porém, alguns países permanecem fora do acôrdo e estão, portanto, livres de expandir suas exportações enquanto os países-membros restringem as suas, o esquema tende ao colapso.”

Se há um estoque de reserva (como existe para o estanho), êste poderá ser de preço elevado. A maioria das mercadorias (ao contrário do estanho) necessita de muito espaço para a armazenagem e estão sujeitas a deteriorização e prejuízos enquanto armazenadas. Os custos de um estoque de reserva, incluindo os juros sobre o capital nêle empregado, poderá elevar-se a 10% ou mais de seu valor, anualmente.

Aparece, então, o problema dos “diferenciais”. A maioria dos produtos primários está longe de ser homogênea. Ao contrário do açúcar e do estanho, êles apresentam diferentes variedades e qualidades cujos preços variam consideravelmente, com o passar do tempo (em relação uns com os outros). Os países exportadores poderão não estar de acôrdo em aceitar os regulamentos de um grupo internacional (sobretudo na ocorrência de contrato multilateral, como por exemplo, aquêles do trigo) sobre preços “razoáveis” máximos ou mínimos, para as suas variedades ou qualidades especiais.

Êstes são grandes obstáculos, o que é demonstrado pelo fato de no presente só existirem quatro acordos internacionais de mercadorias — para o trigo, para o açúcar, para o café e para o estanho. E cada um dêles levou muitos anos para ser negociado.”

Depois da Segunda Guerra, a situação mudou gradativamente, porque os países tropicais passaram a um esquema de auto-industrialização, na base do modelo de substituição de importações. Esse modelo, prevalecente no Brasil, onde o confisco cambial se mantém para numerosos produtos — o preço de um automóvel aqui é três vezes o do similar europeu — criou um mercado interno, que, embora sujeito a pressões inflacionárias, vem absorvendo também os produtos primários.

Naturalmente, esse mercado ainda é muito reduzido e não conseguiu desviar o fluxo das exportações de primários que predominam na pauta brasileira de comércio exterior. Entretanto, usos locais foram criados para grande parte dos produtos: o mercado nacional de café solúvel ou instantâneo, por exemplo; o mercado nacional de sucos tropicais; o mercado nacional de doces industrializados; o mercado nacional de tecidos de algodão; o mercado nacional para sacos de juta; o mercado nacional para detergentes, sabões, óleos vegetais, margarina, cêra, combustíveis de aviação; o mercado nacional de couros e calçados, e tantos outros.

Os governos dos países principalmente exportadores de primários têm procurado, no seio do GATT — o Acôrdo Geral sobre Comércio e Tarifas — dos organismos das Nações Unidas, nos recentes "Kennedy Rounds" e através de canais diplomáticos, conseguir mecanismos compensadores das flutuações de suas receitas de exportação. O próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento, para o caso da América Latina, pensou, recentemente, na criação de um Fundo de Compensação derivado de percentual sobre a receita decorrente das importações, que serviria para compensar eventuais perdas. Mecanismos conhecidos são o Acôrdo Internacional do Café e o Acôrdo Internacional do Açúcar. Agora mesmo, o Brasil desenvolve negociações para um novo Acôrdo do Café à base de cotas fixas nos países importadores.

A ameaça aos produtores tropicais não se encontra apenas nas flutuações do mercado comprador, mas também na produção desordenada e na concorrência desenfreada que se estabelece para conquistar mercados, aumentando o poder de barganha

dos compradores e impedindo qualquer tentativa séria de controle da produção. Veja-se o caso do café. O Brasil propugnou, no último Acôrdo de Londres, para a limitação das áreas produtoras, sendo o seu ponto de vista vitorioso. Os países produtores da África e América Latina assinaram o compromisso de limitar a sua produção. O Brasil pôs em prática o esquema elaborado pelo GERCA — Grupo de Erradicação do Café — e modificou, sensivelmente, a paisagem agrícola do Paraná e São Paulo, substituindo cafezais improdutivos por novos tipos de cultivo agrícola, geralmente cereais. O que se viu, entretanto, nos mercados internacionais? A rápida introdução de cafés africanos a preços vis, para deslocar o produto similar do Brasil, inclusive sob a influência de alguns importadores.

O café solúvel ou instantâneo (Instant coffee) exportado principalmente por duas fábricas do Brasil — a "Cacique" e a "Dominium" — está agora ameaçado pelas terríveis pressões políticas que o *General Foods*, produtora de *instant coffee*, vem exercendo junto ao Departamento de Estado e ao Congresso norteamericanos para discriminar, tarifariamente, o café brasileiro. (*)

O Ministro Macedo Soares, recentemente, deu um "recuo" na posição brasileira sustentada em Londres, em outubro, admitindo o Acôrdo Internacional do Café como forum apropriado para a discussão sobre a penetração do solúvel brasileiro. É que o solúvel nacional, produzido a custos baixíssimos graças a proteção fiscal, está fazendo verdadeira "razzia" no mercado norteamericano, concorrendo em preço e qualidade com o similar produzido pela *General Foods* à base do próprio café em grão importado do Brasil.

Tome-se o caso do sisal. Utilizado principalmente para amarrar fardos de feno destinado à alimentação de gado, o sisal produzido nos países tropicais — e largamente no Nordeste do Brasil — foi abalado, até recentemente, pela fibra sintética

(*) O "endurecimento" das negociações entre o Brasil e os EE.UU. para a solução da questão do solúvel levará a denúncia do Acôrdo Internacional do Café.

produzido no grande complexo industrial britânico da *Imperial Chemical Industries* — a ICI. À maior ou menor resistência da criador europeu ou norteamericano em adquirir cordões de sisal, caem ou sobem os preços.

Mas, não vamos temer o sintético.

Observa-se que, à medida que crescem os níveis de renda, se volta a uma procura das fibras naturais, desprezando-se o sintético, que passa à categoria de consumo dos grupos de mais baixa renda. É o que ocorre com o algodão nos Estados Unidos.

Hoje, há uma fome de algodão no mundo, apesar da penetração que os tecidos sintéticos fizeram e continuam fazendo, agora nos países de mais baixa renda, como é o caso do Brasil.

Nas *upper classes* norteamericanas, as camisas *one hundred percent cotton* começam a ser produzidas pela Van Heusen e a Arrow, em escala bem maior. As camisas de puro nylon foram relegadas ao consumo de negros, puertorriquenhos pobres e turistas latinoamericanos aos EE.UU. Na Rússia e nos países do Leste Europeu o *nylon* e os tecidos sintéticos começam a ser consumidos na euforia que se inicia com a liberalização do consumo individual.

O I Simpósio Regional do Algodão, que vamos realizar nos dias 18, 19 e 20 de dezembro, no Recife, é mais um pioneirismo da indústria regional interessada em alertar agricultores, industriais têxteis e exportadores para as que se podem obter no mercado internacional, atualmente. Há quem veja como vantagens resultadas do I Simpósio do Algodão a possibilidade de constituir-se no Recife, aproveitando as facilidades portuárias, um vasto entreposto para estocagem de algodão destinado a interferir poderosa e gostosamente nos mercados internacionais e fazer cair preços ou aumentá-los. Êsse mecanismo de ataque seria muito mais apropriado aos interesses nacionais do Brasil que qualquer mecanismo de defesa ou de compensação através de Acôrdo ou Ajuste Internacional, onde os convênios sugerem medidas teóricas que a prática comercial desmoraliza.

A fase de desenvolvimento que o Brasil atravessa — fase de arranco, conforme viu Rostow, aqui no Nordeste, em 1966 — ainda é para consumo de tecidos mais barato. Estamos ainda, por mais 1 decênio talvez, na faixa de consumo dos “senta, levanta”, o que não nos impede, entretanto, de produzir as fibras naturais para acompanhar o crescimento do consumo nacional nas faixas de renda alta e também agredir e condicionar os mercados consumidores externos.

Para alguns produtos, entretanto, o Brasil — e dentro do seu espaço físico a região Nordeste — tem sido exageradamente tímido na conquista e agressão de mercados internacionais. Em alguns casos, pelo volume relativamente menor da operação, os riscos de flutuações são mínimos. O caso do abacaxi, por exemplo, que o Brasil troca com a Argentina por frutas de clima temperado. Não se compreende o abandono em que o Brasil deixa os mercados europeu e australiano, livres à penetração de ananás africano de inferior qualidade.

Embora a industrialização seja o fator dinâmico do crescimento econômico — não conheço nenhum país que se tenha desenvolvido, rapidamente, com a agricultura — ela não deve constituir a panacéia para todos os males do subdesenvolvimento. Hawaii, por exemplo, graças ao capital e à técnica norteamericanos, tem a sua receita de Estado baseada exclusivamente na produção do açúcar, no abacaxi e na castanha *Macadmia*, que é consumida nos bares, “cocktails” e festas, em todo o território americano.

A *Macadamia nut* é a maior concorrente da castanha de caju, que a Índia exporta para os mercados europeu e norteamericano, ao ponto de criar, para defesa de sua receita cambial, um Centro de Promoção do Caju em Londres.

Senão fôsse o esforço da Maguary e da Brasil Oiticica e da Cajubrás, ao lado de outros produtores menores no Ceará, o Brasil já teria perdido os seus mercados externos para a castanha, o óleo e os sucos de caju, não só para a Índia, como também para os domínios portugueses de Angola e Moçambique.

Os sucos de frutas tropicais são outro campo quase inex-

plorado pelo Brasil para a exportação e aumento de sua receita cambial. Aqui se salienta, também, o esforço da Maguary, uma indústria nordestina. Contudo a variedade de nossas frutas — cajá, graviola, mangaba, manga, maracajá, pitanga (que o Diretor deste Seminário, escritor Gilberto Freyre, pioneiramente, aproveitou para um tipo de brandy doce e ácido, a *cachaça de pitanga de Apipucos*) — ainda não provocou a desejada cobiça dos investidores privados do Centro-Sul que procuram o Nordeste para aplicação dos seus capitais, graças aos incentivos da SUDENE. Esse aspecto abordaremos mais adiante.

Em termos muito práticos o mercado norteamericano, onde se concentra o maior poder aquisitivo individual de todo o Mundo, é o que nos interessa para a exportação dos sucos de frutas tropicais. O americano médio já está cansado do "orange juice" no pequeno almôço. Sente a falta de sucos esquisitos para a abertura diária do seu paladar. Eis o campo para as frutas tropicais, de sabor e aroma incomparáveis. Eis um campo para novos investimentos privados no Nordeste do Brasil, que estamos procurando "vender" promocionalmente nos mercados de capitais do Sul e do exterior, através do Serviço de Expansão e Propaganda Comercial do Brasil.

Além do campo da industrialização de produtos alimentícios nas regiões tropicais, outro setor ainda inexplorado em todas as suas possibilidades é a indústria farmacêutica à base de plantas medicinais exclusivamente nativas dos Trópicos úmidos.

Recentemente, uma missão de estudos de Universidade norteamericana percorreu o Rio Negro, analisando a composição química de suas águas. E constatou que o Rio Negro é uma vasta emulsão da seiva de plantas cujas propriedades começam a ser agora analisadas, sabendo-se que uma delas é a de repelentes e insetos, moscas, mosquitos, principalmente o *Culex* que infesta muitas áreas de regiões tropicais. Com efeito, observaram os cientistas durante semanas de observação a bordo que os insetos não se aproximavam das margens de trechos consideráveis do Rio Negro onde a emulsão derivada das raízes de plantas parecia mais concentrada.

Recentemente, em Lima, o cientista peruano Victor Pinedo del Aguilar, da Universidade de San Marcos, após anos de pesquisas no Departamento Amazônico do Peru fez uma comunicação sobre as plantas amazônicas dotadas de propriedades medicinais, eufóricas, tranquilizantes, virilizantes, alucinantes, hipnóticas, fertilizantes, anticoncepcionais, paralizantes e até resinas geradoras da loucura artificial.

O médico chegou a comprovar, por exemplo, que os índios que formam a nação "Campa", localizada nas margens do Rio Ucayali, praticam há séculos a eutanásia.

Para isso usam o sumo do cipó "mus-nici". Duas gotas são suficientes para provocar a morte das crianças que nascem deformadas.

Percorrendo os 900.000 quilômetros quadrados que formam a Amazônia, cientistas brasileiros e alemães, principalmente, conseguiram nos últimos 40 anos identificar cerca de 50 mil espécies de plantas medicinais, segundo cifras fornecidas pelo dr. Pinedo.

A este grande esforço também se uniram equipes especiais de cientistas norte-americanos, que alentam a esperança de encontrar alguma planta que, finalmente, lhes permita eventualmente preparar um composto capaz de curar o câncer em qualquer de suas manifestações e etapas de desenvolvimento.

Para o dr. Pinedo, que é autor de recente trabalho intitulado "Avaliação Econômica dos Recursos Florestais da Amazônia Peruana", as variedades de plantas ali encontradas "ainda constituem um gênero de riqueza intocado".

Entre as 4.000 plantas que foram selecionadas no processo de busca de um remédio eficaz contra o câncer, estão a "retama", arbusto cujas flores servem para deter metrorragias, e a árvore chamada "sangue da drago", que corta as diarreias hemorrágicas.

Apesar dos esforços realizados pelo governo e pelas missões religiosas para atrair a população indígena amazônica se-

mi-selvagem para os benefícios da moderna medicina, os aborígenes diz Pinedo, “conservam intactas muitas das tradições e formas definidas da arte de curar enfermidades por meio de plantas medicinais”.

Salienta que “os selvagens conhecem os efeitos da maioria das drogas de propriedades curativas, empregando-as, segundo os casos, de acôrdo com seus ritos taumatúrgicos”.

No povoado de Omáguas, sôbre o rio Amazonas, são personagens centrais desta arte o “pagé-mãe” (médico) e o “ika-mãe” (psicólogo), “os quais se negam a revelar seus segredos aos emissários da civilização”.

Prosseguindo em suas revelações, diz Pinedo que no vale do rio Cahuapanas é comum o emprêgo de uma diminuta plantat conhecida como “sicpiripiri”, que serve como anticoncepcional. Seus efeitos não são maléficos, e, ao deixar de consumí-la, a mulher fica novamente em condições de procriar.

Para curar a esterilidade, os índios “panos” usam uma pequena batata denominada “ino-piripiri”. As cólicas menstruais por sua vez, são aliviados com uma infusão da “abuta” (*choudodendron tomentosum*).

Existem também vegetais para combater a impotência sexual e propiciar o rejuvenescimento. Entre êles está o arbusto “muirapuama” (*acanthus virilis*), que contém uma alcalóide semelhante à mundialmente conhecida Iohimbina. Esta é processada e vendida em pílulas por laboratórios do Brasil, França e Alemanha Ocidental, disse o dr. Pinedo.

Um dos alucinógenos que os selvícolas mais apreciam é o “ayahuasca” (*caapa paraensis*). Dizem que desenvolve o poder da telepatia a grandes distâncias e produz letargia, sonhos e alucinações sem perda da consciência.”

Diante dessas perpectivas que se abrem à indústria farmacêutica, vejo como uma forma de histerismo coletivo a campanha de fechamento da Amazônia à pesquisa e experimentação científica em escala maciça, com equipes associadas de cientis-

tas brasileiros e estrangeiros. Não poderemos ter a pretensão de conservar de porteira fechada à pesquisa científica séria aos capitais privados internacionais o vasto espaço amazônico, cuja tarefa de desenvolvimento será certamente muito maior e grandiosa para o Brasil do que o desenvolvimento atualmente em processo no Nordeste brasileiro. Essa tarefa está acima da capacidade real de investimento do Brasil, hoje em dia, e terá de ser conduzida, sem prejuízo da soberania nacional, segundo fórmulas pragmáticas.

Voltemos ao caso específico do desenvolvimento industrial do Nordeste brasileiro. O modelo que está sendo realizado é o de substituição de importações do Centro-Sul e do Exterior e, nêsse sentido, os investimentos privados se canalizam para a produção de manufaturas, antes adquiridos no Sul do país.

Até outubro a SUDENE havia aprovado apenas 48 projetos agropecuários alistando recursos dos artigos 34/18, isto é, as deduções do impôsto de renda depositadas no Banco do Nordeste do Brasil aplicáveis em investimentos próprios, reinvestimento ou investimentos de terceiros nesta região. Êsses projetos totalizavam cêrca de 70 milhões de cruzeiros novos. Em contrapartida, a SUDENE havia aprovado 324 projetos industriais totalizando investimentos da ordem de um bilhão e 225 milhões de cruzeiros novos.

Sòmente êste ano, a SUDENE aprovou até 18 de outubro 124 projetos industriais, com incentivos dos artigos 34/18, criando 19.060 emprêgos diretos, distribuidos por uma grande variedade de classes de indústrias, o que demonstra a diversificação que está atingindo o parque manufatureiro regional.

Essa perspectiva é muito animadora, pois contribui para aliviar as pressões urbanas nos três grandes polos de crescimento industrial da região — Fortaleza, Recife e Salvador — e distribuir melhor a riqueza, antes concentrada na mão dos produtores de açúcar e tecidos da região. Pouco a pouco, açúcar e tecidos serão dois dos setores industriais importantes, mas não exclusivos, na economia regional.

Para essa dinâmica do crescimento regional, muito tem

contribuído o esquema de incentivos da SUDENE, que o Prof. Albert Hirschmann considerou recentemente único em todo o mundo subdesenvolvido. Trata-se do mais poderoso mecanismo pôsto à disposição da iniciativa privada criadora para a captação de recursos financeiros originários de isenções fiscais.

O que os empresários privados têm procurado, quando examinam o Nordeste como área para seus prováveis investimentos, é se o negócio que pretendem será vantajoso. E para que haja vantagem é preciso que existam condições favoráveis: primeiro, mercado para o que se pretende produzir; depois, custos de produção mais baixos representados não somente pelas economias externas pre-existentes — transportes, comunicações, estradas, energia elétrica, indústrias auxiliares ou de suporte, — como também pelos incentivos fiscais e financeiros, além de sistema adequado para financiamentos para os seus produtos. A consideração do empresário privado é principalmente o lucro. Ele não atua como homo ethicus, ou o homo estheticus, mas como o homem economicus da classificação de Spranger.

Assim, não se exija do empresário privado que se comporte como membro da Sociedade Beneficente São Vicente de Paula.

A indústria privada, que se nutre da imaginação criadora, é mantida pelo estímulo do lucro. E essa perspectiva cria novas dimensões no plano sócio-cultural e, portanto, novos valores.

Estaremos assistindo ao surgimento desses valores, no Nordeste?

Creio que sim, pois os choques entre valores de uma sociedade predominantemente agrária e patriarcal e valores de uma sociedade urbano-industrial são evidentes.

Vejo que há um consenso de que o Nordeste se deve desenvolver e industrializar, mas não identifico um consenso sobre quem seja o motor principal dêsse desenvolvimento — se o Estado, se a iniciativa privada, se ambos em esforços conjugados e campos bem definidos e limitados. Esses limites não

foram ainda estabelecidos. Seria uma tarefa da SUDENE, no seu papel de grande agência de desenvolvimento ou ficaria ao sabor das circunstâncias, à medida que a iniciativa privada respondesse positivamente ou negativamente a certas induções de investimento para determinados campos específicos.

Pelo que tenho observado, a menos que se aumente o apêlo a capitais internacionais, os grandes investimentos na região arriscam de cair nas mãos do Estado. Tome-se o caso recente do salgema em Alagoas e da exploração da silvita e carnalita em Sergipe, fontes dos sais de potássio essenciais à fertilização das terras. Há grupos de capitais internacionais interessados na sua exploração, mas o Governo parece não se ter decidido pela concessão das jazidas.

A solução do impasse definirá alguns dos rumos da futura industrialização do Nordeste.

Não sei se estou certo ao pensar que alguns dos receios de técnicos governamentais face à penetração de capitais privados no Nordeste não provêm de atitudes e valores fundamentalmente culturais. E tomo o termo cultura, aqui, em seu amplo sentido sociológico — o conjunto de hábitos, costumes, padrões de julgamento e comportamento arraigados ao ethos social e transmitido ao indivíduo, através das gerações.

A profunda formação católica do brasileiro, a que se associou o mistificismo africano, parece ter constituído um resíduo de prevenção contra o enriquecimento. E o desejo do lucro, do enriquecimento, forma a base de qualquer sociedade capitalista, que valorize o trabalho e o esforço individuais.

Recordo, aqui, sem querer voltar às teses Weberianas, recente estudo de um grande pensador e estadista italiano, Amintore Fanfani.

A instituição do Estado laico foi evidentemente uma vitória do capitalismo privado contra o antigo Espírito da Igreja Católica, que era do “perdão das dívidas” recentemente modificado, dentro da liturgia, pelas decisões do Concílio Ecumênico. Fanfani acredita que o capitalismo, à base da iniciativa

privada, vem sendo um dos mais poderosos instrumentos contra o Absolutismo. E um exemplo recente é a Espanha, cuja liberalização econômica, dentro da Europa, concebida por um neo-católico, Ullastres, está provocando a iniludível necessidade de uma liberalização política.

A ética social católica, para Fanfani, limitou a expansão do espírito mercantilista do modo a que toda atividade se transforma em atividade moral e toda ação em uma ação religiosa. De forma que o fim íntimo do homem, tanto quando está em oração, como quando trabalha, estuda, comercia, come ou se diverte, é Deus; e qualquer meio apropriado para fazer-lhe estudar, trabalhar, comerciar, comer ou divertir-se tem que ser simultaneamente adequado para fazer-lhe alcançar a visão beatífica.

Para a ética católica, portanto, a riqueza não é o *summum hominis bonum*.

Acredito, porém, que a tecnologia está criando, hoje, novas condicionantes à indústria de modo a distinguir valores, no plano espiritual e material, aproveitando de cada um o talento, a competência e o poder criativo.

Os próprios mercados passam, hoje, no Estado do Bem-Estar Social que se constrói, a ser uma função do planejamento das grandes emprêsas, quando lançam os seus produtos. O próprio indivíduo deixou de ser o regulador das preferências do mercado e novas técnicas de persuasão das massas preferenciais para a comercialização criando novos estímulos e uma categoria nova — a do comprador compulsivo. A economia tem, cada vez mais, ponteiros psicológicos. E isto já está sendo uma realidade no Nordeste urbano e industrial de hoje.

ASCENSO FERREIRA

César Leal

— I —

Alguns elementos estruturais da poesia de Ascenso Ferreira revelam uma consciência artística muito vigorosa, uma identificação realista com a natureza e a vida, pouco tendo de comum com as tendências românticas que mais influenciaram — e influenciam ainda — a expressão poética brasileira da fase moderna. Se êle, como homem, dava ao observador, a impressão de possuir um temperamento boêmio, transitando despreocupado pelas ruas, conversando nos bares e nos cafés com meninos e vagabundos, essa postura não deve ser compreendida senão como um fenômeno da personalidade humana. Nada tem a ver com a personalidade artística de Ascenso Ferreira. A estrutura, a enorme cabeça, seu físico quase agromegálico, possivelmente condicionaram o uso do grande chapéu que, à semelhança dos bigodes de Salvador Dali, funcionava também como um signo de mistério e distinção. Era algo que lhe permitia retirar algum proveito mundano, acentuando uma personalidade já por sua própria natureza distinta. O chapéu o identificava perante conhecidos e despertava a curiosidade de estranhos, quando viam de súbito nas ruas, a certa distância aquele branco *sombrero* boiando como a vela de um barco sobre as vagas agitadas do transitório mar humano.

Tal conduta em relação ao traje ou forma pessoal de apresentação, comumente observada entre compositores, pintores e poetas, não é exclusivamente peculiar aos temperamentos boêmios ou românticos. Resulta de um plano intencional que René Wellek, em sua *Teoria da Literatura*, caracterizou como uma das atitudes que podem ser observadas nos artistas: a objetiva e

a subjetiva. Diz Wellek: "Aqueles que, como Keats e T. S. Eliot, acentuam a capacidade "negativa" do autor, o fato de estarem fechados ao mundo, a obliteração de sua personalidade concreta, e o tipo oposto, cujo fito é mostrarem sua personalidade, desenharem auto-retratos, confessarem-se, expressarem-se a si mesmos". Chamo a atenção do leitor para o fato, porque me parece que há uma generalizada tendência em se julgar a obra poética de Ascenso Ferreira tomando como fatores, para interpretá-la, suas atitudes. Na verdade, a poesia de Ascenso Ferreira tem de ser estudada como ser autônomo, em sua essência interna, como algo capaz de sobreviver ao naufrágio do túmulo do autor, nada tendo de comum com os aspectos meramente exteriores a ela. Seu "chapelão" e a maneira de segurar à cigarrilha pertencem ao grupo de elementos de interesse dos biógrafos, ou até mesmo dos psicólogos, mas não dos críticos.

Acredito, pois, que Ascenso Ferreira é autor de uma obra poética bem mais importante do que tem imaginado até agora a maioria de seus leitores. Um poeta que para alguns teria sido apenas um bardo, um trovador, um cantor que soubera captar melhor do que outros a essência da vida espiritual da gente simples de determinada região, mas que, para mim, foi antes de tudo um engenhoso artista, um técnico da palavra, um homem cheio de tosca sabedoria, que se prendia à terra como fértil semente para dela arrancar o complexo emocional de imagens e sons, de metáforas sonoras e efeitos sinestésicos capazes de intensificar o sentido de um poema sem vulgarizar os valores básicos das fontes fabuladoras.

Quando se analisa a poesia de Ascenso Ferreira, se é quase obrigado a admitir que ele não era o homem inculto como geralmente procuravam demonstrar suas máscaras. Ele conhecia muito bem a poesia popular medieval, as fontes que possibilitaram a criação, em fins do século XV e princípios do XVI, do teatro peninsular de Juan del Encina e Gil Vicente. Num de seus poemas, ele consegue repetir esquemas estróficos que parecem representar o trânsito da linguagem popular para formar mais requintadas, mais artísticas, da expressão de um povo

que se encontrasse ainda na aurora de sua existência histórica. Vejamos êste exemplo:

"Gubernurô destes brasi,
dai-me licença pra diverti"
— Ô de casa! — Ô de fóra!
— Mangerona quem está ai?
" — Ou é um cravo, ou é uma rosa,
Ou é a flôr do bogari..."

Observe-se que após expressar essa voz captada na alma do povo, surge o poeta mais elegante mais formalmente requintado, dando prosseguimento ao poema:

Governador do meu pensar
dá-me licença para falar:
Naquele dia, minha formosa,
quando teu vulto, de longe, ví,
disse minh'alma, por ti ansiosa:
ou é um cravo, ou é uma rosa,
ou é a flôr do bogari...
Hoje, te mando essa alma ansiosa
Ai! Se sentí-la junto de ti,
também disseses, minha formosa:
— ou é um cravo, ou é uma rosa,
ou é a flôr do bogari...

Essa composição, por suas formas expressivas e esquemas construtivos arcaicos, a reiteração, a técnica do diálogo, é suficiente para absolver Ascenso Ferreira da acusação de ignorância que alguns costumavam fazer-lhe, com base em seu aspecto exterior, em suas atitudes de poeta-bardo. Entretanto, nas estrofes citadas, o eneassílabo caracteriza, na maioria dos versos, a poesia artística, isto é, não popular. Ele corresponde ao decassílabo espanhol, e o esquema da rima, assim como a organização da estrofe em quintilha, segundo a fórmula — abaab — revela certo distanciamento da expressão tipicamente popular mais frequentemente encontrada no nosso romanceiro: a sextilha em redondilho maior.

Outros quiseram interpretar algumas de suas confissões, como se confissões de poetas tivessem algum valor para a compreensão de sua arte. Uma dessas confissões que mais impressionaram aos seus admiradores está contida no poema *Minha escola*. Diz ele que a escola que frequentava era cheia de grades, à semelhança de uma cadeia, e o professor complicado

como as matemáticas. Ao chegar à porta da classe, hesitava, pois lá fora estavam os piões, os papagaios, carreiras ao sol, vôos de trapézio à sombra das mangueiras, jogos de castanha, saltos da ingazeira dentro do rio e engenho de barro de fazer mel; ali dentro, a tortura. As perguntas do professor de gramática sobre quantas orações teria a estrofe que se inicia com o verso "As armas e os barões assinalados", enquanto o mestre de geografia o indagava sobre rios da China. Na realidade, isso não significava que Ascenso fôsse inimigo dos estudos. O poema deve ser interpretado como uma crítica ao nosso crônico e desatualizado sistema de ensino. Efetivamente, por que um texto camoniano em lições sub-elementares de gramática?

Que importância tem para uma criança do rio Amarelo, diante dos grandes rios brasileiros? "Felizmente, diz êle, eu tinha uma velha que me contava histórias, lindas histórias do reino da Mãe d'água... e que me ensinava a tomar benção à lua nova".

— II —

Entre os poetas brasileiros da fase moderna, Ascenso Ferreira talvez seja um dos mais hábeis na criação de um "background" emocional para os seus poemas, de algo cujo funcionamento independe das ligações estilísticas expressas em imagens intencionalmente toscas, enquanto concentra nos substantivos e adjetivos, nas rimas internas e outros elementos da estrutura sonora, o peso dos elementos significantes, engenhosamente dispostos de modo a passarem despercebidos aos descuidados leitores de poesia. Creio que somente quando se descobre essa técnica se pode compreender as razões da força evocadora da poesia de Ascenso Ferreira. No poema *Dôr*, a criação de imagens, que constitui a base do próprio pensamento poético, deixa de ser uma força em si para ceder às associações de substantivos e adjetivos, aos quais transfere o fundo emocional evocador de uma determinada situação. O leitor desavisado não encontraria mais do que uma beleza vulgar em imagens como estas:

Oh! Paisagem nua...
povoada de árvores magras
sem folhas verdes para o vento...

— Nem uma lâmina d'água no rio exausto
em cujas areias as emas esmulambadas
espojam-se a gritar!

É possível que as imagens não hajam encontrado aqui a linguagem poética que melhor expressasse o seu arredondamento. A análise do trecho, o final dramático do poema em que um "sol infernalmente luminoso" é o assassino da paisagem, luzindo belo e indiferente na "limpidez de um céu sem manchas", levou-me à compreensão de que a força evocadora repousa em apenas algumas associações de substantivos e adjetivos. É nesses elementos que se encontra o significado do poema. Na primeira estrofe, o fundo emotivo repousa nas palavras "sem folhas verdes" na segunda, em "rio exausto", na terceira (que não transcrevi) a expressão "silêncio" nos diria mais do que as palavras restantes. Isso, segundo creio, (—) significa que as imagens não estão situadas aqui em primeiro plano. O poeta nos mostra uma paisagem sertaneja devastada pela sêca. A visibilidade do campo roído pelo sol não está especificamente em "árvores magras", "paisagem nua", "emas esmulambadas", mas justamente nas expressões "sem folhas verdes", "rio exausto", "silêncio".

A êsses recursos formais, acrescenta Ascenso Ferreira outros valores; por exemplo, certa capacidade de harmonizar ritmos diversos com os quais consegue efeitos verdadeiramente orquestrais. Nêle, a matéria prima do poema, captada em diferentes planos, se unifica e ordena em um nível único, visando alcançar a plenitude do significado. Bom exemplo dessa técnica é o poema *Trem de Alagoas*. Que nos diz essa composição? Com exceção do título e de uma referência direta na primeira estrofe, onde à bela *annominatis* do segundo verso se segue a indicação de que o trem se põe em marcha, daí por diante o que se verifica é apenas um hábil manejo dos mais diversos ritmos, que se alternam continuamente, através de combinações onomatopaicas e aliterações, criando um simbolismo sonoro de emprêgo raro e difícil. Observe-se, por exemplo, o ritmo da estrofe central, uma das razões diretivas do poema:

— Vou danado pra Catende
vou danado pra Catende
vou danado pra Catende
com vontade de chegar...

Verifica-se que a acentuação aqui é fixa, e o verso se assemelha ao troqueu, por sua marcha rígida, mas que imita de forma razoavelmente exata a um dos movimentos típicos do trem a deslizar sôbre os trilhos de ferro. A mesma rigidez se observa nas aliterações em M, quando a estrofe cai do redondilho maior no menor. O dístico que se segue, em duas síladas, não faz senão intensificar a idéia da despedida que o apito acorda no espírito do viajante ou do leitor:

— Adeus!
— Adeus!

A idéia da viagem está unida ao som do apito, formando uma associação sinestésica da natureza psico-física que logo desaparece para retornar aos ritmos onomatopaicos, aos quais se juntam agora rimas oblíquas, além das anáforas “cajueiros em flor/ cajueiros com frutos”. Frutos têm aqui significação erótica, intensificada pelo nôvo apito, agora apenas saudação que se confunde com o ruído próprio do trem em marcha:

— Adeus, morena do cabelo cacheado!

Depois de retornar ao ritmo aparentemente trocaico — raríssimo na poesia neo-latina, especialmente na língua portuguesa — repete as aliterações em M, em que o M está sempre colocado diante da vogal A ou O, formando uma série ininterrupta de *mama mamô*, para concluir com o verbo mamar, flexionado no infinito:

Mangabas maduras,
mamões amarelos,
mamões amarelos
que amostram, molengos,
as mamas macias
pra gente mamar...

O poema, como se observa, é de uma enorme riqueza do ponto de vista dos significantes linguísticos, próprios da poesia literária, isto é, não popular ou oral. Por outro lado, ao contrário da maioria dos nossos poetas, Ascenso Ferreira utiliza uma linguagem imprópria, idiomática, uma linguagem poética. Nêle o canavial aparece através de pintura sonora, de metáforas

musicais, algo singularmente nôvo em nossa poesia, como se pode sentir neste ritmo de galope:

Meu Deus! Já deixamos
a praia tão longe...
No entanto, avistamos,
bem perto, outro mar...
Danou-se! Se move,
se arqueia, faz onda...
Que nada! É um partido
já bom de cortar...

Para êle o canavial é um oceano, cujas ondas verdes também se movem ao vento. Muitos anos depois, João Cabral de Melo Neto também fazia o mesmo, mas com uma diferença fundamental: em Ascenso o mar de canas é uma metáfora, enquanto em João Cabral é comparação:

É solta sua simetria
como a das ondas na areia
ou as ondas da multidão
lutando na praça cheia.

Prossigamos a análise. O investigador pode compreender que as aliterações e anáforas referentes às espécies de cana não são mais do que uma valoração técnica de protótipos femininos, característicos do Nordeste, que o viajante pode ver à margem da estrada de ferro, enquanto o trem avança:

Cana caiana,
cana roxa,
cana fita
cada qual a mais bonita
tôdas boas de chupar...

O adjetivo bonita não é uma rima; também não é uma solução. Ascenso é um artista tão grande que chega ao erótico sem despertar os pudores sempre acêtos das *honnêtes gens*.

— III —

Nesta breve nota sôbre Ascenso Ferreira, não me propus a analisar sua poesia. Interessei-me em colocar em evidência alguns dos aspectos formais da expressão lírica ascenseana que

mais me pareceram contrastar com a crença geralmente aceita de haver sido êle apenas um trovador dotado de certa capacidade para a apreensão de alguns valores artísticos originariamente vinculados à alma popular. Se Ascenso Ferreira houvesse efetivamente realizado tal captura, se houvesse penetrado nos núcleos mais internos que alimentam as fontes de nossa poesia oral, longe de representar tal fato uma limitação, seria ao contrário, um dos motivos para que êle fôsse colocado entre os maiores e mais completos poetas brasileiros de todos os tempos. Desgraçadamente, Ascenso Ferreira — cujas virtudes artísticas não foram ainda louvadas quanto mereciam — não teve gênio suficiente para realizar essa tarefa. Sua obra poética é demasiadamente pequena, seus temas na maioria pobres e limitados, o que não, se justifica num homem cuja vida foi relativamente longa, dispondo ainda de enormes reservas de tempo que a sua condição de quase boêmio favorecia.

É claro que não se deve medir o valor de um artista pela extensão de suas atividades criadoras; acredito que não é difícil escrever-se demasiadamente sobre qualquer tema ainda que de forma irrelevante. Não são poucos os livros volumosos — tanto no campo da filosofia e das ciências quanto no das letras — cujo mérito é escasso, quando não completamente nulo. Entretanto, não se pode ladear o fato de que os grandes escritores são geralmente produtivos, jamais se prendendo a uma disciplina estrita que os limitasse quantitativamente. Não posso imaginar Camões como autor apenas de alguns sonetos e esboços de epopéias; diga-se o mesmo de Gil Vicente, cuja obra dramática é tão extensa quanto a de Shakespeare ou Calderón. Mas não é necessário recuar tanto no tempo, e se o faço agora é exclusivamente para atender ao método que venho adotando de nunca falar ou escrever sobre poetas sem generalizar suficientemente sobre questões dessa ordem. Observe-se, por exemplo, a produção de autores aos quais Ascenso Ferreira esteve unido nas décadas de 20 a 30, cuja obra poética é das mais extensas e ao mesmo tempo da melhor qualidade: Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Jorge de Lima, Carlos Drummond e alguns outros.

Todavia, se a produção lírica de Ascenso Ferreira não é

extensa nem de qualidade superior, não se pode negar que êle foi grande artista, sabendo manejar, como poucos, os instrumentos mais característicos da poesia de raízes populares, inclusive valores essencialmente modernos. Os fatores integrantes da estrutura sonora são geralmente bem ordenados em seus poemas; êle soube harmonizá-los de tal forma que os efeitos orquestrais se tornam demasiadamente evidentes ao leitor acostumado a lidar com tais problemas. Tais efeitos, puramente artísticos, não devem ser obrigatoriamente associados a problemas de qualidade ou quantidade. Um poema pode não ser belo e no entanto estar elaborado dentro da melhor técnica artística; o mesmo se diga de um romance, de uma peça de teatro, de um quadro.

Na poesia moderna, o encontro de máscaras se apresenta com demasiada frequência, e se não há hoje uniformidade de estilo, ao contrário do que ocorreu na Antiguidade, na Idade Média Latina, no Renascimento, nas grandes fases do barroco e do período unitário da poesia neoclássica predominante na Europa no século XVIII, seria absurdo pedir-se aos poetas que a construíssem agora a qualquer preço. Na lírica moderna, mais do que em qualquer outra fase histórica da literatura ocidental, o artista se encontra absolutamente livre ao eleger seus temas, fenômenos que vem se intensificando cada vez mais a partir da revolução romântica. A linguagem adquire presentemente um conteúdo mágico, a metáfora perde suas antigas relações de analogia, a imagem se torna dissonante e o símbolo dissolvente como nas visões de um sonho.

Sob êsse aspecto, a expressão de Ascenso Ferreira não rompeu os antigos moldes e daí o segredo de sua aceitação por parte de um público bastante vasto, nem sempre bem informado sobre problemas de estilo e teoria literária. Claro que não me refiro ao estilo pessoal, mas ao estilo de uma época. Êle não teve necessidade de criar um público para a poesia originalíssima que escreveu, porque o seu estilo, suas imagens e metáforas coincidiam em grande parte com o próprio estilo do povo, sem que isso signifique ser a sua arte predominantemente popular, pois como já demonstrei aqui, ela possui um fundo ar-

tístico tradicional e emotivo e se oculta sob máscaras elaboradas quase sempre com engenho. Ascenso Ferreira não foi um grande poeta, mas se fixou tão bem no corpus universal das artes literárias que daí não poderá ser afastado por nenhum dos seus contemporâneos, inclusive aquêles que hoje gozando de maior celebridade, talvez não a gozem amanhã, enquanto êle, como flôr cultivada pelas mãos dos melhores leitores e não nas estufas efêmeras da propaganda, estará presente como representante de valores que o nihilismo ético de nossa época não conseguiu destruir.

INSTINTO E CULTURA

PESSOA DE MORAIS

São precisamente as diferenças de ordem biológica que impossibilitam o aparecimento do fenômeno cultural entre os animais, nos moldes da vida humana, inclusive naqueles que possuem as aptidões mentais mais elevadas. A falta da linguagem articulada e do desenvolvimento mental que as mesmas acarretam, torna a conduta do animal muito distinta da conduta do Homem. É justamente através da linguagem, que se pode, como muito bem mostra Linton, ter acesso ao resto da cultura, já que por seu intermédio uma pessoa pode transmitir a outra quase tôda a sua experiência (1).

Entre os animais, há uma comunicação por meio de movimentos e sons. Os antropoides emitem sons que denunciam seus estados emotivos. Os outros antropoides, por sua vez, respondem a êsses sinais, e a resposta toma uma ênfase tôda particular em se tratando de gritos de ira ou de mêdo, o aludido animal podendo comunicar a idéia geral da existência do perigo ou da descoberta do alimento, porém não sendo capaz, como assinalou Linton (2), “de exprimir ao menos de modo aproximado, em que forma se apresentam, nem tampouco a linha de conduta a seguir”. Acrescenta depois: “a barreira que hoje em dia se aprecia entre o homem e os animais pelo que se refere à comunicação do pensamento, é mais importante que qualquer outra existente no domínio da inteligência ou da conduta”.

Convém mencionar, como mostra o professor Yerke, que Learned, identificou entre os antropoides, trinta e dois elementos de comunicação, constituídos por gestos, gritos emocionais e chamados relativos a alimentação, bebidas, outros animais e pessoas (3).

Além disso, o traço básico de distinção do homem em rela-

ção aos animais, proveniente, sem dúvida, das diferenças biológicas, é a imensa capacidade de aprender do ser humano. Tal capacidade é, indiscutivelmente, a chave para a compreensão do fenômeno da cultura. Assim, como mostram Ogburn e Nimkoff, "a biologia da formiga prescreve de modo detalhado, como será uma colônia de formigas, porém a biologia do homem não expressa tal determinismo". O instinto é um termo que se aplica mais corretamente aos animais inferiores do que aos seres humanos. A conduta dos animais está muito mais governada pelas normas herdadas. Um pinto recém-nascido, saído da casca pode pôr-se em pé, andar e bicar um objeto na terra (4).

Realmente, os animais seguem normas pré-fixadas do comportamento herdado, transmitidas através do patrimônio genético, e realizam os seus ajustamentos ao meio externo sobretudo através de disposições hereditárias que se perpetuam no tempo para uma mesma espécie. Tais disposições constituem o que se convencionou chamar instinto. Um pássaro imprime o seu vôo sem que ninguém o ensine. Do mesmo modo então o seu canto. A vespa, por um mecanismo puramente instintivo constrói seu ninho, consegue capturar aranhas de uma certa espécie, e depois picá-las em um local exato que as paraliza sem provocar a morte, guardando-as em seu ninho, que é fechado em seguida.

O prof. Wheeler examinando, no mar Báltico, formigas fosseis, que constatou procederem do Oligoceno Inferior, há cerca de setenta e cinco milhões de anos, chegou à evidência de que as mesmas organizavam, naquela época, suas diferentes castas exatamente da mesma maneira como fazem atualmente.

É sabido que em sua organização social complexa, há entre as formigas uma curiosa distribuição de funções. Assim, as maiores atuam como defensoras da tribo, aplicando sua mandíbula para machucar sementes ou presas, enquanto as menores cuidam da família, procuram os alimentos e fazem os ninhos. Levando em conta como é complexa a atividade desenvolvida pelas formigas, que implica num detalhe rigoroso de comportamento, chegando a desenvolver verdadeiras sociedades, o que acontece também com as abelhas, compreende-se a alta significação dessa perpetuidade da conduta.

Tal perpetuidade significa que o inseto, em geral, possui a faculdade extraordinária de resolver os seus problemas de adaptação ao meio através das suas disposições hereditárias (instinto), o que facilita enormemente a vida desses pequenos seres animais. Entre os animais, em geral, a capacidade para aprender é muito insignificante. Contudo, entre os mamíferos, são transmitidos aos mais jovens, alguns tipos de comportamento. Experiências feitas com gatos, pelo Dr. Zin Yang Kuo, revelaram o seguinte: num grupo submetido à experiência, e criado junto com sua mãe, observando como esta matava ratas, 85% deles começaram a matar ratas antes de 4 meses de idade; num segundo grupo que não teve contatos diretos com ratas até atingir vários meses de idade, só 45% chegou a matá-las. Já num terceiro grupo, criado em companhia de ratas, observou-se que nenhum matou as ratas com as quais foi criado, embora 16% deles matassem ratas de outro tipo. (5)

Todavia, o nível muito inferior da inteligência em relação à do homem combinado com a falta de linguagem articulada — elemento básico na transmissão em geral do aprendizado — impede no animal o desenvolvimento da aptidão para aprender, fundamento da cultura nos moldes conhecidos pela vida social humana. De modo que o instinto dirige quase toda a conduta animal. Este nasce já, assim, dotado de disposições hereditárias transmitidas de pai a filho, de geração a geração, as quais constituem já modalidades de solucionar os problemas práticos da vida.

Diante do mundo, o animal já nasce devidamente equipado com um conjunto de qualidades que permitem seu ajustamento às condições múltiplas do meio externo e da existência, em geral. O seu ajustamento à realidade na qual nasce e se desenvolve, processa-se, pois, através de mecanismos transmitidos pelo plasma germinativo, não dependendo, assim, na solução dos problemas concretos, a não ser em grau praticamente insignificante, do exercício próprio de suas atividades mentais.

Já o homem, não sendo dotado como o animal o é, de um complexo mecanismo biológico automático para enfrentar o mundo e a existência em geral, já que o seu comportamento ins-

tintivo é muito reduzido, nasce desguarnecido de elementos específicos que lhe possibilitem encontrar já resolvidos os problemas com os quais tem de se deparar. Sua herança biológica, se de um lado é imensamente pródiga pelas qualidades naturais e superiores de sua inteligência, por outro lado não é dotada de um mecanismo hereditário de solução específica dos problemas. E assim desprovido dessas faculdades biológicas que caracterizam a vida animal, encontra-se o homem, ao nascer, entregue ao seu próprio destino a despeito de sua alta complexidade nervosa e mental. E como tem de aprender concretamente os processos de ajustamento às condições objetivas da vida, compreende-se a razão pela qual logo depois do nascimento, encontra-se extremamente dependente de ajuda e amparo dos demais para sobreviver.

Por isso, o sociólogo brasileiro Fernando de Azevedo escreveu, com muita propriedade, que “nenhum animal nasce tão desprovido de meios de defesa e de proteção como o filho do homem” (6). Porém, se leva uma desvantagem no nascimento em relação aos animais que, na grande maioria dos casos, já encontram feitas as soluções com as quais enfrentam a existência, pode o homem que nasce tão desaparelhado de mecanismos instintos, desenvolver um aprendizado em forma consideravelmente elevada. Isso tem uma profunda e decisiva significação: é que enquanto no animal o seu comportamento é quase todo pré-fixado pelos seus mecanismos hereditários, a conduta humana se bem que seja delimitada pelo seu equipamento biológico, não podendo ir além ou aquém desses limites, depende, fundamentalmente, da experiência em seu desenvolvimento específico. Daí a importância básica do patrimônio da cultura, transmitida de geração em geração, que o homem vai progressiva e crescentemente ampliando.

Ao invés, portanto, de mecanismos herdados que lhe permitissem solucionar automaticamente os problemas, as qualidades superiores dos seus processos mentais, lhe permitem resolvê-los por conta própria, e o que é mais importante, transmitir suas conquistas e todo o acervo de sua experiência às gerações subsequentes. Estas já operam com base e sob a influência desse patrimônio inestimável, que enriquece através

do tempo, constitui, por assim dizer, o “habitat” normal da vida humana.

Em resumo, o animal que nasce instintivamente sabendo fazer quase tudo, tem, pela limitação de sua inteligência, muito pouco a aprender; enquanto o homem, que nasce sem saber fazer nada, pode aprender, pelas suas qualidades mentais superiores, a fazer tudo que lhe é particularmente ensinado e transmitido pelos grupos e instituições sociais. Seu período de maturação é, assim, enorme e depende do aprendizado, o qual imprime traços específicos à sua maneira de ser. Já no animal essa influência do aprendizado é diminuta e relativamente insignificante.

Imensa é portanto a extensão do aprendizado humano, e este aspecto deve servir de ponto de partida para uma mais aguda compreensão do Homem. Este como que elabora ao contato da experiência coletiva, representada pela cultura, os caminhos concretos de sua existência. E como a vida em nossa espécie não se encontra feita como observou Recasens Siches (7), sob a influência sobretudo do pensamento filosófico de Ortega Y Gasset, porém, ao contrário tem de fazer-se a si mesma, isso nos permite meditar em torno de um ponto de suma importância: o significado decisivo do modo concreto como a vida é vivida na sociedade sob a influência da cultura. Tal modo exerce uma influência modeladora de efeito extraordinário sobre o homem. Este vivendo em interação social no decorrer de toda a sua existência, sofre, assim, em diversas sociedades ou épocas históricas, uma influência cuja diferença teoricamente é relacionada às diversificações da cultura de cada uma dessas sociedades. Daí as profundas distinções que apresenta o comportamento objetivo dos homens em diferentes sociedades, os traços diversos do seu caráter e dos seus impulsos, grandemente variáveis conforme a cultura. Pacíficos, por exemplo, como os Arapesh, os Zunis, os Esquimós, ou belicosos como os Mundugumor, os índios corvos ou os membros de nossa própria sociedade, por exemplo.

Como parece sugerir Margaret Mead, a influência da cultura nem sempre se faz sentir de modo análogo sobre os ho-

mens e mulheres, já que em três sociedades estudadas pela conhecida antropóloga, entre os Arapesh, tanto uns como outros apresentam traços característicos de passividade e mansidão. Em Mundugumor, ambos os sexos se mostram intensamente agressivos e hostis, ao passo que entre os Tchambuli, os homens são afeminados, enquanto, de modo contrário, as mulheres são dominadoras e agressivas (8). Também entre os iroquezes, tribo em geral caracterizada por traços visíveis de impiedade, as mulheres parecem expressar um modo especial de sadismo e crueldade, através do prazer e da maneira como desempenham o papel de torturadoras.

Aliás, do mesmo modo que o sexo, as diferenças de classe também exercem uma marcante significação no modo como uma dada cultura é absorvida pela sociedade, constituindo cada classe como quê um mundo diverso e uma subcultura dentro da estrutura aparentemente unitária da vida social. Porém em tese, possuindo cada sociedade um acervo de experiência coletiva transmitida pela educação de geração a geração, que é a cultura, essa base comum de influência, comunica aos membros do grupo características semelhantes, que são, no entanto, muito desiguais para diferentes culturas.

Na atualidade, a intensificação dos estudos antropológicos ou etnológicos, as pesquisas de campo e a análise concreta de regiões ou áreas de modo objetivo e empírico, possibilitam um conhecimento científico das diferenciações apreciáveis do comportamento humano em várias sociedades. Assim, se bem que existam importantes diferenças biológicas entre os homens e mulheres, nem sempre as ocupações de cada um dos dois sexos obedece a essas fundamentações. Além do caso dos Arapesh, a cujas mulheres se prescreve, como regra geral, o carregamento de objetos muito mais pesados do que são dado ao homem carregar, há outro interessante exemplo qual seja o dos Tasmânicos. Conforme os estudiosos dessa sociedade, a caça da foca, tarefa tipicamente masculina em outras culturas, dadas as suas características muito mais apropriadas para o homem é, no entanto, função das mulheres, ao contrário do que deveria ser, seguindo-se tendências meramente biológicas. Em Madagascar, no cultivo do arroz, os homens fazem os rêgos, e apenas pre-

param os campos para a transplantação, tarefa árdua e pesada que é feita pelas mulheres.

Também na maior parte das tribus norteamericanas, a preparação das peles é considerada uma tarefa eminentemente feminina, porém nas do sudoeste é, pelo contrário, um trabalho próprio dos homens. Identicamente, entre os Hopis, do norte de Arizona, são os homens que fiam e que tecem, enquanto que entre os Navarros, êsses trabalhos são próprios da mulher.

Também o casamento entre parentes próximos (incesto), parece não obedecer a fatores meramente biológicos já que, em algumas culturas, o casamento entre irmãos é consentido e às vezes até imposto, como acontece nas famílias reais de Haway. Entre os Lakher e os Mentaweians, não existem nenhuma proibição para o casamento entre irmãos maternos como mostra George Murdock (9). No Egito, como é sabido, havia também entre os faraós, o casamento entre irmãos. Quanto ao casamento entre mãe e filho, é o mesmo universalmente proibido, ao passo que entre pai e filha, só se conhece um exemplo de aceitação, que é entre os Azande. No que diz respeito ao casamento entre tio e sobrinha, conhece-se alguns exemplos de consentimento expresso, como acontece nas ilhas Marquesas e entre os Jaruro, onde é permitido ao sobrinho desposar a tia materna, o mesmo acontecendo com os Baiga, enquanto entre os Osset, os Sema, a permissão diz respeito à tia materna. Entre os Trobriandeses as aproximações amorosas entre sobrinhos e tia paterna chegam até a serem encorajadas e estimuladas. Nas ilhas Marquesas, é permitida a coabitação com a sogra, na falta da espôsa, podendo também em idênticas condições o sôgro coabitar com a nora.

Aliás, os estudos etnológicos ou antropológicos têm evidenciado que enquanto as proibições já referidas (tabus), são universalmente difundidas, o caráter específico das mesmas varia consideravelmente. Assim, como acentua Murdock, que se deu ao trabalho exaustivo de analisar, a êste respeito, os traços de 250 sociedades primitivas, essas proibições sobretudo em sua aplicação fora da chamada família nuclear (nuclear family), constituída em tese por marido, mulher e filhos, de

modo algum, coincidem com a maior ou menor proximidade das relações biológicas. Dêste modo, a maneira como são regulamentadas essas relações, varia muito em diferentes culturas, a tal ponto que parentes com os quais a união é severamente proibida em dada sociedade, chega até a ser preferida e estimulada em outra. Em várias culturas, acrescenta o autor, os tabus se aplicam a certos parentes distantes, deixando de se aplicar a outros que são genealógicamente mais aproximados.

Mostra o cientista social em apreço, como em um quarto das tribos por êle estudadas, os primos segundos estão sujeitos a uma proibição marital rígida, enquanto os primos em primeiro grau podem e até são estimulados a contrair matrimônio. Por outro lado, é muito comum a ausência de tabus na relação entre parentes consanguíneos bem próximos, em contraste com a presença dos mesmos de modo rígido e inflexível com referência a parentes meramente adotivos ou cerimoniais com os quais não existe nenhum parentesco. (10)

Convém salientar que a idéia do incesto é, em geral, acompanhada de um sentimento profundo de horror, e se acredita mesmo em muitos casos que, como consequência do mesmo, a morte aparecerá inevitavelmente como castigo. Em várias culturas não existe nenhuma sanção legal para a violação do tabu, porém a despeito disso, o sentimento de proibição é tão arraigado, o temor da desobediência tão intenso, que a idéia do incesto, assim fortemente reprimida, não pode nem sequer ser pensada. Quando isso acontece, o fato é atribuído a uma interferência sobrenatural, e sua punição é deixada à vingança divina, ou ao destino que se acredita inexorável. (11)

Variando essas proibições, de modo marcante, como foi mostrado, nas várias sociedades, apresentando mesmo significativos contrastes, a ponto de uma cultura estimular uma dada união, enquanto outra proíbe rigorosamente, compreende-se como uma sociedade pode sentir grande horror por um determinado tipo de união entre parentes, enquanto outra deante do mesmo caso, pode experimentar um acolhimento ou uma simpatia tôda especial. Assim, o mesmo fato que numa dada

sociedade é envolto numa atmosfera emocional intensa, que projeta sôbre a consciência individual a própria idéia do castigo divino, em outra é francamente aceito e, às vêzes, até estimulado.

Além do mais, é preciso se levar em conta que a idéia do parentesco biológico nem sempre é devidamente compreendida pelos primitivos. Explica mesmo, por exemplo, Malinowski, como em sociedades matrilineares, ignora-se, em geral, completamente o sentido da paternidade, considerando-se até semelhanças físicas entre pai e filho, derivadas da convivência mantida pelos mesmos.

Aliás, nessas sociedades, os filhos estão na dependência dos tios maternos, a êles obedecendo juntamente com sua mãe. Em relação ao pai, seu afastamento é tão acentuado que nem trazem seu nome, nem herdaram seus bens e o consideram em geral um estranho. (12) Entre os trobriandeses, cuja cultura foi devidamente estudada pelo sociólogo em apreço, essa importância secundária do pai, é mitigada pelo fato de que, na referida sociedade, qualquer invocação, por parte de quem quer que seja, de semelhança física do filho com a mãe, é recebida com visível desagrado. Tratando-se de uma sociedade matrilinear, diz Malinowski, todos os parentes maternos são considerados do mesmo corpo e o pai um estranho. Portanto, seria natural se acreditar que a semelhança de fisionomia e corpo fôsse buscada pelos nativos na família da mãe. Contudo, diz êle, ocorre precisamente o contrário: é acentuado com forte ênfase social que o menino nunca se parece com sua mãe, com os irmãos desta, ou qualquer parente do lado materno. Tôda insinuação da existência de tal aparência, é tida como ofensiva e própria de pessoas de maus costumes.

Explica Malinowski tratar-se de uma regra de bem saber viver dos trobriandeses, que concorre, assim, para amenizar a situação do pai no seio dêsse tipo curioso de sociedade matrilinear. Diz mesmo o autor citado, que quando interrogados a respeito do assunto, os nativos respondem sempre "que os parentes maternos são da mesma carne, mas não têm rostos semelhantes. E quando indagados sôbre o fundamento dessa

semelhança com o pai, que é considerado um estranho, nada tendo a ver com a formação do corpo, apresentam como razão invariável, a circunstância de conviverem ambos — filho e pai juntos, o que faz com que aquêles se modele de modo semelhante a êste. Isso, conclui o autor, cria um laço emocional bastante forte entre pai e filho que radica numa base sociológica antes do que fisiológica: a associação contínua entre marido e mulher. (13)

Parece, contudo, como mostra Murdock, haver muitas sociedades matrilineares, entre estas a dos Hopi, que seguem a linha de descendência matrilinear sem, no entanto, negarem ou ignorarem a relação do filho ao pai, bem como seu parentesco patrilinear. E há, com frequência, nessas sociedades, a proibição de casamento com parentes paternos, tanto como com os maternos. Essas exceções se dão também nas sociedades patrilineares. Assinala o autor em apreço, como na Austrália acontece justamente o contrário, pois há atualmente várias tribos australianas que a despeito de seguirem a linha de descendência patrilinear, negam, de modo específico e sistemático, a existência de qualquer vínculo biológico entre pai e filho (14). Isso evidencia não só que nem sempre as sociedades matrilineares desconhecem a paternidade, como pretende Malinowski, como também torna patente existir muitas culturas que seguem a linha de descendência paterna, sendo, portanto, patrilineares, desconhecendo todavia as bases biológicas da paternidade.

Mostra também o autor referido (15), como na África e em outros lugares, é comum para o filho ilegítimo de uma mulher casada, se ligar por descendência patrilinear ao marido desta, a despeito de não ser seu pai. Trata-se como em outros casos já mencionados, de uma vinculação antes sociológica do que genealógica.

Por outro lado, como observa com agudeza Ralph Linton, a mudança física não coincide necessariamente com a mudança social de um indivíduo de uma categoria a outra, já que em nossa sociedade, tanto os homens como as mulheres são, perante a lei, menores, até muito depois de haverem chegado a ser adultos. Explica como na maioria das sociedades essa diferen-

ça é ainda mais pronunciada, e o menino se converte em homem, não quando alcança a maturidade física, porém quando a sociedade o reconhece como tal. E através das cerimônias de iniciação ou ritos de puberdade, o menino é reconhecido como homem, se consegue transpor as provas a que é submetido, quando, então, é iniciado nos segredos da vida tribal, não revelado nem às mulheres nem aos meninos. (16)

Também a aproximação, o grau de intimidade, o tratamento e a consideração devidos aos parentes e até aos estranhos, dependem de condições culturais concretas. Entre os primitivos, a crença no totem, animal ou planta de que o grupo acredita descender, acarreta para os componentes da sociedade, por êsse motivo, uma comunhão íntima, fundamento através do qual Durkheim estabeleceu a idéia da família totêmica. Nêste grupo, a união não era assim, fundamentada, necessariamente, na consanguinidade e sim na crença, partilhada por todos, da ascendência comum.

Já na família patriarcal, quer seja entre os gregos, os romanos, os hebreus etc., ou mesmo nas regiões rurais do Brasil até época bem próxima da atual, era comum a circunstância de genros, noras, netos e até parentes distantes ou simplesmente agregados, viverem sob o mesmo teto. Êsse sentido de união que o patriarcalismo, via de regra, cultivava entre os membros afastados do grupo familiar é, sem dúvida, muito diverso do relativo afastamento que as condições, em geral, da família atual, constituída apenas por pai, mãe e filho, desenvolve entre parentes menos próximos. Convém salientar que nêste tipo de família o pai ocupa uma posição de suma importância, tendo, inclusive, exercido em algumas sociedades como a grega e a romana, por exemplo, uma autoridade quase ilimitada sobre a espôsa e os filhos, e em outras um poder sempre considerável. O que representa um grande contraste com as formas matriarcais de organização social de que falamos.

Tudo isso significa que a idéia do parentesco, em geral, as relações familiares, o modo como se trata especificamente os membros da família, parece obedecerem fundamentalmente

a critérios de ordem cultural. Isso vem mostrar de modo insofismável, como na vida social humana, o fator cultural exerce um papel decisivo modelando, por assim dizer, as relações do grupo dentro dos esquemas pré-estabelecidos concretamente pela cultura. Tais esquemas, extremamente variáveis nas diversas sociedades, e que experimentam como em nossa própria cultura, pronunciadas alterações no curso do tempo, dada a intensa mudança social existente em nossa época, mostram de um lado, as possibilidades múltiplas através das quais a vida humana especificamente se realiza, indicando, também, sua relativa independência em face dos fatores meramente biológicos ou fisiológicos. O fator biológico parece ser antes um elemento de ordem geral, que não marca assim rumos rígidos e inflexíveis para a cultura, porém ao contrário indica uma direção muito vaga e ampla, que cabe às condições culturais concretas preencher.

É de se salientar que, muitas vezes, o rumo dentro dos quais certos traços da cultura se desenvolvem, parece irremediavelmente encontrar às condições que a Biologia evidentemente faria sugerir. Mostram Ogburn Y Nimkoff a êste respeito alguns exemplos curiosos. Um deles é o caso do pé das chinesas, que é aprisionado durante a infância, prática que faz distinguir as mulheres elegantes na cultura da China. Em algumas culturas, a colocação de discos nos lábios, provoca deformações acentuadas. Nas Filipinas, há uma moda muito aceita de se afilar os dentes dos meninos negros daquela sociedade, o que dificulta sem dúvida, enormemente a mastigação e, por consequência, as funções digestivas. Entre os maoris, as mulheres usam, com frequência, pesados braceletes, que envolvem quase toda a extensão do braço e ante-braço, além de cobrirem praticamente o pescoço e o tórax, o que torna, para essas mulheres, absolutamente impraticável o emprêgo dos braços e do corpo. Além desses, mostram os aludidos autores, em nossa própria sociedade, outras marcas flagrantes de desarmonia entre a Biologia e a cultura, quais sejam, para as mulheres, o moderno sapato alto e a cintura muito delgada produzida pelo uso de cintas e espartilhos. (17)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) RALPH LINTON, *Estudio del Hombre*, México, 1956, pág. 95; veja também, Frédéric Engels, *Dialectique de La Nature*, Prefácio, introdução geral e notas de Pierre Naville, tradução, Paris, 1950, págs. 376 a 390.
- 2) RALPH LINTON, *Estudio del Hombre*, op. cit. pg. 86.
- 3) R. M. YERKES, *Almost Human*, Nova Iorque, 1925. págs. 137 e s.
- 4) OGBURN Y NIMKOFF, *Sociologia*, Madrid, 1956. pág. 286. Consulte-se, também, aqui Ruth Benedict, *Patterns of Culture*, Nova Iorque, 1943, principalmente págs. 1 a 40; Clyde Kluckhohn, *Mirror For Man*, Nova Iorque, 1949, sobretudo págs. 1 a 144.
- 5) Dr. ZIN YANG KUO, "Genesis of Cat's Responses to Rats", *Journal of Comparative Psychology*, Vol. XI, 1931.
- 6) FERNANDO DE AZEVEDO, *Sociologia Educacional*, São Paulo, 1951, pág. 42.
- 8) MARGARET MEAD, *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*, Nova Iorque, 1953, passim.
- 7) RECASENS SICHES, *Sociologia*, México, 1956, passim.
- 9) GEORGE P. MURDOCK, *Social Structure*, Nova Iorque, 1949, pág. 285.
- 10) GEORGE P. MURDOCK, *Social Structure*, op. cit. págs. 286 e 287.
- 11) GEORGE P. MURDOCK, *Social Structure*, op. cit. pág. 288.
- 12) — Veja-se Bronislaw Malinowski, *La Vie Sexuelle chez les Indigenes de les Iles Andaman*, passim, *Estudios de Psicologia Primitiva*, Buenos Aires, 1949, passim, e *Sex And Repression In Savage Society*, Londres, 1949, págs. 1 a 134.
- 13) BRONISLAW MALINOWSKY, *Estudios de Psicologia Primitiva*, op. cit. págs. 153 a 157.
- 14) GEORGE P. MURDOCK, *Social Structure*, op. cit. pág. 15.
- 15) GEORGE P. MURDOCK, *Social Structure*, op. cit. pág. 15.
- 16) RALPH LINTON, *Estudio del Hombre*, op. cit. pág. 127.
- 17) OGBURN Y NIMKOFF, *Sociologia*, op. cit. pág. 63.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PINTO FERREIRA

1 — *A noção de desenvolvimento e as idéias do crescimento e progresso* — A palavra desenvolvimento tem hoje uma ampla aceitação tanto na sociologia como na economia. O impacto da palavra e o apêlo emotivo às suas consequências são tão grandes que as próprias constituições atuais, como a do Brasil de 1967, aludem à idéia e aos planos de desenvolvimento. Mas é preciso esclarecer o significado pleno do desenvolvimento, bem como de conceitos que lhe são assimilados.

Sociólogos e economistas ora identificam, ora distinguem as noções de desenvolvimento, progresso, crescimento e mudança secular. Alguns eminentes pensadores colocam por vezes os ditos têrmos como sinônimos, mas há quem interprete diferentemente.

Segundo Maurice Dobb no estudo *Crescimento Econômico (Economic Growth and Under-developed Countries*, Londres, 1963), o desenvolvimento econômico corresponde ao que é habitualmente chamado de progresso econômico. Ele usa indistintamente as palavras progresso econômico, desenvolvimento econômico e crescimento econômico no seu conhecido livro.

Outros autores de renome, como Charles Kindleberger, Francisco Perroux, Maurice Bié, Giovanni Resta e Gilbert Blardone, etc, distinguem nitidamente entre desenvolvimento e crescimento econômico. Alguns especialistas brasileiros, a saber, Calderan Beltrão em sua *Sociologia do Desenvolvimento* (Porto Alegre, 1965), Fernando Mota no *Manual do Desenvolvimento Econômico* (Rio, 1964) e Dorival Teixeira Vieira em *Teo-*

ria do Desenvolvimento Econômico (São Paulo, 1959, mimeo), elucidam e esclarecem esta problemática.

Gilbert Blardone no estudo *O Circuito Econômico (Le Circuit économique, 1962)* descreve com precisão os conceitos de crescimento, desenvolvimento e progresso. São noções diversas, ao seu sentido. Segundo êle, o *crescimento* é o aumento contínuo da produção ou do produto nacional, em um longo período de tempo. Mas é possível que as instituições e estruturas sociais não se adaptem às exigências de tal crescimento, podendo ocorrer o crescimento sem desenvolvimento, ou ainda sem o melhoramento das condições de vida da população. Pode destarte ocorrer o crescimento econômico sem o conseqüente progresso, sem o verdadeiro progresso. Já o desenvolvimento seria a criação de um verdadeiro circuito econômico na nação, a criação de um circuito orgânico de produtos, de vendas, de inversões no interior do país e em conexão com o resto do mundo. É certo que podendo ocorrer o desenvolvimento de uma maneira desequilibrada, não harmônica, em favor de certas classes, grupos, regiões do país e em desproveito de outros; em suma ter-se-ia desenvolvimento sem progresso. Já o *progresso* supõe o melhoramento das condições de vida para a maioria da população.

Vê-se assim uma dupla tendência na literatura sociológica e econômica: a primeira trata como sinônimos os termos “desenvolvimento econômico”, “crescimento econômico” e “processo econômico” ((Maurice Dobb) e uma segunda tendência (Blardone e outros) realiza uma nítida distinção entre tais conceitos.

2 — *Conceito de desenvolvimento* — Os autores francêses, que tendem à lógica e à sistematização abstrata, bem como os sociólogos e economistas alemães, procuram conceituar o que seja o desenvolvimento.

Francisco Perroux, na *Economia do Século XX (Économie de XX e. Siècle, 1961, cap. III: A noção de desenvolvimento, pág. 155)*, assim se pronuncia:

“O economista, ao qual se pergunta: Que é desenvolvi-

mento? deve, a meu ver, responder: O desenvolvimento é a combinação das mudanças mentais e sociais de uma população, que a capacitam a fazer crescer cumulativa e duravelmente, o seu produto real global”.

Perroux assim ministra um conceito global de desenvolvimento, antes que estritamente econômico. Êle assim se pronuncia: “Qualquer que seja o sistema econômico: mercado, plano ou combinação dos dois — o crescimento cumulativo e durável do produto real global é comprometido (nos países subdesenvolvidos) por inúmeros caracteres mentais e sociais das respectivas populações. Mudar êsses caracteres, com o acôrdo das populações, engendra um rendimento e supõe um custo que podem ser organizados racionalmente: existe, por conseguinte, uma economia do desenvolvimento e ela se distingue da economia do crescimento. O produto global, em cifras absolutas ou *per capita*, muitas vêzes cresceu no passado e pode ainda hoje crescer sem que as populações e suas economias sejam capacitadas a desenvolver-se”.

Calderan Beltrão concede definição aproximada, nos seguintes termos: “Desenvolvimento é um processo inédito e irreversível de mudança social, através do qual se instaura numa região um mecanismo endógeno de crescimento econômico cumulativo e diferenciado”.

Já outros estudiosos ministram uma acepção rigorosamente econômica ao desenvolvimento. *Gerald M. Meier e Robert E. Baldwin*, no livro *Desenvolvimento Econômico (Economic Development, New York, 1967, pág. 2)*, entendem o desenvolvimento como o processo pelo qual a renda real de uma comunidade aumenta a longo prazo.

É o mesmo entendimento de Paul A. Baran em sua *Economia Política do Crescimento (The Political Economy of Growth, Londres, 1957, pág. 18)*, quando define o desenvolvimento “as increase over time in *per capita* output of material goods”.

Segundo esta posição interpretativa do problema, três requisitos se tornam indispensáveis para que de fato se realize o desenvolvimento: 1.º que se formule no sistema econômico um

aumento quantitativo e real dos bens e serviços disponíveis para uma determinada sociedade; 2.º que a taxa de incremento de renda seja superior à taxa do desenvolvimento demográfico; 3.º que esta tendência se realize a longo prazo, como uma tendência secular (*secular trend*), e não seja uma oscilação a curto prazo no processo de incremento da renda.

Outros autores, com Lebert na *Dinâmica Concreta do Desenvolvimento* (*Dynamique Concrete du developement* (1961, Livro I: *Notion du développement et economie du développement*), falam da escola francesa que se refere ao desenvolvimento como “a passagem de uma situação menos humana e uma situação mais humana”.

G. Perez em *Religião e desenvolvimento social na América Latina* (*Religion et développement social en Amerique Latine*) em tese (mimeo) apresentada ao V Congresso Mundial de Sociologia (Washington, 1962) assegura: “O desenvolvimento é essencialmente um problema de civilização. Trata-se de um processo de transformação das estruturas econômicas, sociais, políticas e mentais, duma passagem, duma fase menos humana a uma fase mais humana, do acesso de todos ao necessário e ao bem-estar material e espiritual”.

Dentro de tal pressuposto o prof. Fernando Mota (o. c. pág. 135) procede a um “descrição sumária do fenômeno, à base da qual, entretanto, supomos ter identificado como suas conotações mais relevantes: 1) ser um processo de mudança; 2) orientado no sentido de um nível de melhor estar social; e 3) de que resulte um incremento real na renda per capita a longo prazo”.

3 — *A noção do desenvolvimento e a mudança social.* — O problema do desenvolvimento é sobretudo um problema sociológico. Não pode ser encarado dentro de um aspecto estritamente econômico, é no fundo e na sua essencialidade mais um problema sociológico do que econômico. Trata-se na realidade de um processo global de transformação da sociedade e da economia, com as suas implicações próprias, as suas tendências transformadoras se chocando contra os obstáculos sociais ao desenvolvimento.

De fato, o desenvolvimento é apenas uma configuração histórica e específica do processo da mudança social. Ogburn em seu livro *Social Change* (1922) divulgou, é certo, a palavra mudança social, que hoje goza de irresistível popularidade. Pois bem, o desenvolvimento é apenas uma configuração historicamente definida de processo de mudança social.

É bem verdade que o tratamento específico do tema, a análise das sociedades em desenvolvimento e dos obstáculos, resistências e barreiras ao desenvolvimento, no fundo, a constituição da sociologia do desenvolvimento, é recente. Mas os estudos científicos sobre a mudança social, os temas da dinâmica social, são velhos e retroagem aos clássicos da sociologia, desde CONTE, SPENCER e MARX. Depois, os sociólogos de renome como Durkheim, Pareto, Toennies, S. Maine, Marx Weber, Ogburn Redfield e outros enriqueceram a temática até refulgir a sociologia do desenvolvimento em toda a sua riqueza.

Parte-se do pressuposto, assim, de que o desenvolvimento é uma maneira de mudança social, mas mudança social em certo sentido e com determinadas implicações substanciais.

O primeiro aspecto básico desta mudança é realmente o aumento ou incremento real da renda *per capita*. Tal aumento quantitativo da renda per capita, provocando uma maior quantidade de bens e serviços disponíveis pela comunidade e em proveito da própria comunidade, é um elemento decisivo do processo de mudança social chamado desenvolvimento. Tal processo histórico é irreversível, embora possa apresentar fases momentâneas de retardamento, porém a irreversibilidade está na essência do desenvolvimento.

Mas a taxa do incremento da renda, em termos reais, deve elevar-se acima da taxa de crescimento demográfico. Donde resulta a necessidade imperiosa para os países chamados subdesenvolvidos, de um percentual ainda maior da taxa de incremento da renda, para superar a taxa de crescimento demográfico. Como se sabe, um dos indicadores secundários do subdesenvolvimento, na sociedade contemporânea, é o explosivo demográfico. As sociedades subdesenvolvidas estão presentemente aumentando a sua população com uma taxa demográfica de 2 a mais vezes do que os

países ocidentais industrializados. Si houver, destarte, aumento da taxa demográfica *não se processará o desenvolvimento*. Os bens e serviços disponíveis da comunidade devem aumentar proporcionalmente além do aumento anual da população.

Em 2.º lugar, o desenvolvimento é um processo a longo prazo. A taxa de aumento da renda *per capita* deve manter-se a longo prazo, eis que se trata na espécie de um tipo especial de mudança social, de uma tendência secular, uma *Secular Trend*. Pode ocorrer retardamento do processo em cifras relativas, mas a tendência secular deve permanecer, a fim de que se verifique o desenvolvimento.

Por exemplo, segundo Meier e Baldwin, o ano de 1760 foi aquêlo a partir do qual a taxa de incremento da renda, na Inglaterra, passou a elevar-se de maneira definitiva, acima da taxa de incremento da população. Mas os mesmos autôres assinalam que entre 1770 e 1820 a taxa de incremento demográfico superou a do incremento real da renda (o. e., pág. 148, nota 8). Compara-se o ano indicador por Meier e Baldwin, ano de 1760, como o ano de 1750, que Sombart indica em *Der Moderne Kapitalismus* como o ano que inaugura a idade do apogeu do capitalismo (*Hochkapitalismus*).

Assim, para que se processe o desenvolvimento, é indispensável, como se disse que, apesar das pequenas e desfavoráveis crises de crescimento, o processo seja contínuo, permanente e revelando uma distância temporal a longo prazo.

Enfim, em 3.º lugar, torna-se ainda necessário que o desenvolvimento provoque uma melhor distribuição dos bens de vida, um melhor bem-estar dos membros da comunidade. Êste bem-estar permanente assegurado exige assim uma democratização da propriedade, dos bens, e serviços disponíveis para o conjunto da população, a satisfação razoável das necessidades humanas.

Tais necessidades são primárias, como a alimentação, a casa, a saúde e o vestuário; são secundárias, como as de educação, conforto, recreação, prestígio, ostentação e luxo. É mais viável hoje em dia determinar certo grau de satisfação de

tais necessidades, avaliadas quantitativamente, como o *número mínimo* de proteínas para a alimentação, de metros quadrados para a habitação, de médicos, hospitais, escolas e professores para a população. A obra de Richard L. Meier, sobre *Ciência e Desenvolvimento Econômico (Science and Economic Development: New Patterns of Living*, New York, 1956), é ilustrativa dêste raciocínio.

Às vezes como se observa, si o incremento real da renda *per capita* no decurso do tempo assinala e evidencia o desenvolvimento, em alguns casos concretos a regra sofre excessão, como na Venezuela, que a sua renda *per capita* é a maior da América Latina. Contudo tal renda repousa essencialmente em um produto extrativo, que é o petróleo, e não se acha bem dividida entre as classes sociais.

O desenvolvimento, enfim, assegura pela modificação das estruturas econômicas uma mudança na psicologia social da comunidade, de atitudes, costumes, padrões de comportamento, filosofia de vida, etc., tem destarte determinadas implicações sócio-culturais.

4 — *O desenvolvimento e a sociedade dual* — O desenvolvimento tende a criar uma sociedade dual, dividida em amplos sectores, dos quais um representa o moderno e o progressista, enquanto o outro representa o velho e o arcaico.

Êste conceito de um dualismo ou de uma sociedade dual gerado pelo desenvolvimento deriva de uma sugestão, que vingou, advinda de Boeke em sua *Economia Dualista (Dualitistische Oekonomie*, Leiden, 1930) e Furnival no seu estado sobre *As Índias Neerlandesas (Netherlands Indies: A Study of Plural Economics*, Cambridge, Mass., 1944).

Em que consiste tal dualidade? Ela se estrutura porque a sociedade se organiza e coexiste segundo dois padrões: o padrão arcaico e o padrão moderno.

Mais tarde a sociologia francesa, com George Balandier, na *Sociologie des Brazzavilles Noires* (1955) e *Afrique Ambigue* (1957), além de Jacques Lambert, debateu o problema da

sociedade dual, que êste aliás abordou quanto à realidade brasileira, em sugestiva obra publicada inicialmente em francês e ampliada na versão brasileira, com o título *Os Dois Brasil* (1959).

Com o desenvolvimento, forma-se geralmente na sociedade um dualismo de economia, como no Brasil: um centro progressista de economia industrializada e tecnológica (como o triângulo São Paulo — Rio — Belo Horizonte e adjacências), uma periferia marginal com uma economia de base rural e de insuficiente tecnologia (como no nordeste e norte do Brasil). Na primeira predomina uma constante modernização, enquanto na segunda predominam padrões arcaicos de economia e de comportamento.

É de considerar, além disso, que geralmente o *núcleo do desenvolvimento* tende a drenar as riquezas da periferia, pelas próprias relações de intercâmbio comercial, em que os termos de troca da *sociedade nuclear* são vantajosas em desproveito da sociedade periférica, a primeira repousando em produtos manufaturados e a segunda em produtos da agricultura.

Este problema foi também analisado por Perroux (o. c., págs. 156-157), acentuando que, no subdesenvolvimento, as economias são desarticuladas (duais), dominadas e insuficientes para manter o mínimo vital estimado pela Ciência.

Ele assim se expressa: “A observação dos países que a estatística arrola na categoria de subdesenvolvidos, revela três características flagrantes das suas economias: a) São economias *desarticuladas*. Não constituem, sobre um território extenso (como, por exemplo, uma república africana ou um conjunto de tais repúblicas), uma rede homogênea de preços, de fluxo (em moeda e em bens) e de informações. As deficiências nas infra-estruturas, nos transportes materiais e intelectuais, não são os únicos fatores em causa, pois crescem-lhes as diversidades étnicas, a heterogeneidade das tradições, dos usos e costumes. A economia dual, como dois setores, um moderno e outro arcaico, é a mais visível dentre os aspectos que reveste essa deficiência geral de comunicação. Daí resulta uma forma de crescimento aplicada em um ponto (como seja um investimento adi-

cional e uma grande inovação) não se propaga em um grande conjunto, ou se ela se propaga, provoca simultaneamente desequilíbrios que não são fecundos ou que não se corrigem espontaneamente. O conjunto é composto de ilhotas de crescimento econômico, cercadas de espaços vazios ou estagnados; b) Essas economias são *dominadas*, significando o termo diversas realidades bastantes distintas. Uma nação evoluída ou um conjunto de tais nações muitas vezes pode, também em fase de descolonização, impor ainda a sua decisão em virtude da natureza de suas atividades, de sua dimensão econômica e do seu poder de negociação; é ela industrializada, goza de um produto que é um múltiplo elevado do de seu interlocutor; possui armas e desfruta de uma vantagem de posição na aliança ou coalizão. Constata-se o mesmo no caso de uma empresa ou de um grupo financeiro; a grande unidade sustenta a exportação de produtos-chaves; o seu giro de negócios é frequentemente um múltiplo elevado do orçamento de uma república africana nascente, sua diplomacia insere-se na dos negócios ocidentais. Justamente porque é desarticulada a economia subdesenvolvida, o esforço de nação ou da firma dominante aplica-se em lugares e em atividades bem determinadas sem que as solidariedades ditas “nacionais” consigam retificá-lo e reparti-lo com a requerida rapidez. O balanço dos pagamentos não somente é submetido a um desequilíbrio estrutural: êsse desequilíbrio, no seu montante e no seu conteúdo, depende demasiadamente das decisões de nações e unidades dominantes; c) Enfim, as economias em questão não garantem a todos os membros das populações autóctones e *mínimo vital* estimado pela ciência. Em termos um pouco mais técnicos: os custos do estatuto humano da vida para todos, os custos do homem, os custos que trazem a cada qual a esperança de vida, a saúde, o acesso ao conhecimento, compatíveis com as condições concretas do lugar e da época — não são cobertos. Não são valorizados, por conseguinte, os recursos humanos, ainda quando não se constate um desemprego patente ou um manifesto mau emprego; as contabilidades privadas, públicas e sociais são, por isso mesmo, *radicalmente* falhas, e não são senão aparentes os resultados econômicos que exibem. Estão ligadas entre si essas características. As

consequências da dominação agravam eventualmente a desarticulação e a insuficiência dos níveis de vida. Mas essa desarticulação e essa insuficiência opõem, ao crescimento da unidade dominada, obstáculos que esta tem interesse em eliminar”.

5 — *O princípio da nucleação e a sociedade dual.* — Esta divisão dual da sociedade desenvolvida em regiões progressistas e modernizadas em base de áreas estagnadas e de pouco progresso econômico, pode evidentemente acentuar tais divergências e diferenças econômico-sociais entre regiões de um mesmo país, entre os setores produtivos, as camadas e classes sociais.

Tal diferença evidentemente ocorre e por vezes se acentua nitidamente.

Como escreve Marrama em *Saggio sullo sviluppo economico dei paesi arretrati*, (Torino, 1958, págs. 93-98), “substancialmente, diz o princípio de cumulação que, ao deixar-se livre jôgo às forças de mercado, um grupo de indivíduos, uma cidade, uma região ou país, que por dadas circunstâncias venham a encontrar-se historicamente na posição dominante, vêem cumulativamente reforçar-se essa posição, enquanto permanece estacionária ou quase, a situação dos grupos, regiões ou países, que recaem sob essa dominação ou, na melhor das hipóteses, ficam fora do processo cumulativo”.

Determinadas regiões de um país progridem assustadoramente, outras permanecem estacionárias e o próprio intercâmbio comercial acentua a disparidade econômica. As regiões da periferia tendem a entrar em crise.

O fenômeno foi destacado por diversas concepções, dentre as quais podem ser lembradas as seguintes teorias:

1.º — o princípio da nucleação de K. E. Boulding, exposto em *Toward a General Theory of Growth* (in. Can J. Econ. Pol. Sci., agosto, 1953);

2.º — a teoria da decolagem ou do *Take-off* de Rostow;

3.º — a teoria dos pólos de crescimento de Perroux;

4.º — a teoria de causalidade circular de Gunnar Myrdal, exposta em *An American Dilemma* (New York, 1944), no estudo *Development and Under-development — A Note on the Mechanism of National and International Inequality* (*National Bank of Fifteenth Anniversary Commemoration Lectures*, Cairo, 1956, págs. 7.17 e 80-88) e também ainda em *Economic Theory and Under-Developped Regions* (London, 1967);

5.º — A teoria da marginalidade estrutural apresentada pelo sociólogo brasileiro Costa Pinto em *Sociologia e Desenvolvimento* (Rio, 1956, 2a. edição, pág. 99).

Em resumo, pretende-se com a moderna interpretação sociológica do desenvolvimento que, no centro do desenvolvimento se estrutura um processo ascensional de efeito propulsivo (*spread effect*), enquanto que na periferia o processo é de efeito regressivo (*backward effect*) ou descensional. Há um núcleo do desenvolvimento, mas a periferia não tende a desenvolver-se com o mesmo ímpeto ascensional do núcleo e do centro. É verdade que o controle e a direção das forças econômicas pelo Estado podem superar um pouco tais divergências, estimulando com recursos do capital e da técnica as regiões pouco desenvolvidas de um país. No Brasil os recursos aplicados pela SUDENE no nordeste evidenciam tal possibilidade, embora em ritmo pouco acentuado com relação ao núcleo progressista do país.

O princípio da nucleação significa, por consequência, a formação de um centro de desenvolvimento e de uma periferia do pouco progresso econômico, em diferenças econômico-sociais e culturais que o planejamento e a direção dos recursos de capital procuram corrigir.

6 — *História do progresso econômico* — O progresso econômico, no sentido de uma melhor distribuição dos bens de vida pelo homem comum do povo e de uma subjetivação dos bens da cultura, é recente. Dí-lo Maurice Dobb: “Na história da humanidade, o progresso econômico é relativamente moderno”. A mudança cultural e tecnológica do mundo foi lenta em comparação com os recentes 200 anos da história humana.

Lorde Keynes em *The Economics of our Grandchildren* assim se expressa: "Desde os tempos mais antigos de que temos registro até o início do século XVIII, não houve grande modificação no padrão de vida do homem médio. Certamente, altos e baixos. Épocas de peste, fome e guerra. Intervalos áureos. Mas nenhuma modificação progressista violenta. Esse lento ritmo de progresso, ou falta de progresso, devia-se a duas razões — à notável ausência de aperfeiçoamentos técnicos importantes e à impossibilidade de acumular capital".

Patel pretende que neste período a produção industrial per capita aumentou de 15 a 20 vezes, como uma taxa de crescimento de 2,6% ao ano, em comparação com 0,1% ou menos, nos séculos anteriores. Veja-se a respeito o estudo de Patel intitulado *Desenvolvimento Econômico e Mudança Cultural* (*Economic Development and Cultural Change*, Chicago, abril, 1961, vol. IX, n.º 3, págs. 316s.)

A taxa de crescimento por ano variou nos diferentes países europeus, entre 1880 e 1914, segundo o mesmo Patel, A. Gerschenkran no *Jornal de História Econômica* (*Journal of Economic History*, Sup. VII, 1947) e os dados fornecidos pela Liga das Nações, em *Industrialização e Comércio* (*Industrialization and Foreign Trade*, 1945).

Estas taxas foram as seguintes, ao ano, entre 1880-1914:

Suécia e Rússia Tsarista — 6%

Alemanha, Itália e Estados Unidos — 5%

Reino Unido e França — 3%

Estes dados confirmam as teses de Rostow e P. A. Sorokin, este último no livro *Rússia e Estados-Unidos, de que a decolagem de economia russa é anterior ao comunismo*.

O Japão, cuja decolagem econômica foi posterior a dos países ocidentais, teve nos últimos 45 anos a taxa de crescimento aproximadamente em 5,4% ao ano, isto é, quasi igual à da Suécia e Rússia Tsarista entre 1880-1914.

Depois da 1.ª guerra mundial, a crise econômica, a devastação generalizada e a destruição sistemática ocorridas durante o conflito, bloquearam o desenvolvimento. Em seguida à 2.ª guerra mundial, a maioria dos países industrializados tiveram altas taxas de incremento, como a Alemanha Ocidental, a Itália e o Japão.

Nos países socialistas de importância a taxa de incremento da produção industrial tem sido elevada. Depois de 1948 a produção industrial soviética se elevou a uma taxa anual de 10% ao ano (a produção agrícola cresceu com taxa menos avançada) e o mesmo aconteceu na China Marxista, no qual, segundo o *World Economic Survey*, 1961 das Nações Unidas, entre 1950 e 1959 a produção industrial aumentou a uma taxa média de 13% ao ano.

Mas, si este fenômeno ocorreu em favor dos países socialistas, é de lembrar que um elevado aumento da taxa de crescimento industrial também foi visível em países capitalistas, notadamente a Alemanha Ocidental, a Itália e no Japão, especialmente este último.

ROSTOW em *Etapas do Desenvolvimento Econômico* pretende ademais que o ritmo de crescimento avultado da economia soviética foi o mesmo de outros países capitalistas em etapas de desenvolvimento comparáveis.

Desta análise resulta então o fato incontestável que o progresso econômico se acentuou profundamente nos derradeiros 200 anos, em ritmo inigualável com respeito à evolução humana anterior.

7 — *Modelos de desenvolvimento econômico* — Vários são os modelos e padrões de desenvolvimento. A princípio se procurava tão somente fixar em padrões rígidos as possibilidades de desenvolvimento das nações reduzindo-as a modelos uniformes e inflexíveis. Estes modelos seriam dois: o modelo capitalista e o modelo socialista.

No modelo capitalista salientavam-se a Inglaterra e os Estados Unidos. No modelo socialista a URSS. As demais na-

ções procuravam imitá-las. Mas a verdade é antes a constatação de uma pluralidade de modelos e padrões de desenvolvimento.

A Inglaterra na época iniciou uma forma de organização econômica e social inteiramente nova. Industrializou-se poderosamente, com as subsequentes implicações de industrialização. Tais como a urbanização, a tecnologia e a educação. Basta salientar que, segundo SOMBART em sua *Sociologia Rural* (*Staedtische Siedlung, in Handwoerterbach der Soziologie*, Stuttgart, 1931, pág. 532), já em 1850 a população urbana ultrapassava a população rural na Inglaterra, o que ocorreu na URSS em 1960 e ainda hoje não se encontra tal perfil da sociedade brasileira. Nesta, em 1940, 68,8% da população foi classificada como rural, e em 1950, 63,8%. A Inglaterra se desenvolveu inclusive sem o recurso aos capitais estrangeiros, com os resultados da sua poupança interna e da drenagem dos recursos coloniais, com uma singularidade no seu processo do desenvolvimento. Tanto a Inglaterra como os Estados Unidos não puderam ser comparados com outras nações de sua época, cujas barreiras pudessem representar um dos obstáculos mais sérios ao seu desenvolvimento.

Já o modelo de desenvolvimento da URSS foi discrepante, através do controle dos meios de produção, a nacionalização e a hostilidade à iniciativa privada.

Querer implantar um tanto liricamente tais modelos nas nações em desenvolvimento na segunda metade do século XX, é obra de ingenuidade e de lirismo. As jovens nações da América Latina e da África não devem preocupar-se com a possibilidade da reprodução inevitável dos padrões de desenvolvimento do século passado. Tais nações se encontram em circunstâncias bem diversas. Como bem salientou Costa Pinto (o. c., pág. 304), "circunstâncias históricas específicas, que no passado, mesmo no passado recente, condicionaram aquelas experiências, tanto as do tipo capitalista como as do tipo socialista, têm hoje muito poucas probabilidades de reproduzirem exatamente, com igual sucesso".

Assim, ao lado dos padrões hoje clássicos de desenvolvi-

mento (Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha, Japão, URSS), as jovens nações latino-americanas e africanas devem pensar em realizar o seu desenvolvimento segundo categorias novas, com uma verdadeira *redução sociológica* dos padrões clássicos, e procurando os seus caminhos naturais e específicos de desenvolvimento, sem ingenuidade e a precipitação das imitações. A própria imitação já é um indicador do sub-desenvolvimento.

Bert F. Hoselitz em seu estudo *Aspectos Sociológicos do Crescimento Econômico* (*Sociological Aspects of Economic Growth*, Glencoe, Illinois, 1960, págs. 85-115), combinando três pares de variáveis históricas, distingue oito padrões de desenvolvimento.

Tais variáveis são, quanto ao processo de desenvolvimento:

1.º — processo de desenvolvimento é *extensivo* (*expansionist*) ou *intensivo* (*intrinsec*). No processo do desenvolvimento consignado por tais variáveis, deve-se referir à relação entre população e recursos no início do desenvolvimento. Uma grande superfície econômica tende de seu natural ao desenvolvimento expansionista, como os Estados-Unidos, o Canadá e a Austrália, enquanto as pequenas unidades econômicas tendem ao desenvolvimento intensivo (Holanda, Suíça).

2.º — processo de desenvolvimento *central* ou *dominante* (*dominant*) e *reflexo* ou *periférico* (*satellitic*). Tal par de variáveis relaciona-se com o grau de dependência que alguns países têm com relação a outros, correspondendo aos conceitos da economia dominante e dominada de Perroux. Uma grande unidade econômica, embora de economia reflexa no princípio de seu desenvolvimento, oferece mais probabilidades de transformar-se em um "pólo de desenvolvimento".

3.º — processo de desenvolvimento *espontâneo* (*autonomous*) ou *induzido* (*induced*), no sentido de que os modelos de desenvolvimento clássico (Inglaterra e Estados-Unidos) são mais do tipo espontâneo, enquanto que os atuais, são do tipo induzido.

Daí os seguintes padrões de desenvolvimento:

- 1 — Extensivo — Dominante — Espontâneo, como os Estados Unidos (1830-1890);
- 2 — Extensivo — Dominante — Induzido, como a URSS desde 1928;
- 3 — Extensivo — Periférico — Espontâneo, como a Austrália até 1941 e o Canadá até 1900;
- 4 — Extensivo — Periférico — Induzido, como Manchúria durante a época da dominação japonesa;
- 5 — Intensivo — Dominante — Espontâneo, como a França e a Alemanha;
- 6 — Intensivo — Dominante — Induzido, como o Japão e a Turquia desde 1922;
- 7 — Intensivo — Periférico — Espontâneo, como a Dinamarca e a Suíça antes de 1914;
- 8 — Intensivo — Periférico — Induzido, como nas democracias populares da Europa Central e Oriental.

Quanto aos anos do início do desenvolvimento, seria interessante consigná-los para uma melhor compreensão do tema. O desenvolvimento começa com a industrialização.

Já em 1953 Rostow em seu estudo *The Process of Economic Growth* (Oxford, Clarendon Press, 1953, págs. 103-107), introduz o termo *Take-off* (decolagem, demarragem), para caracterizar o ponto ou o momento histórico de transição de uma sociedade com uma base preponderantemente agrícola para uma sociedade com base preponderantemente industrial. A sociedade em desenvolvimento perde a sua fundamentação agrícola para transformar-se em sociedade industrializada, com as implicações daí decorrentes. Daí por que autores de renome reputam a industrialização como o primeiro e decisivo teste ou indicador do desenvolvimento.

Eis algumas datas aproximadas do início da industrialização ou do *Take-off* em algumas Nações:

<i>Países</i>	<i>Data do arranco</i>
Grã-Bretanha	1783-1802
França	1830-1860
Bélgica	1833-1860
Estados-Unidos	1843-1860
Alemanha	1850-1873
Suécia	1868-1890
Japão	1878-1900
Rússia	1890-1914
Canadá	1896-1914
Argentina	1935
Turquia	1937
Índia	1952
China	1952

Algumas destas nações, no seu processo de desenvolvimento, ultrapassaram as outras, como os Estados Unidos, que desde 1880 se transformaram na primeira nação industrial do mundo, quando superaram a Inglaterra neste tocante, cada uma delas seguindo o seu próprio processo de desenvolvimento.

A conclusão resultante é de que existe uma pluralidade de padrões de desenvolvimento, o que é sobretudo importante para a consideração das jovens nações latino-americanas e africanas, para que possam assim assumir posições específicas na tomada de consciência dos seus problemas.

SITUAÇÃO E NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO E SENTIDO DA AJUDA EDUCACIONAL NA AMÉRICA LATINA

TARCÍZIO RÊGO QUIRINO

1.1

Uma sociedade é por definição um organismo social que tem a possibilidade de se perpetuar. As sociedades por isso criam os seus próprios meios, não só de tomar novos indivíduos como seus membros, como também de perpetuar os seus valores, os quais fazem com que ela seja coerente e orgânica em si mesma. O meio que a sociedade tem para fazer com que os seus valores se perpetuem de geração em geração, é a educação. Emílio Willems assim define educação: "Em sentido lato educação é sinônimo de socialização. Em sentido restrito, porém, educação compreende todos aqueles processos, institucionalizados ou não, que visam transmitir aos joves determinados conhecimentos e padrões de comportamento, a fim de garantir a continuidade de cultura da sociedade."⁽¹⁾

Nas sociedades altamente complexas, como é o caso da sociedade moderna, a educação é organizada em um sistema também muito complexo, o sistema escolar. Em sociedades mais primitivas, o sistema educacional não chega a ser tão complexo, circunscrevendo-se muitas vezes ao contacto entre as gerações. Através do respeito aos pais na obediência e da convivência de modo geral com a geração anterior, os joves se inserem na vida e no modo de ser da sociedade.

É característico de tôdas as sociedades, porém, que o sistema educacional seja tido como obrigatório para os membros da cultura. À medida que o sistema escolar tomou na socie-

dade moderna o lugar proeminente como veículo de transmissão da cultura dessa mesma sociedade, êle foi tendendo a se tornar obrigatório para todos os membros. É importante salientar como há uma relação entre o desenvolvimento dos ideais da cultura para todos, isso é, da participação de todos os indivíduos com os mesmos direitos nos bens da cultura debaixo do lema "liberdade, igualdade, fraternidade", e, por outro lado, dos ideais da educação para todos. A sociedade moderna, a que costumamos chamar de sociedade científica, com a produção em massa e o consumo em massa, levou êsses ideais às suas últimas consequências. Estabeleceu, como uma das regras mais importantes do sistema político-social e econômico, que todos os membros estejam aptos para inserir-se na vida social, para participar da produção em massa e do consumo em massa. Para isso, associou a êstes os ideais da educação em massa.

Com essa introdução, aparentemente sem uma ligação direta com o tema que nos foi proposto para a conferência, queríamos sobretudo salientar o sentido sociológico do tratamento de um assunto como êste, aqui, hoje. A cultura científica erigiu como padrão para a sociedade, a educação para todos. Por isso é que tem sentido perguntar-se qual é a situação educacional da América Latina atualmente, e quais são as suas necessidades. Quando a sociedade moderna pergunta isso, com nós fazemos aqui, ela já apresentou uma medida que deve ser usada para inventariar as necessidades educacionais. Essa medida é educação para todos. Quando nós examinamos, portanto, a situação educacional atual da América Latina em termos de quantidade, fãcilmente chegaremos a responder o segundo ítem de nosso problema, isso é, quanto necessitamos de educação para a América Latina, simplesmente comparando os números encontrados, com o 100%, ideal que os padrões culturais nos apresentam como norma. Outro problema, muito mais complexo, é o que se refere à qualidade da educação. Queremos dividir êste nosso trabalho de modo que encararemos primeiro o problema simplesmente sob o ponto de vista da quantidade. Em segundo lugar, voltaremos a encará-lo sob o ponto de vista da qualidade.

A história nos mostra que a educação se vem tornando cada vez mais complexa, não só na quantidade de ensinamentos distribuídos, mas também no tempo necessário para que êsses ensinamentos sejam transmitidos. Essa complexidade aparece ao mesmo tempo na diversidade que a educação cada vez mais tende a oferecer. Se lembrarmos que na Idade Média todo um curso, dividido em "trivium" e "quadrivium", não durava mais do que sete anos, e, hoje em dia, somente o nosso curso primário leve mais de cinco anos, e, em alguns países, até oito ou nove anos, então vemos como a complexidade da educação vem aumentando à medida que aumenta também a complexidade da sociedade e o número dos conhecimentos passíveis de serem transmitidos aos alunos. A sociedade científica, no entanto, não exige que todos os alunos aprendam tudo que ela tem a oferecer. Além do mais, isso seria completamente impossível. Por isso os cursos vieram se dividindo, em sentido que poderemos chamar de horizontal, isso é, nos graus de aprendizagem, e em sentido que poderemos chamar de vertical, ou nas especialidades.

A sociedade científica estabelece como padrão de educação para todos, não um curso completo até o seu final com o coroamento da Universidade, mas considera como próprio para todos os seus membros, sobretudo o curso primário. Em países mais adiantados economicamente, nos países mais desenvolvidos, como os U.S.A. e a Europa Ocidental, já se fala numa secundarização da educação. O curso secundário seria aquêle que educaria o indivíduo mais propriamente para a civilização industrial citadina, sobretudo quando se considera que esta tende para a intensificação do lazer. Realmente, no curso secundário é que o indivíduo se habilita a aproveitar dos bens culturais com mais profundidade, formando um gôsto de fruição, sobretudo através da arte e da compreensão do mundo, através do envolvimento da inteligência com os problemas filosóficos. É o que se poderia considerar como a cultura de consumo, a cultura intelectual, isso é, o que chama cultura, no sentido comum do termo, no sentido não antropológico do mesmo. Contudo, como o mundo tem ainda grandes áreas em que a educação, inclusive a educação primária não está ainda bem desenvolvida, não alcança ainda nem sequer a

maior parte da população, como ainda há áreas em que o analfabetismo, isso é, a incapacidade de ler e escrever, domina, convencionou-se considerar como ideal para uma nação, um mínimo de seis anos de escolarização para todos os seus habitantes.

Em 1958 houve em Washington uma reunião patrocinada pela UNESCO e em cooperação com a Organização dos Estados Americanos, que estudou mais ou menos profundamente os problemas da educação e do planejamento educacional para toda aquela região. Como conclusão, foi publicado um documento em que se diz que a educação é um direito inalienável de todos, como está expresso na Declaração dos Direitos do Homem e na Declaração Americana dos Direitos do Homem, a primeira na Carta das Nações Unidas, e a segunda na Carta da Organização dos Estados Americanos. "A educação primária, pelo menos", diz o Documento, "deve ser universal, livre e obrigatória". As constituições dos Estados Americanos afirmam que este é um princípio básico de democracia, e encarregam o Estado com a responsabilidade de pô-lo em prática.

A magnitude dos problemas educacionais, porém, — pois que a América Latina possuía naquela época 45.000.000 de analfabetos, e 18.000.000 de crianças sem escola, — fez com que aquela comissão determinasse o ano de 1975 como o ano meta, até o qual todos os países da América Latina deverão conseguir substanciais melhoras na educação, de modo a preencher o nível mínimo requerido. Uma conferência mais recente, em Santiago do Chile, em 1962, publica um documento em que adverte que as taxas de 78% de matrículas, no curso primário, da população em idade escolar, que se verificavam na América Latina no ano de 1960, são artificiais, visto que somente 17% dos alunos que começam a escola primária, continuam até o fim do ciclo. Mas a América Latina não é um continente em que todos os países sejam iguais, com os mesmos problemas, como algumas vezes parece aos observadores que os vêm de longe. Por isso diversas conferências de educação têm adotado um critério, a meu ver muito prático e bastante objetivo, de dividir os países da América Latina em três grupos, segundo o seu atual adiantamento em matéria de escolarização, e, por-

tanto, segundo as suas necessidades de melhora. O primeiro grupo, daqueles países mais adiantados em educação, compreende o Uruguai, a Argentina, a Venezuela e o Chile. No segundo grupo temos a maioria dos países: Panamá, Costa Rica, Colômbia, México, Peru, Brasil, Paraguai, El Salvador, Bolívia, Nicarágua, Equador e República Dominicana. Finalmente, no terceiro grupo temos Honduras, Guatemala e Haiti. Cuba não foi incluída em nenhum dos grupos, porque a conferência que fez essa classificação havia sido patrocinada pela Organização dos Estados Americanos, de que Cuba não faz parte atualmente.

Em 1960 o primeiro grupo possuía nas escolas 88% dos alunos em idade de curso primário. O segundo grupo possuía 78% e o terceiro grupo não passava além de 43% da matrícula necessária. Como meta se propôs, para 1975, que o primeiro grupo alcançasse 100%, aliás, já desde 1965 em metas intermediárias, o segundo grupo também alcançasse 100%, conseguindo chegar a este número em 1970, e, finalmente, o terceiro grupo chegasse a 89% em 1975. Assim a América Latina como um todo chegaria a uma escolarização de 98% no curso primário. Para todos esses cálculos a base foi sempre uma escolarização de seis anos.

Nos diversos países da América Latina alguns problemas graves influem diretamente na capacidade de conseguir essas metas numéricas para a educação. O primeiro deles é a falta de professores bem formados, ou, em alguns casos, simplesmente a falta de professores que tenham diploma e sejam, portanto, aptos a prestar uma escolarização de nível razoável aos alunos. Outro problema, muito importante, talvez mesmo mais grave de que esse primeiro, que poderá, porém, ser resolvido com um pouco de tempo, um pouco de planejamento e um pouco de boa vontade dos governantes, é o problema sociológico da evasão escolar. Como se afirmou atrás, quase 80% de todos os alunos do curso primário deixam a escola logo depois de terminar o 1.º ano primário. De um modo geral, na América Latina, a média de escolarização primária não passa de dois anos, o que é baixíssima. Assim, o problema não se cifra somente em fazer escolas e levar as crianças a se matricular nelas, mas toma feição ainda de maior gravidade, em fazer com que

os alunos continuem na escola que êles haviam começado a cursar.

Êsse problema se apresenta, não sòmente no curso primário, mas também no curso secundário, e até mesmo no curso superior. Um trabalho levado a efeito por nós próprios sòbre o assunto no curso secundário, no Brasil, deu como resultado que algumas características psico-sociais diferenciam os alunos que continuam na escola até o fim do curso, e os que saem dela antes de terminá-lo. Êsse trabalho foi traduzido e editado em alemão pelo COSAL, sob o título "Sozial-schulische Variablen des Schulflucht in Sekundarschulbereich Brasilens".⁽²⁾

Entre essas características, talvez uma que se pudesse generalizar para o curso primário seria que os alunos que continuam na escola comumente pertencem à classe média. Ao mesmo tempo se vê que aquêles que continuam por mais tempo na escola secundária são os que não foram reprovados grande número de vêzes. Isso nos levaria a uma interpretação sociológica de que a escola não é funcional para algumas classes sociais. Daí a necessidade de que se apoie a escolarização primária, procurando criar também as condições sociológicas para que essa escolarização se torne eficiente e efetiva, fazendo com que estar na escola seja atrativo, não só para a criança, mas que também os pais achem a escola atrativa para o futuro de seus filhos. Alguns autôres já comentaram que as crianças da América Latina e do Mundo Subdesenvolvido de um modo geral, não vão para a escola porque necessitam ajudar aos pais a ganhar dinheiro. Isto é verdade em parte, mas em parte o problema também decorre da pouca valorização que os pais dão à escola. Na realidade, se um pai não vê nenhuma aplicação prática para os anos que êle sacrifica pela escolarização de seu filho, certamente êsse pai não fará muito esforço para que seu filho continue visitando a escola, sobretudo quando há uma possibilidade de o menino influenciar no ganho da família, aumentando o orgamento familiar, através de serviços como trabalhos rurais, biscate, engraxate, "office-boy" ou outros semelhantes. Juntar-se-ão ao pouco interêsse do pai, as vantagens materiais imediatas que êle terá não mandando o filho à escola.

Outro problema que afeta profundamente as possibilidades de um aluno terminar o curso primário é o fato de êle ter entrado na escola em idade muito avançada. Para estudar êsse problema, tivemos que criar uma medida especial, a Razão de Adequação Etária. Entendemos como "razão de adequação etária" a porcentagem da população escolar que apresenta idade adequada para a classe que está cursando. Consideramos idade adequada aquela que não excede de dois anos à idade mínima legal com que o aluno pode cursar a série em questão (11 anos para o 1.º ano ginásial é a idade legal básica, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 36).⁽³⁾

Para muitos alunos não houve ocasião de entrar na escola na idade adequada. Isso acontece, primeiro pela falta de escola suficientes para o atendimento da população em idade escolar. Mas também, em segundo lugar, pelo que Hitpass chamou de distância psicológica dos pais em relação com a escola.⁽⁴⁾

Os pais não conhecem a escola êles próprios. Muitas vêzes não freqüentaram a escola, não sabem o que ali se passa, não sabem como funciona, e, portanto, não se sentem obrigados nem motivados a mandar seus filhos para ali. Isso acontece, apesar de que, na maioria dos países, é obrigatoriedade legal o envio das crianças à escola, correspondida pela obrigatoriedade de que o Estado tem de fornecer escolas primárias para tôdas as crianças gratuitamente.

Mais um problema, lateral a êste, é a falta periódica dos alunos à escola. Nota-se, em algumas regiões da América Latina, que alunos faltam sistematicamente à aula em certos dias da semana, por exemplo, no dia em que se realiza a feira semanal. Outros faltam à aula em estações próprias para a colheita ou para o plantio, isso sobretudo na área rural, e, com muita especialidade, aonde há a monocultura. Essas faltas fazem com que o ritmo de aprendizagem seja mais lento de que seria possível conseguir, e também provocam um desengajamento do estudante com respeito à escola, e, portanto, abrem já um caminho para uma futura deserção escolar.⁽⁵⁾

Considerando a educação primária como o ensino básico, pode-se lembrar aqui também os problemas que existem a respeito do analfabetismo. É muito difícil conseguir uma estatística coerente sobre o número de analfabetos na América Latina, visto que cada país usa seus próprios critérios para levantar as estatísticas. Alguns países, como a Argentina, consideram analfabetos aqueles que não sabem ler nem escrever a partir dos 15 anos de idade. Outros países, como a Bolívia, consideram-no a partir dos 5 anos, apesar de que, de um modo geral, a idade a partir da qual uma pessoa é considerada analfabeta é a de 10 anos. O certo é que a América Latina tem uma grande porcentagem de analfabetos, para os quais os governos precisam providenciar a alfabetização. Em algumas regiões, como o México, o Peru, a Bolívia, onde a população indígena é muito numerosa, o analfabetismo é correlato com o problema do ensino da língua nacional a esses grupos.

Sob o ponto de vista sócio-econômico, não é o ensino mais frutífero aquele que se dá aos analfabetos, havendo uma correlação inversa entre as possibilidades futuras de aplicação do ensino recebido e a idade da pessoa que aprendeu. Uma pessoa que já tenha 50 anos de idade, só terá possibilidade de usufruir da alfabetização durante mais alguns poucos anos. Uma criança, porém, que faça o curso primário, poderá usufruir da sua alfabetização durante a vida inteira. Darcy Ribeiro, quando foi Ministro da Educação brasileira, propôs um sistema de barreiras contra o analfabetismo, que visava atacar o problema parceladamente, levando em conta os argumentos econômicos, de necessidade do rendimento da educação, ao mesmo tempo que não desprezava os fundamentos ideológicos da educação para todos. Primeiro que tudo, dever-se-ia fazer uma barreira aos 14 anos. Nenhuma criança que chegasse a essa idade deveria ser analfabeta. Depois se atacaria a segunda barreira, aos 18 anos. Só posteriormente se cuidaria da educação dos demais adultos.

Em casos particulares, como o de Cuba, a alfabetização foi levada para toda a população com interesses outros, além dos de fazer com que o povo fosse capaz de usar as técnicas de

ler e escrever. Segundo a interpretação de Steger, nessa campanha de alfabetização, além de se fazer o que propriamente seria ensinar as técnicas de ler e escrever, também se mudava a base social da revolução, que passava dos camponeses para as classes urbanas, e para os trabalhadores industriais.

Diferentemente do ensino primário, para o ensino secundário não é tão fácil achar normas fixas com as quais se possam medir as necessidades educacionais dos países estudados. Segundo estatísticas apresentadas na Conferência de Bogotá, em 1960 a porcentagem de alunos do ensino secundário na América Latina, sobre o total do grupo de idade correspondente, era de 15,7%. O primeiro grupo, isto é, Uruguai, Argentina, Venezuela e Chile, tinha 33% dos jovens em idade de ensino secundário, efetivamente cursando uma escola desse tipo. No segundo grupo, onde se encontra a maioria dos países da América Latina, havia 13%, e finalmente no terceiro grupo, havia somente 5%. A meta proposta naquela ocasião era que a América Latina como um todo atingisse em 1957 35% de jovens estudando o curso secundário. Esta meta, no entanto, é difícil de ser racionalizada, sendo, por assim dizer, para usar um termo caro aos programadores, inspiracional. Quais os critérios que se devem usar para se conseguir, por razões racionais, uma meta conveniente sobre o número de estudantes do curso secundário? Segundo Marshal Wolfe, alguns economistas sugerem que "em país onde cerca de 50% dos meninos entram na escola primária, deve-se oferecer educação posterior a cerca de 4%, e a dita porcentagem deve subir a 10, quando a educação primária for universal. Enquanto outras autoridades opinam que nas primeiras etapas de um sistema educativo a relação entre as escolas pós-primárias e as primárias, deve ser de 10 para 100, e a relação deve subir de 20 para 100 em uma etapa posterior."⁽⁶⁾

Segundo Roberto Moreira,⁽⁷⁾ que muito estudou o problema da programação educacional, o ideal é que na escola média haja uma porcentagem do grupo etário adequado a essa escola, equivalente à porcentagem da população ativa secundária e terciária, sobre a população ativa total. Como vemos, esse critério já engloba o problema da secundarização e ter-

ciarização das atividades econômicas do país. Debaixo desse critério há já uma flexibilidade maior para atender às necessidades da economia, à medida que essa se desenvolve e necessita de maior número de pessoas com educação mais especializada. Uma economia que se baseia no setor primário, mesmo quando esse setor é representado sobretudo pela indústria de extração, e não simplesmente pela agricultura, necessita menos cabeças-pensantes, como se poderia dizer, ou pessoas com educação mais especializada, a partir do curso secundário, do que uma economia que tem a sua parte mais importante nos setores secundário e terciário. O problema fundamental para o uso prático dessa fórmula, é que o setor terciário dos países subdesenvolvidos, é dividido em dois grupos completamente diferentes: Um, que corresponde ao setor terciário dos países desenvolvidos, isso é, em que estão os serviços, e um que se poderia chamar de falso setor terciário, em que se encontram pessoas que na realidade seriam mais propriamente chamadas de marginais econômicos, ou de sub-empregados, de que propriamente de pertencentes ao setor terciário. Exemplo desse falso setor terciário são os engraxates excedentes, pessoas que vivem na zona urbana prestando pequenos serviços, e outros semelhantes. Carlos Maciel⁽⁸⁾ sugere que seja usado como módulo para determinar a quantidade de educação secundária nos países subdesenvolvidos, um número que corresponda à percentagem de habitantes urbanos do país, corrigido, segundo a região, pela multiplicação pela percentagem regional de habitantes urbanos. Isso daria no final um número que iria subindo à medida que o país se fôsse urbanizando, considerando, portanto, como meta, cada vez um número geomêtricamente crescente da percentagem de habitantes. Ao mesmo tempo, a regionalização do critério tem como efeito que, às regiões mais urbanizadas, aonde se concentra uma demanda educacional mais forte, corresponderia também uma oferta maior de educação. Esse critério é muito interessante e flexível, porque leva em conta não somente as necessidades da industrialização, as necessidades da programação para o desenvolvimento, mas também a demanda educacional, isso é, aquilo que os economistas educacionais estão considerando, quando falam em educação como bem de consumo.

Os problemas do curso superior na América Latina, não somente de ordem quantitativa. É certo que as universidades latino-americanas não formam suficiente pessoal para as necessidades da região, mas esse não é o problema mais grave. Avulta como problema número um, o da qualidade do pessoal formado. Essa qualidade é um problema, primeiramente quanto às especialidades. Um país que se desenvolve, um país que adota as técnicas de produção modernas, necessita, naturalmente, uma grande quantidade de pessoal dedicado às ciências técnicas, como engenheiros, geólogos, agrônomos, etc. Na América Latina, como nos países que tiveram uma formação histórica sob o sistema patriarcal, ou que foram colonizados, há uma tendência muito grande para considerar a educação superior como um distintivo de classe social, com a finalidade de ser um bem de consumo unicamente, e não um instrumento para ser usado na vida econômica. Assim os estudantes preferem concentrar-se em carreiras como literatura, direito, línguas e belas artes, em vez de procurarem as carreiras mais ligadas com a técnica. A percentagem dos estudantes, de nível superior na América Latina é de 3,2% dos habitantes entre 20 e 24 anos de idade. Mas a variação de país a país é muito grande. Por exemplo: no Haiti essa taxa é de 1,3% e no Brasil de 1,6% sendo essas as mais baixas, enquanto que na Argentina e no Uruguai é de 10%, sendo mais alta de que a dos países europeus. Para o Uruguai é conveniente notar que a possibilidade de permanecer muitos anos na universidade sem obrigação de terminar o curso dentro de um determinado tempo, como acontece em outros países, faz com que a alta taxa de estudantes universitários não corresponda a uma igualmente alta taxa de conclusões de cursos, dando, assim, uma idéia um pouco falsa da realidade. No entanto, insistimos que o grande problema do ensino superior na América Latina é a qualidade, não somente no que se refere às especialidades, mas também na qualidade do ensino ministrado. Na maioria das vezes a Universidade latino-americana ainda conserva o costume, introduzido desde a escola primária, de fazer aprender as coisas de memória, de aprender o que os autores ou o que os professores ensinam, e não de aprender a fazer ciência ou usar autonomamente a técnica como se requer de um estudo superior

Isso faz com que a qualidade dos profissionais seja inferior à necessária para a continuação do processo de desenvolvimento econômico.

O sistema universitário também, em si próprio, sobretudo com a institucionalização da cátedra vitalícia que existe em alguns países, faz com que os professores que já alcançaram boa posição na escola do corpo docente, não estejam fortemente interessados a continuar suas pesquisas, a continuar a fazer a ciência progredir.

Se considerarmos os problemas educacionais da América Latina sob um ponto de vista da programação global, veremos que eles não são tão fáceis de resolver, porque não dependem somente de boa vontade. Com efeito, os gastos com a educação em cada país, não podem ultrapassar determinada porcentagem dos gastos com os demais setores. Muitos técnicos de planejamento afirmam que o máximo que um país pode empregar em educação seja de 5 ou 6% do produto nacional bruto. Ora, um país subdesenvolvido tem uma renda percapita muito menor que um país desenvolvido. Isso significa que os 5 ou 6% do produto nacional bruto são, em números inteiros, uma quantidade muito menor de que a aplicada por um país desenvolvido na educação. Esse é um dos argumentos mais fortes para que se planeje a educação na América Latina. Cada vez que se tem pouco dinheiro para aplicar em alguma coisa, cresce a necessidade do planejamento, para fazer com que esse dinheiro produza a maior quantidade possível do efeito desejado. As conferências de planejamento têm feito um grande bem à América Latina, porque fomentaram uma mentalidade de planejamento. Países como a Colômbia, e alguns Estados do Brasil já têm uma experiência de planejamento.

Outro problema de ordem qualitativa do ensino na América Latina é que o ensino de um modo geral tem tradições que não correspondem à sociedade desenvolvida, à sociedade industrial, mas sim à sociedade tradicional, à sociedade subdesenvolvida. Isso faz com que os valores que são transmitidos pela escola, muitas vezes, em vez de facilitar o desenvolvimento, são um freio a ele.

Agora, para falar rapidamente da ajuda educacional à América Latina, nós temos um quadro já delineado, a respeito dos problemas, do qual podemos tirar os pontos mais importantes de ajuda. O primeiro ponto é o financiamento da educação na América Latina. Nós vimos que a quantidade de escolas, em todos os níveis, não corresponde às necessidades. Assim, é urgente um plano de construção de escolas, que alguns países já levam a efeito, mas com o qual sempre têm dificuldades financeiras. Depois, a formação de professores, sobretudo renovando a qualidade do ensino, é muito importante. Na formação de professores há dois problemas que devem ser vistos com carinho e que podem servir como campo muito fértil de ajuda exterior à educação. Primeiro é que a América Latina necessita professores com a mentalidade da civilização industrial e que possam ser guias na mudança e na industrialização. O segundo é que a América Latina necessita de professores em campos nos quais ali não se criou uma tradição suficiente: Por exemplo, a alta técnica, e também a pesquisa. Sobretudo os professores de nível universitário, têm muito poucas tradições de pesquisa. Muitos deles fazem do ensino superior, ou um diletantismo, ou uma fonte de prestígio para ser usado em suas atividades de outra ordem. Isso advém muitas vezes de que no início do ensino universitário na América Latina não havia a profissionalização do professor universitário, que ensinava por uma espécie de busca de prestígio social, ou para fazer favor aos que necessitavam de sua ajuda. Hoje em dia na América Latina o professor de tempo integral ainda é uma exceção mais ou menos rara, exceto em algumas universidades, que se apresentam como casos especiais.

As bibliotecas também faltam, em particular para os campos de alta especialização. A Europa e os Estados Unidos deverão muito ajudar a América Latina na educação, não só primária, com o financiamento, não só secundário com financiamento e formação de professores, mas sobretudo no ensino superior, com financiamento, formação de professores e com uma ajuda especializada na qualidade do ensino, na formação de bibliotecas e laboratórios, e, em geral, na renovação da Universidade Latino-Americana. A ajuda educacional dada através da

formação de estudantes no estrangeiro em nível universitário, às vezes tem sido de trágicos resultados. É que o mercado de trabalho nêsse alto nível ainda não está ali suficientemente desenvolvido, para pagar o que um pesquisador considera o mínimo necessário para viver. Isso faz com que as melhores inteligências, depois de algum tempo mudem-se daquêles países, sobretudo para os Estados Unidos, e também para a Europa. Êsse problema, que também acontece com as inteligências europeias, é ainda mais grave na América Latina, porque ali não há a possibilidade funcional de formar talentos com a rapidez suficiente para compensar essa fuga, como acontece na Europa. A América Latina não tem um sistema de ensino que possa produzir cientistas suficientes para cobrir a demanda exterior, e ao mesmo tempo ficar em número tal que possa atender as suas necessidades internas. É uma possibilidade para a Europa e Estados Unidos, que, quando dêem ajuda educacional à América Latina, sobretudo com a formação de pessoal em alto nível, e muito particularmente no campo das ciências exatas, cujo material de pesquisa é muito caro, ajudem também a êsse pessoal a desenvolver realmente suas possibilidades práticas de serem cientistas em país subdesenvolvido. Só assim a ajuda será realmente efetiva, e não um motivo para o êxodo dos cientistas.

Êsses pontos que vimos aqui sôbre o estado da educação na América Latina, sôbre as necessidades educacionais, e sôbre as possibilidades de ajuda à educação, não são mais de que uma vista sôbre o estado atual da questão, com a finalidade de abrir discussão sôbre o mesmo. Não pretendemos trazer nenhuma grande novidade, mas tão sômente expor alguns pontos em que temos trabalhado, ou sôbre que temos conhecimento de trabalhos importantes que foram levados a efeito. Da discussão que se seguirá, esperamos que seja frutífera, ou, pelo menos, que seja um lançamento de sementes, como deve ser um verdadeiro seminário. Obrigado.

NOTAS

(1) Dicionário de Sociologia, Editôra Globo, verbete "Educação", Pôrto Alegre, 1961.

(2) Arbeitsunterlagen zur Lateinamerikaforschung, n.º 1, Dortmund, 1966.

- (3) Ver: Carlos Frederico Maciel e Tarcízio Rêgo Quirino: "Balizas para uma Programação do Ensino Médio no Recife" — Recife, 1963, págs. 39 a 42 e também: Tarcízio Rêgo Quirino: "Sozial-Schulische Variablen der Schulflucht in Sekundarschulbereich Brasiliens", Dortmund, 1966, págs. 16 a 20.
- (4) Josef Hitpass: "Einstellungen der Industriearbeiterschaft zur Höherer Bildung" Ratingen, 1965.
- (5) Ver: Nancy Velásquez de Rojas: "Relaciones socio-económicas en el problema del abandono escolar en Cumaná" in "Ciencias Sociales" — junho de 1964, ano 1 n.º 2 — Oriente, Venezuela, pags. 168-182.
- (6) Marschal Wolfe: "El planeamiento de la educación en relación con el desarrollo económico y social" documento apresentado à Conferência de Santiago, 1962. Citado em "Balizas", cit. pág. 52.
- (7) Roberto Moreira: "População economicamente ativa e necessidades educacionais" in "Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, n.º 2, 1960. Citado em "Balizas", cit. pág. 53.
- (8) "Balizas", cit. págs. 54-59.

AS ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS(*)

(Um sistema de preservação
da paz mundial)

PALHARES MOREIRA REIS

— I —

No presente estudo pretendemos abordar a problemática do desenvolvimento do processo associativo internacional, enfatizando a análise do sistema de normas jurídicas internacionais e do conjunto de órgãos apto a realizá-lo.

Em nosso entender, a pesquisa sôbre problemas relativos à organização internacional é sempre uma contribuição à luta pela concórdia entre os povos, ou seja, à luta pela Paz.

É bem verdade que a luta pela Paz, hoje em dia, felizmente é entendida de nôvo modo, e com uma ótica positiva. A luta pela Paz, considerada como pedra angular de tôdas as relações internacionais, deseja que o conceito de Paz não seja, simplesmente, a ausência de guerra.

Paz, hoje significa ordem e desenvolvimento. No âmbito internacional, sômente se poderá conseguí-la através de um entendimento entre os Estados, de modo a fazer melhor equacionamento do dogma da Soberania, não no sentido de uma dependência a outro Estado, porém de uma subordinação a

(*) Conferência pronunciada no "Centro de Estudos Latino Americanos do Recife", mantido pela Sociedade Pernambucana de Ciências Políticas e Sociais, no dia 23 de outubro de 1967, dando início à "Semana das Nações Unidas", promovida em colaboração com o Instituto de Ciências Políticas e Sociais, entidade complementar da Universidade Federal de Pernambuco.

uma entidade capaz de, efetivamente, ditar e realizar um super-ordenamento com validade internacional.

Nêste sentido foi o pronunciamento do Papa Paulo VI, quando, na sua recente encíclica sôbre o desenvolvimento dos povos, se dirigiu a todos os homens de bôa vontade para anotar que "as excessivas disparidades econômicas, sociais e culturais provocam, entre os povos, tensões e discórdias que põem em perigo a Paz", dizendo poucas linhas abaixo, que "a Paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das fôrças. Constrói-se, dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens"⁽¹⁾

É preciso notar que esta Paz, de entendimento e de desenvolvimento, se verificaria numa ordem internacional capaz de fazer uma justiça mais perfeita, destruindo as gritantes desigualdades entre as Nações.

Mas, as Nações, hoje em dia, são organizadas, normalmente, em Estados soberanos, que terão de se concertar para a realização de uma obra comum nêste campo. Para isso, precisariam êstes Estados trabalhar em acôrdo, dentro de uma ordem prèviamente estabelecida, ordem esta que, sòmente seria possível na existência de uma associação internacional com tantos meios quantos possíveis que permitissem a êsse órgão dizer os padrões gerais dessa ordem, e torná-los efetivos.

Ou seja, que a Comunidade internacional se organizasse numa Associação Internacional de âmbito universal, capaz de abranger tôdas as demais Sociedades políticas menores — inclusive os Estados — e realizasse, de modo cabal e efetivo, o Direito Internacional, de maneira que estas regras tivessem a indispensável eficácia.

Assim, então, se poderia dizer como Boris Mirkine-Guetzèvitch que "o direito interno é a técnica da liberdade e o direito internacional é a técnica da Paz".⁽²⁾

Encadeados com a luta pela Paz, como disse o Santo Padre, estão os padrões da luta pelo desenvolvimento dos povos.

Do mesmo modo está, como uma outra face do mesmo prisma, a luta pela obtenção de uma ordem internacional válida e de uma associação com meios capazes de torná-la efetiva.

A luta é uma só, é uma luta de todos nós. Se não conseguirmos a ordem internacional válida, nem uma associação que a torne eficaz, dificilmente se conseguirá evitar as tensões que, como todos sabemos, vêm dificultando o desenvolvimento. Sem o progresso dos povos, sem a igualdade efetiva, política, social e econômica, não se terá na terra a Paz que foi prometida aos homens de bôa vontade.

Esta luta é uma só, e não apenas dos nossos dias. Vêm de lento preparo, desde os primórdios da civilização, as suas fases. Todavia, com os entendimentos novos que vêm ocorrendo entre os povos e os seus Governos, numa escala internacional, a existência dessa ordem internacional, que reputamos substancial para a efetivação do desenvolvimento e, em outras palavras, da Paz, agora se nos aparece possível e mais próxima. Basta comparar os milênios antecedentes à ONU e os 25 anos que nos separam da reunião de São Francisco, para ver o quanto de progresso existe no processo associativo internacional.

É o que pretendemos fazer nas linhas seguintes.

— II —

Quando se faz qualquer referência à distinção entre comunidades e sociedades, de pronto nos chega à memória o aporte científico dos grandes sociólogos que estudaram as estruturas sociais organizadas. Assim é que os nomes de Ferdinand Toennies e de Max Weber, diferenciando a *Gemeinschaft* da *Gesellschaft*, vêm receber ainda a contribuição de Robert Morrison Mac Iver que, usando o têrmo genérico Sociedade, procurava evidenciar a existência de comunidades e de associações.

De qualquer sorte, entre a comunidade e a sociedade (ou associação, como prefere o professor de Columbia), o traço dis-

tintivo entre uma e outra é o processo de vinculação dos membros do grupo entre si.

Nas comunidades, existe o elemento instintivo de gregariedade, a que Toennies chamou de vontade humana essencial, para distinguir da vontade humana baseada no arbítrio, que para o americano seria o interesse de reunião de esforços para a realização, em comum, de uma determinada tarefa, com a possibilidade de uma obtenção dos fins colimados de um modo mais fácil e mais efetivo.

Nuns e noutros grupos, os caracteres são homólogos: existirá sempre um grupo humano trabalhando em comum, e uma base territorial, onde este grupo está fixado. Reconhecida é a existência de um objetivo comum a todos os membros do grupo, que se pretende alcançar mediante o trabalho em comum. Para a realização desta tarefa, entretanto, é preciso que exista um espírito de equipe em todos os membros do grupo e, com este espírito de equipe surgem, necessariamente, as regras de conduta para a concretização do objetivo e um Poder dirigente, capaz de aplicar estas mesmas regras, através de um conjunto de sanções, dirigido aos membros do grupo por um processo de coercibilidade.

Tudo, conseqüentemente, se resume, na existência de um Poder, como força de impulsão da Sociedade, para a concretização de seu objetivo. Por isso é que o grande filósofo inglês Bertrand Russel considera que “o conceito fundamental na ciência social é o Poder, no mesmo sentido em que a Energia é conceito fundamental na Física” (3).

Isto porque, tôdas as vezes que os indivíduos se agrupam em sociedade, se verifica um fenômeno de interpenetração de consciências individuais, daí se destacando as idéias fundamentais que servem de base à organização do grupo social. Para a existência de uma estrutura social organizada, e mais especialmente, da associação, estes princípios começam a se fixar num corpo de leis sociais, num estatuto, ao mesmo tempo que surge o Poder de governo. É o momento em que aparece o estado de consciência coletivo, a que se refere Burdeau.

Assim, entende-se que surgem, simultaneamente, o Poder, como força de impulsão da sociedade, e a regra de conduta, como princípio norteador da atividade social, de tal modo inerente ao processo social que Georges Scelle disse: “O Poder, qualquer que seja a sua contextura, é indispensável à sanção de regra de Direito, conseqüentemente, à sua eficácia. Mas, o Poder, êle também, deve ser *aceito*, e não poderá ser durável se não satisfizer à ética”. (4)

Nêste mesmo sentido, define Burdeau o Poder: “O Poder é uma força ao serviço de um idéia. É uma força nascida da vontade social, destinada a conduzir o grupo na busca do Bem Comum, e capaz, no caso de insucesso, de impor aos membros dêsse mesmo grupo, a atitude por ela determinada”. (5)

Deste modo, o Poder está presente em tôdas as sociedades, sejam de tipo comunitário ou de tipo societário. Históricamente, nas comunidades primitivas existiu a forma do Poder anônimo, que estava difuso na massa dos indivíduos, emanando de um sistema de mitos e de crenças, de tal sorte que se impunha diretamente aos membros do grupo, sem que a intervenção pessoal do chefe se fizesse necessária.

Depois, com a evolução, passando pela fase do Poder individualizado, chegou-se ao processo de institucionalização do Poder, quando no grupo são criados órgãos com a missão específica de elaborar a regra de conduta e aplicá-la.

Nas sociedades organizadas, em que o Poder se apresenta institucionalizado, devemos analisar, de modo imediato, a existência de uma fonte profunda ou material de tôda ordem jurídica, que seria a conjunção da ética e do Poder, no dizer de Scelle, ou a existência de dois elementos — o material (força) e o psicológico (idéia de ordem) — de uma só figura, como quer Burdeau.

Por isso é que o secretário geral da Academia de Direito Internacional assim se exprime: “A ordem jurídica é o conjunto de normas ou regras de Direito em vigor numa sociedade dada, num dado momento. Mas, esta ordem jurídica não é senão a expressão parcial do “potencial jurídico” da sociedade.

Este potencial corresponde à necessidade social atual ou futura. É o fundo comum ou fonte material do Direito, de onde nascerão, no momento preciso, as regras e as instituições". (6)

A isto se pode chamar também de Poder Constituinte da Sociedade, cuja finalidade nada mais é do que estabelecer o estatuto do grupo, no sentido de conjunto de regras de conduta dentro da mesma idéia de Direito, as sanções para a sua possível violação, e os órgãos para a execução de tais normas, dentro do sistema de institucionalização do Poder, de modo que as atribuições de mando sejam do órgão institucionalizado, da instituição, do qual o titular seja um mero agente de exercício.

Além de criar o mecanismo social, o Poder necessariamente se propõe a atingir os objetivos estabelecidos. Mas, é preciso notar que, na realidade, o progresso social exige que estes objetivos sejam continuamente revistos, assim como, em consequência, seja igualmente revisto o sistema de regras que leva à sua realização. O progresso material, o aperfeiçoamento dos processos técnicos exigem uma modificação no Poder. E, mais do que isso, deve ser considerada a alteração das crenças gerais relativas às regras suscetíveis de dirigir ou de proteger uma certa ordem social. Por isso que Gaetano Mosca disse que a cada sistema jurídico corresponde, historicamente, um tipo de Poder.

A concretização dêsse Poder inclui, necessariamente, a do ajustamento progressivo da regra de conduta do grupo, de tal sorte que Burdeau chegou a dizer: "Numa palavra, o Poder é o direito do futuro". (7)

Assim considerando, estava dentro do melhor espírito de análise do Poder, por entendê-lo como instrumento de realização do Direito para a concretização da Ordem, de modo a se atingir o Bem Comum, como objetivo final. Pois, como disse Georges Scelle, "todo Direito tem como fundamento a necessidade social, primeiro, a utilidade social, em seguida, porque não se trata somente de viver, mas de progredir". (8)

É, pois, com esse sentido que o Estado, a associação política global, detem o monopólio da coerção, podendo ditar a regra de Direito, aplicá-la e, sempre que necessário, modificá-la para que o sistema normativo se torne adquadro à realidade

social e ao progresso dos indivíduos que a esta Ordem estão submetidos.

— III —

Vejamos, agora, se tais noções se aplicam no âmbito internacional, ou em outras palavras, se existe uma sociedade internacional capaz de ser decomposta em comunidades e associações cada uma destas formas internacionais com os mesmos elementos, correspondentes por homologia, aos fenômenos internos de cada Estado.

Sem dúvida que existe uma Sociedade Internacional de cunho global, ecumênico, dentro da qual coexistem tôdas as comunidades e associações de caráter internacional.

A Sociedade Internacional de cunho ecumênico é composta de indivíduos e de grupos de indivíduos, todos êles ligados pelo mesmos desejos e pelas mesmas necessidades, não só de uma ordem pública e de paz social, como também de satisfação dos desejos de cunho material e cultural. Ao lado dos indivíduos, que hoje são considerados como diretamente protegidos pelo Direito Internacional (não se pode dizer que sejam sujeitos do Direito Internacional, mas também não se pode considerá-los apenas objeto dêste mesmo ramo da árvore jurídica), temos de considerar como integrantes da Sociedade Internacional tôdas as pessoas de Direito Internacional, no sentido clássico da expressão, devidamente adequado à realidade contemporânea.

Evidentemente, as pessoas de Direito Internacional na concepção clássica, seriam apenas os Estados. Mas, não se pode deixar de considerar como presentes, nessa Sociedade Internacional, as Igrejas, as Comissões Internacionais, por exemplo, como tôdas as demais comunidades e associações internacionais que estão distribuídas pela superfície do globo.

Tôdas estas pessoas internacionais estão subordinadas a determinadas regras de conduta, para a efetivação de um determinado fim. Estas regras de conduta, a cortezia internacional, a moral internacional e o costume internacional, se ba-

seiam num mesmo princípio, têm uma fonte comum. O desejo de todos, de obter a paz internacional, através de uma ordem que se funde no respeito mútuo. Para a existência de um respeito mútuo, é preciso que haja, previamente, o respeito a si próprio e, talvez nêsse sentido é que Kelsen, como Anzilotti, seguindo de perto a consciência jurídica comum a todos os povos, que deu o *jus gentium* da antiguidade, fundamenta o Direito Internacional numa norma: *pacta sunt servanda*.

Êste princípio serve de embasamento a tôda ordem jurídica internacional, que se apresentava, até bem pouco tempo, da mesma maneira que, na ordem interna, o Poder social difuso, se realizando sem a intervenção de um chefe ou de um órgão. As regras de conduta social preexistiam no sistema de mitos e de crenças, que, na ordem internacional, se pode entender como representado pelos usos e costumes, e pelo princípio da *bona fide*, base que são do sistema positivo de Direito Internacional.

Por isso, existe uma positivação jurídico-internacional de tais princípios e costumes, quando o art. 38 do Estatuto da Côte Internacional de Justiça exige que as controvérsias sejam resolvidas aplicando-se (a) as convenções, (b) o costume internacional, (c) *os princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações civilizadas* e (d) as decisões jurídicas e a doutrina dos renomados publicistas, como podemos de logo anotar, num parênteses.

Dentro da Sociedade Internacional sem dúvida que existem comunidades e associações. É preciso relembrar que, em muitos casos, as comunidades mais cedo ou mais tarde se transformam em associações, quando, além do grupo que, naturalmente, dela participa, a inclusão de outros membros faz com que o processo societário se torne de caráter associativo. Ou então, se dá um cunho mais disciplinado e institucionalizado à comunidade, através de um sistema de normas criador de um processo de Poder mais próximo do tipo associativo, mormente nos casos de organizações políticas.

Assim é que vamos encontrar, no âmbito internacional, a reunião de pessoas internacionais para a efetivação de um espe-

cífico objetivo de cunho cultural, através de um processo instintivo de agrupamento. Entenda-se, no caso, a expressão cultural no seu sentido mais amplo, como um somatório de fatores históricos, geográficos, lingüísticos, religiosos e raciais, e de logo se verá que queremos nos referir ao processo de organização do continente americano e das nações árabes.

O processo associativo internacional tem seu desenvolvimento pela criação de um sistema geral de direito, capaz de ser aplicado a todos os povos. Ou melhor, como se dizia até o início dêste século, aplicável o Direito a todos os Estados, pois até então sòmente se reconhecia aos Estados a personalidade internacional.

O Direito Internacional, na fase de direito *in fieri*, ou como disse Kelsen, direito *in statu nascendi*, passa a substituir o simples conjunto de normas de conduta difusa, quando não havia processo de imposição da norma pela coação, uma vez que se verificava a ausência total de órgãos de comando social.

As normas, nesta segunda fase, começavam a ser aceitas, mas não existiam órgãos centrais de processo de criação e de efetivação do Direito. Não se tinha conhecimento de um órgão legislativo hábil para criar a norma, que surgia de acordos diretos e bilaterais, na sua maioria. Tampouco, existia um tribunal com jurisdição obrigatória, e se não podia ser exercida a instância do comum acôrdo, a solução cabível era a que correspondia à antiga época das vinditas, quando se fazia justiça pelas próprias mãos.

Sòmente que a guerra, então, era uma auto-tutela de direitos, uma simples reação contra a injustiça dos adversários, a *bellum justum*, jamais uma sanção internacional.

Do mesmo modo, com a ausência de um órgão executivo central, um Estado podia solicitar auxílio de um outro, celebrando tratados de aliança, como quer Verdross, mas tem o cuidado de anotar que, nêste caso, se cria uma associação de Estados.

Êste Direito Internacional, além da evolução da própria

sociedade internacional que tem por obrigação torná-lo efetivo, sofreu uma enorme transformação através dos tempos. Não queremos nos referir à lei natural do progresso da Ordem Jurídica, mas anotar as suas modificações como decorrência da inclusão de novos grupos parciais no processo da elaboração do sistema normativo da Sociedade Internacional.

Assim é que o processo de criação do Direito Internacional Moderno, que vem da época da paz de Westfália, dos trabalhos de Vitória, Binkershoek e, sobretudo, do gênio conciliador de Grotius, sofreu a ampliação de modo a deixar aquela primeira fase, de Direito dos Estados europeus cristãos, e da Sé Apostólica. O Direito extra-europeu começou a existir com o surgimento de Estados independentes na América, a admissão da Turquia no "concôrto europeu" em 1856 e a entrada na cena mundial, na segunda metade do século XIX, das grandes potências asiáticas. (9)

Outra grande transformação do Direito Internacional, entretanto, devemos anotar em decorrência do primeiro após-guerra, quando surgiam, paralelamente, em 1919, a Sociedade das Nações e a inclusão de normas sociais e econômicas no documento constitutivo dos Estados, como a Constituição de Weimar, em pioneiro exemplo.

Hoje em dia, o Direito Internacional tende a refletir, além dêsse comportamento nitidamente político-jurídico, os substratos econômicos e sociais dos povos que dominam o Poder dos Estados participantes da ordem internacional. Por isso é que Igor Blishcenko, professor da Escola Superior de Diplomacia de Moscou, anota: "A particularidade característica da elaboração e do desenvolvimento das normas e princípios do direito internacional da época de transição do capitalismo para o socialismo, é a participação, neste processo, dos trabalhadores, detentores do poder nos Estados socialistas, da burguesia nacional, detentora do poder numa série de estados surgidos como resultado do movimento de libertação nacional e da burguesia imperialista, detentora do Poder nos estados imperialistas".(10)

E mesmo naquilo que de perto se refere ao homem, a participação de grupos não cristãos e não ocidentalizados, não orga-

nizados dentro do sistema familiar de base européia, no processo internacional, através de Estados recentemente descolonizados, tem trazido uma nova ótica e uma nova exigência para a reformulação dos princípios basilares do Direito Internacional, demandando uma nova adequação dos postulados que, por sua origem ocidental-cristã, não são adequados, por exemplo, a proteger as relações individuais, na forma de superordenamento, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, dos que ainda estão no sistema tribal, nos Estados africanos.

— IV —

O número de associações internacionais é enorme. Como no sistema societário de indivíduos que, como se sabe, pode haver um tipo de associação para a realização de cada atividade humana, no âmbito internacional o mesmo interesse associativo existe e se verifica.

O motivo, quase sempre, é o mesmo, a divisão do trabalho, que dá origem a associações culturais, econômicas, bem como de caráter administrativo internacional. No primeiro caso, poderemos referir a Associação Internacional de Ciência Política, servindo de exemplo no segundo a Associação Internacional de Aviação Civil, a IATA, que fixa, inclusive, os acôrdos tarifários, vindo a Organização Internacional do Trabalho como paradigma de uma associação do tipo administrativo.

Ao lado destas existem as de cunho político, visando à efetivação de uma Ordem Social, válida para todos os membros do grupo internacional. Neste ponto devemos distinguir o seguinte: é que ainda não existe uma associação internacional de cunho universal. Existem as associações supranacionais regionais em sentido estrito, ou do tipo bloco, como querem Kaplan e Katzenbach (11) e as que êstes mesmos autores chamam de "organizações supranacionais do tipo universal", mas às quais preferimos dar a denominação, como Louis Delbez, de associações parciais com vocação à universalidade. (12)

Além dos elementos de vinculação de determinados grupos regionais, como os já mencionados do grupo americano e do grupo árabe, muitos outros são determinantes das tentativas de passagem de um estado comunitário para o associativo em escala internacional. Poderemos destacar o processo associativo com fundamento no instinto da auto-preservação, trazendo exemplo das alianças militares, como a OTAN, o Pacto de Bagdá, a Organização do Sudoeste Asiático (SEATO). Do mesmo modo, os de cunho econômico, como a Comunidade Econômica Européia, que é mais conhecida como o Mercado Comum Europeu, junto à qual funciona o EURATOM, e ainda a Comunidade Européia do Carvão e do Aço.

O que nos interessa, entretanto, é anotar a existência de associações internacionais tendentes à universalidade, que tivemos em duas tentativas. A primeira delas, a da Sociedade das Nações, em 1919, e depois a da Organização das Nações Unidas, que veio logo após à II Guerra Mundial, ainda hoje existente.

Em tôdas as duas tentativas de passagem de estágio comunitário para o de uma Associação Internacional tendente à universalidade, ou seja, capaz de criar e executar o Direito Internacional para tôda a sociedade internacional, tivemos elementos comuns que poderemos destacar. Todavia, uma diferença substancial existe, que determinou a falência da Sociedade das Nações, e que ainda hoje tem permitido a existência da Organização das Nações Unidas.

No caso do Pacto de SDN havia a possibilidade de participação dos membros originários lado a lado com membros aderentes ao documento constitutivo, mas foram estabelecidos órgãos de controle sem possibilidade, entretanto, de um efetivo exercício da coercibilidade. A falência da Sociedade das Nações decorreu, exatamente, da sua fraquesa na manutenção da ordem internacional.

Já na Carta da ONU, como a anterior decorrente de um governo de fato antecedente ao grupo juridicamente organizado, e que tomou as medidas preliminares em Yalta, Potsdam, Londres e, mais tarde, em Dumbarton Oaks, existe de modo

claro que esta se reserva a possibilidade de estender suas determinações aos seus membros originários e aos membros aderentes. Todavia, declara ainda que o fará até mesmo aos Estados não membros, desde que isto seja necessário para a defesa da ordem por ela criada, e que pretende manter para os seus participantes.

Nêste sentido, o item 6 do artigo 2.º, que diz: “A Organização fará com que os Estados que não são membros das Nações Unidas ajam de acôrdo com êstes princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais”, recebe especial convalidação prática, quando admite que um Estado não membro suscite a atenção do seu Conselho de Segurança, ou mesmo da Assembléia Geral, para qualquer controvérsia em que seja parte, desde que, evidentemente, declare de logo aceitar a obrigação de solução pacífica a esta controvérsia, tal como previsto na Carta, na forma do art. 35, item 2.

Do mesmo modo, pelo art. 50, tanto os Estados Membros, quanto os Não Membros que se sintam em presença de problemas especiais de natureza econômica resultante de medidas preventivas ou coercitivas tomadas pela ONU contra um Estado, podem discutir o assunto no Conselho de Segurança.

E ainda, pela possibilidade de um Estado Não Membro da ONU poder tornar-se parte no Estatuto da Côrte Internacional de Justiça (art. 93,2), na forma e condições determinadas em cada caso pela Assembléia Geral.

Tudo isso sem falar no processo de admissão, aberto, como diz o art. 4.º, “a todos os Estados amantes da paz”.

— V —

Chegamos, agora, ao tema central: Existem, na atual situação do Direito Internacional, um sistema de normas válido para tôda a sociedade e um conjunto de órgãos capazes de realizar a sua adaptação à realidade social e tornar efetiva a sua aplicação?

Sem dúvida que as três funções básicas da organização política, elaborar a regra, aplicá-la e dirimir as contendas, estas sempre existiram através dos tempos.

A primeira, de criação do Direito, ou no dizer de Scelle, "mais exatamente, de formulação do Direito", se realiza pelo ato legislativo e regulamentar, e bem assim pelo costume, pela jurisprudência, pela convenção e pelo contrato. Na função jurisdicional, têm-se a verificação de um contróle da juridicidade dos atos, mórmente quando êstes vêm de ser contestados na sua legalidade, tornando-se litigiosa a relação, cabendo a quem exerce tal função dizer da legalidade ou da não conformidade à norma, ao ato impugnado, encerrando em definitivo o litígio. Finalmente, a função executiva, que tem como objeto sancionar materialmente a regra jurídica e o ato jurisdicional, com o uso da fôrça, se necessário, de modo a efetivar a concordância da materialidade das situações sociais com sua legalidade.

A existência de órgãos internacionais capazes de assegurar o pleno exercício dessas funções é que é contestada, sobretudo quando não se pode fazer apêlo a órgão jurisdicional ou executivo, uma vez que o Direito Internacional pode ser, além de legislado, igualmente convencional valendo apenas para as partes contratantes.

"A descrença num sistema jurídico em que faltem juizes e poder de polícia tem, frequente e errôneamente, sido expressa como uma teoria de direito internacional que o considera um sistema "voluntário" baseado no "consentimento" de Estados "soberanos". Não é preciso grande argúcia em direito e política para perceber o paralelo entre esta teoria e a teoria do consentimento dos govêrnos nacionais. Qualquer que seja a razão moral da teoria do consentimento (razão que representa uma repulsa à coação) os Estados "consentem" os preceitos internacionais da mesma maneira que os indivíduos "consentem" as leis existentes. Reconhecem a necessidade geral de um sistema ordenador, consideram vantajoso ou no mínimo tolerável o corpo de legislação existente e aceitam o resto porque a isto estão obrigados pela falta de capacidade para mu-

dar êste estado de coisas. Quanto menos tolerável uma legislação, tanto maior a pressão para modificá-la por qualquer meio possível".

Kaplan e Katzenbach, depois desta comparação do fenômeno internacional com o de âmbito interno do consentimento do Poder, consentimento êste que o legitima porque faz com que o grupo o aceite como apto a realizar o fim social a que se propõe, esclarecem que as instituições jurídicas da comunidade internacional não são suficientes para os casos atuais. Não distinguem nitidamente entre o consentimento indireto dos indivíduos e o consentimento efetivo que o Estado tem de dar à regra e à ordem internacional porque nesta última existe um choque de soberanias. A seguir, completam:

"Entretanto, tais como são, existem e contribuem para a ordem internacional. Continuarão assim até que alguma combinação política venha criar novas instituições mais de acôrdo com a ordem e, pelo menos esperamos, com uma decente consideração pelos valôres humanos."

E concluindo a apreciação no domínio do fato: "Êste processo criativo está atualmente ocorrendo não só em escala universal (o complexo das Nações Unidas) como talvez com mais êxito em várias organizações regionais e especializadas tais como a OTAN e as comunidades européias". (13)

Quais seriam, então, as funções da sociedade internacional organizada? VERDROSS faz um esquema esclarecedor, quando enumera os seguintes pontos: (a) promulgação de normas gerais; (b) solução de controvérsias; (c) administração internacional; (d) o sistema de sanções.⁽¹⁴⁾

Não faremos uma análise profunda dêstes quatro pontos, especialmente pelo fato de que, cada um dêstes temas, daria material para um trabalho mais amplo e mais profundo do que o realizado presentemente. Do mesmo modo, nem ao menos abordaremos o problema do Poder Constituinte Internacional, igualmente merecedor de monografia elucidativa, tema que foi anotado em tangente páginas atrás.

Entretanto, conviria dedicar algumas linhas a cada um

dêsses pontos, a fim de mostrar que, presentemente, se pode constatar a existência de órgãos legislativos, jurisdicionais e executivos internacionais, decorrentes de lenta cristalização, porém em efetivo exercício.

Para Scelle, o exemplo típico da norma jurídica internacional seria o tratado-lei, criador de normas delimitadoras das atividades e criador de regras de conduta para as mútuas relações entre os Estados que o celebram. E, vai mais longe, quando esclarece que, quando se diz Estados signatários, na realidade se deveria estar falando em govêrnos, pois que Estado, no caso, tem uma significação irreal e convencional. Um tratado-lei reúne, portanto, a opinião concorde de um certo número de governos ou grupos de governantes de coletividades estatais interessadas. ⁽¹⁵⁾

Todavia, o mestre ainda não reconhecia a existência de um órgão legislativo internacional, mas apenas, se bem que funcionando efetivamente, um órgão legislativo interestatal ainda invertebrado: "Ele é formado pelo conjunto de governos que, em cada uma das sociedades estatais componentes, recebeu competência internacional para elaborar, em colaboração, a regra do Direito Internacional". ⁽¹⁶⁾

Hoje, poderemos entretanto considerar o fenômeno de outro modo, eis que devemos levar em conta que a obra de Scelle é de 1947. Mas, o processo por êle descrito é válido, uma vez que, mesmo nas associações internacionais, os Estados membros são presentes através de representantes dos seus governos e, em conjunto, celebram pactos internacionais.

O fenômeno se apresenta ampliado, hoje em dia, porque já vemos o aparecimento de situações que mostram estarmos caminhando para uma elaboração legislativa internacional em sentido pleno. Assim é que, mesmo sem haver ainda um órgão legislativo central de caráter geral, e que as normas, na sua maioria, ou decorrem dos tratados (bilaterais ou plurilaterais) ou do costume, existe a competência da Assembléia Geral da ONU de elaborar projetos de tratado e submetê-los à ratificação, como no caso dos privilégios da ONU (art. 105, 3, da Carta). O mesmo pode ocorrer com a Organiza-

ção Internacional do Trabalho, que pode elaborar acordos sobre matéria de sua competência pela maioria de 2/3 e apresentar à ratificação o projeto aprovado. É verdade que a sua vigência depende da ratificação, mas o seu conteúdo e a sua origem, sem dúvida alguma, estão no órgão internacional.

Idêntica situação está presente em outros organismos especializados da ONU. A Organização da Aviação Civil Internacional pode aprovar regulamentos sobre questões técnicas, que entram de logo em vigor, a não ser que a maioria dos Estados comuniquem a sua desaprovação. E a Organização Mundial de Saúde, pode, ademais, estabelecer regulamentos que obrigam todos os Estados membros, salvo aqueles que, em prazo prefixado (art. 22 do seu documento constitutivo), tenham recusado o acôrdo.

No campo da solução das controvérsias, poderemos considerar, inicialmente, o problema de mediação e do arbitramento. Nêste caso, nem a Assembléia Geral nem o Conselho de Segurança, têm poder de decisão, pois são apenas órgãos mediadores. E, mais ainda, quando os litigantes são membros de um mesmo organismo regional, a êste é oferecida a possibilidade de estudar previamente o problema. O Conselho de Segurança, entretanto, pode recomendar um determinado procedimento, quando, na sua opinião, o caso não ponha em perigo a paz internacional.

Entretanto, o grande passo está na criação da Côrte Internacional de Justiça, que pode admitir, como já se disse, ser suscitada até por um Estado não membro da ONU. A sua jurisdição é obrigatória para todos os Estados que a ela submetam os seus litígios em comum acôrdo. Existe, contudo, também a hipótese de um Estado declarar unilateralmente que reconhece a jurisdição da Côrte em tôdas as controvérsias de ordem jurídica, com referência a qualquer outro Estado que assumira idêntica obrigação. Esta obrigação, chamada de cláusula facultativa, porque não necessariamente solicitada aos Estados Membros, pode ser formulada com reserva ou incondicionalmente, por prazo determinado ou até ilimitadamente.

No que tange ao procedimento executivo temos de sepa-

rar dois aspectos fundamentais: o da administração internacional e o das sanções internacionais.

Direito Internacional administrativo é o conjunto de normas jurídicas de caráter internacional reguladoras da administração da comunidade internacional, seja parcial, seja com tendência à universalidade, não devendo ser confundido com Direito Administrativo internacional, que se refere a preceitos internos, de projeção internacional, como o regulamento de passaportes, por exemplo.

Pode ser esta administração jurídico-internacional direta ou indireta, segundo Verdross: "São raros, entretanto, os casos de administração internacional direta. Em regra geral, os órgãos administrativos internacionais não têm senão a missão de dirigir e fiscalizar as administrações estatais, ou mais simplesmente ainda, coordenar e fomentar a sua atividade". (17)

Vamos encontrar a administração direta nas áreas relativas a territórios em regime de tutela internacional, sem falar, evidentemente, nos funcionários da própria ONU e dos seus organismos especializados, que têm estatuto diplomático próprio.

No campo da administração indireta, pode ser anotada a enorme série de uniões administrativas, das quais as mais importantes são a União Postal Universal e a União Internacional de Pesos e Medidas. Do mesmo modo, os Organismos Especializados, dos quais podemos destacar os já mencionados — Organização Internacional do Trabalho, Organização da Aviação Civil Internacional e a Organização Mundial de Saúde, e outros, como a UNESCO, no campo da cultura, a FAO no campo da alimentação, o Fundo Monetário Internacional, no campo das finanças. Algumas das antigas Uniões Administrativas, como a UPU e a União Telegráfica Internacional se transformaram depois em organismos especializados.

No que se refere aos Direitos do Homem, a proteção dos indivíduos é um novo prisma do Direito Internacional, tendendo a impedir a escravidão e o trabalho forçado, respeitar o direito das minorias, e os direitos humanos em geral, se bem que a Declaração aprovada pela ONU tenha efeito moral e

não coercitivo. Já no âmbito europeu, convém ressaltar, o indivíduo pode postular diretamente, uma vez que o tratado admite o direito de petição e estabelece uma comissão para a verificação dos atentados que lhe são submetidos.

Finalmente, chegamos ao problema das sanções. No Pacto da SDN se subordinava a efetivação das sanções a uma aquiescência dos Estados, individualmente considerados. Mas, na Carta da ONU, como se mostrou, o Conselho de Segurança pode, por si só, decidir sobre a aplicação das sanções internacionais contra a violação da ordem.

Os princípios adotados pela Carta, neste particular, são os seguintes: os Estados devem se abster de recorrer à ameaça ou ao emprêgo da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer outro Estado; o Conselho de Segurança pode estabelecer as medidas de coerção que julgar necessárias à manutenção e ao restabelecimento da paz internacional. Estas medidas de coerção podem ser de caráter econômico ou militar, em cunho preventivo ou repressivo; o Conselho, ainda, pode determinar, no caso específico de um conflito, quem é o agressor, e conseqüentemente, quem está causando ameaça à paz. Como na Carta não se define a agressão, o problema é por demais controvertido.

O Conselho de Segurança dispõe de um aparelhamento militar permanente, com tropa terrestre, marítima e aérea dos Estados membros, assistido de um Comité de Estado Maior, capaz de assegurar uma medida imediata neste particular.

Em todo caso, a Carta mantém, para a hipótese de uma agressão armada, o direito natural de legítima defesa individual ou coletiva. Esta defesa coletiva, de certo modo contraria a idéia de manutenção da ordem internacional pelo sistema, porque permite a um Estado tomar medidas para garantir um outro, que vem de ser agredido, na opinião de Paulo Reuter (18). E, finalmente, admite acôrdos regionais, capazes de auxiliar no sistema de manutenção da paz internacional.

Os casos mais evidentes dêste sistema de sanções, no âmbito da ação da ONU são o da Coréia, o da Hungria, o do

Egito e o do Congo. Todos por demais vivos na memória para que tenhamos de tecer considerações a respeito.

Para terminar, um toque de raspão num assunto que, não vinculado diretamente ao sistema de sanções, tem muita importância na obra das Nações Unidas: o desarmamento e seu conseqüente contrôlo. É bem verdade que ainda nada de concreto existe, porém ao menos o assunto já está sendo considerado. E, como no Direito Internacional muita coisa foi resolvida com lenta cristalização, temos fundadas esperanças que mais êste problema seja devidamente equacionado, com a velocidade das ações e do desenvolvimento dos tempos que correm.

— VI —

Com a criação de um organismo internacional que, lenta porém progressivamente, está podendo editar regras de Direito, aplicá-las e mais ainda, preservar a paz mundial e proteger os indivíduos na medida das suas possibilidades, é com satisfação que, olhando para trás, vemos não ter sido inútil o trabalho das gerações.

Tenhamos fé no porvir. Uma associação internacional universal ainda é, sem dúvida, uma utopia, nos tempos que correm. Porém, no início da década dos 30, somente os visionários e as histórias em quadrinhos falavam em associações desse tipo, como em viagens interplanetárias e em foguetes. Hoje, tudo isso é parte do noticiário.

Não há, entretanto, o mesmo diapasão no progresso da técnica e no das relações internacionais. Isto porque ainda não existe a necessária sinceridade, nem o indispensável espírito de justiça, no âmbito internacional, lembrados pelo saudoso Papa João XXIII, na sua encíclica *Pacem in Terris*, como fundamentais para as boas relações entre os Estados, juntamente com as normas da solidariedade operante e da liberdade. (19)

É bem verdade que as lições do Papa são de ordem moral, distantes do sistema jurídico internacional que até agora tentamos analisar. Todavia, se os postulados por êle invoca-

dos fôssem devidamente considerados, servissem de base ao entendimento entre os Povos, através de seus Governos, estaríamos caminhando para um sistema em que poderia preservar a Paz na Terra, pelo reconhecimento dos mútuos direitos e com o cumprimento dos deveres recíprocos.

NOTAS

- (1) — PAULO VI, Papa, "Carta Encíclica *Populorum Progressio*", in Documento Pontifícios, Petrópolis, "Vozes", 1967, 3a. ed., p. 39.
- (2) — "Droit Constitutionnel International, p. 8.
- (3) — Bertrand RUSSEL, "O Poder, uma nova análise social", S. Paulo, 1957, p. 4.
- (4) — Georges SCALLE, "Manuel de Droit International Public", Paris, 1948, p. 8.
- (5) — Georges BURDEAU, "Traité de Science Politique" tomo I, Paris, 1949, p. 216.
- (6) — Georges SCALLE, "Manuel", cit. p. 9.
- (7) — Georges BURDEAU, "Traité", cit. I, p. 221.
- (8) — Georges SCALLE, "Précis de Droit des Gens", Paris, 1932, vol. I. p. 5.
- (9) — Alfred VERDROSS, "Derecho Internacional Publico", Madrid, 1957, p. 44.
- (10) — Igor BLISHCENKO, "Natureza do Direito Internacional do nosso tempo e a luta dos dois sistemas", in Política Externa Independente, vol. I, n.º 3, Rio, janeiro, 1966, p. 126.
- (11) — M. KAPLAN e KATZENBACH, "Fundamentos Políticos do Direito Internacional", Zahar, S. Paulo, 1964, p. 333.
- (12) — Louis DELBEZ, "Manuel de Droit International", Paris, 1951, p. 89.
- (13) — KAPLAN e KATZENBACH, "Fundamentos", cit. p. 22.
- (14) — Alfred VERDROSS, "Derecho Internacional Publico", cit. p. 423 e sgs.
- (15) — Georges SCALLE, op. cit., p. 600.
- (16) — Georges SCALLE, op. cit., p. 601.
- (17) — Alfred VERDROSS, op. cit., p. 431.
- (18) — Paul REUTER, "Droit International Public", Paris, 1958, p. 420.
- (19) — JOÃO XXIII, Papa, "Carta Encíclica sobre a Paz de todos os povos, na base da Verdade, Justiça, Caridade e Liberdade", S. Paulo, 1963, passim.

CANCIONEIRO

MARCUS ACCIOLY

CANCIONEIRO

Edição do Departamento de Extensão Cultural
da Universidade Federal de Pernambuco

Recife — 1968

Capa de Wilton de Souza

Printed in Brazil — Impresso no Brasil

Recife — 1968

Aos oitenta e cinco anos de Nestor Accioly

A obrigação do artista é não mentir: essa é a sua participação. Há incompatibilidade psicológica entre o escritor e o político. São duas ordens de atividades inteiramente diferentes... No entanto, desde o momento em que se usa a palavra, se cria uma responsabilidade. Assim é preciso que sejam verdadeiros.

João Cabral de Melo Neto

*Eu preparo uma canção
que faça acordar os homens
e adormecer as crianças.*

Carlos Drummond de Andrade

1. *A Caatinga*

— Tudo aqui é muito simples,
Não tão simples, mas igual.
Uma história é como as outras:
Vida e morte, tal e qual.

— Só que a vida que renasce
É mais nada cada vez,
Menos hora cada dia,
Menos dia cada mês.

— Menos tempo cada tempo
Porque nasce já contida
Pelo tempo e se repete
Menos vida cada vida.

— Menos tudo, que aprazada
Tem o prazo resumido
Que se cumpre antes do tempo,
Sem o prazo ser vencido.



— Para quem chega de fora
A Caatinga é litoral,
Terra limpa, tôda praia,
Sem o mar canavial.

— Onde o búzio do deserto
Esquecido pelo tempo,
Não entoa nenhum canto
Pois engole o próprio vento.

— E, de canga e corda, sôlto
Nos confins da terra magra,
O silêncio às vêzes pasta
Sôbre as pedras, como cabra.

— Quando há morte, um urubu
Sobrevoa a anti-paisgem
Da Caatinga semi-morta,
Campo e chão de aterrissagem.



— Para quem vive de dentro
A Caatinga é pedernal
Adomando o próprio homem
Como bicho, em seu quintal.

— Que é com bichos que êle aprende
A lição que não se ensina:
De existir no mesmo espaço
Repartindo a mesma sina;

— De sentir a mesma fome
Que ao inverso ou por capricho,
Torna o bicho mais humano,
Faz o homem ser mais bicho;

— E servir, enquanto vivo,
Para usar a terra usada;
Quando morto, de enchimento,
Para encher o vão do nada.



— Quando é noite na Caatinga
Dorme a modo desigual
O seu corpo em carne-viva,
Seu cabelo vegetal.

— Acordando em muitas noites
Sua gente se habitua
A notar, pela janela,
Que há um sol dentro da lua.

— Não um sol, como o da sêca,
Que desola e carboniza;
Nem um sol quando desperta,
Mas um sol quando agoniza.

— Pois o seu sol verdadeiro
Crava lâminas no chão;
Sol-metal, de muitas velas,
Ôlho mau de Lampião.

2. O Roçado

— Havia nêste roçado
Pedra, raiz e saúva,
Capim sêco e um sol maduro,
Ausência plena de chuva

Tudo era morto e deserto,
A fome comia a fome,
O rio só tinha areia,
A água não tinha nome.

A vida era dura e triste
Como a morte é triste e dura.
O chão sômente se abria
Servindo de sepultura.

Nas fôlhas das embaúbas
(Como o suor do trabalho)
A gente encontrava às vêzes
Redondos pingos de orvalho.



Foi quando eu pensei comigo:
Ainda sou forte e moço;
— Terra, eu possuo uma enxada
Capaz de roer teu osso!

E caí de unhas e dentes
Previendo dias felizes,
Cavando o corpo das pedras
E destocando as raízes.

Transformei a minha enxada
Em foice, trator, arado,
No fim de quinze semanas
Findei de pronto o roçado.



Foi luta de vida e morte,
Igual a luta da guerra.
O homem que a terra come
Estava comendo a terra.

Foi luta de vida e morte,
Do homem contra o Sertão,
Da morte dentro da terra,
Da vida dentro do grão.

Foi luta de vida e morte,
Da qual saí vencedor:
Do ventre inchado da terra
Nasceu a primeira flor.



Eu tinha visto esta terra
No mais completo abandono,
Morada pelo silêncio
Que era seu cão e seu dono.

Terra pobre, devastada
Pelo sol de cada dia,
De onde os bichos desertavam
Da caatinga que morria.

Terra magra, sêca e morta,
Sem sinal de plantação,
Onde os ventos penetravam
Na bôca da solidão.

Terra inútil como tôdas
Ao seu lado e em seu redor;
E apesar de igual às outras
Era ainda bem menor.

Terra que, de tempo em tempo,
Se encontrava em suas grêtas
Um cardeiro estraçalhado
Nos facões das pedras prêtas.



Como eu não tinha família,
Construí uma palhoça
Com vara, embira e palmeira,
Nas margens da minha roça.

Foi quando veio a visita
Que eu nunca pensei que houvesse
Por esta terra onde tudo,
Que tem de ser, acontece.



— Tem gente em casa? — Ô de fora?
— De quem é êsse roçado?
Parece excelente pasto
De engorda, para o meu gado.

— Gravei aquelas palavras
Bem dentro dos meus ouvidos
Enquanto os ecos voavam
Como pássaros fugidos.

Saí até sem camisa
Suspendendo a refeição,
E vi um homem de branco
Montado num alasão.

Seus olhos azuis-escuros
Entraram no meu olhar
Como a bala entra no corpo,
Sem contudo atravessar.



- De quem é êsse roçado
Plantado na terra alheia?
— É meu, Seu Doutor, e a terra
É menos terra que areia.
- E quem lhe deu essa ordem
De cultivar terra minha?
— Ninguém, Seu Doutor, e a roça
Talvez nem chegue à farinha.

São quatro pés de mandioca
Que há muito aqui não nascia.
As sementes só são duas:
Jerimum a melancia.

Cavei quase com meus dedos
Esta terra que só dava
Parasitas sôbre as pedras,
E entre as pedras planta brava.



O homem nada me disse,
Esporou o seu cavalo,
Enquanto a manhã nascia
Do bico agudo do galo.



À tarde chegou um *cabra*
No meu roçado e falou:
— Eis o dinheiro ajustado
Que o meu patrão lhe mandou.

— Jogou no chão o dinheiro,
E entrou pela mesma estrada
Que tinha um jeito de cobra
Entre as colinas, deitada.

O resto saber é fácil
Sem precisar eu dizer:
O homem comprou a roça
Que eu não queria vender.

E como havia comprado
Quase de graça, contudo,
O meu trabalho perdido,
Julgou-se dono de tudo.

Até que veio de nôvo
Ao lado do cabra armado,
Soltar seu gado faminto
No pasto do meu roçado.

Em menos de meia-hora
Estava tudo acabado;
Sòmente o rastro dos cascos
Ficou nos seixos marcado.



Comprei com aquêlo dinheiro
Que o homem quis me comprar,
Uma faca e uma espingarda
Dessas grossas, de caçar.

Cavei duas covas rasas
No lugar do meu roçado
E esperei, dia após dia,
O patrão e o empregado.

Um dia quando a manhã
Surgia feita de nada,
Notei um som de cavalos
Sôbre o silêncio da estrada.



— Ainda não foi embora?
— Me perguntou o patrão;
Enquanto o *cabra* fechado
Ergueu o rifle na mão.

Foi luta de vida e morte,
Do peito contra o estampido.
O homem que come os homens
Estava sendo comido.

O resto é fácil saber,
Está demais explicado:
Plantei as duas sementes
Nas covas do meu roçado.

3. *A Vila*

a César Leal

A—As casas pobres se apertam
Sôbre a paisagem tranquila.
A taipa, o sapé e o barro.
Erguem os ombros da vila.

Em cada casa só há
Lugar para uma janela
Que o tempo sempre enverniza
Da mesma côr amarela.

Se alguém avista de longe
As suas casas pegadas,
Parece que avista um feixe
De pedras equilibradas.

Vista de baixo ou de cima
Parece montanha ou serra
Que às vêzes nasce do chão,
Às vêzes no chão se enterra.

A vila sobe, se inclina,
Torna a subir e se arreja,
Como se fôsse uma onda
De açúcar-bruto ou de areia.

Há muito que a vila é vila,
E apenas pode crescer
Como um cemitério cresce,
Sem nunca deixar de ser.

Os moradores da vila
Parecem todos iguais,
E para as casas pequenas
São, mesmo poucos, demais.

Trabalham nos seus limites
Nos ramos mais variados,
Do jeito que a vila ocupam
São pela vila ocupados.



V—As casas pobres se apertam
Sôbre a paisagem tranquila.
Há sempre cabras pastando
Nos arredores da vila.

Há sempre algum espreitando
A velha estrada que vem
Trazer as mesmas pessoas
Sem nunca trazer ninguém.

Há sempre alguém espreitando
Os ares secos e nus,
Cortados de más notícias,
Varados por urubus.

Há sempre alguém espreitando
As nuvens feitas de brim,
E o pano do céu que veste
A vila no seu confim.

Há sempre alguém espreitando
O vento, bom cavaleiro
Que monta em si mesmo e corre,
Servindo de mensageiro.

Há sempre alguém espreitando
Que a vila cresça ou desabe,
Ou em cidade se torne
Ou para sempre se acabe.

☆

I— Na estrada de areia e seixos
Não sei por que, mas ficaram
Os rastros das alpercatas
Que os retirantes calçaram.

Faz muito que a vila é vila.
Dos homens que ali chegaram,
Metade dêles se foram,
Metade dêles ficaram.

Se foram por um caminho
Que não se pode voltar:
Morreram, nasceram outros,
Sem mesmo nada mudar.

Os ossos dos que morreram
Mantêm seu corpo sustento
Tal qual se fôsse formado
De cal, tijolo e cimento.

Se alguém divisa na noite
A vila envolta em mistério,
Confunde as suas paredes
Com os muros de um cemitério.

☆

L— A vila às vêzes se enfeita
Qual uma môça bonita,
De bandeirolas vermelhas
E laços azuis de fita.

Isso acontece sòmente
Em cada ano uma vez,
E embora o mês seja certo
Varia o dia do mês.

Varia o dia sòmente
Por só haver feriado
Da sexta para o domingo,
Ficando um dia impressado.

É o tempo de romaria,
E como igreja não há,
O povo convida um padre
A muitas léguas de lá.

Mata carneiros e bodes,
E para os meninos manda
Que tragam de muito longe
O som festivo da banda.

Vem gente de todo lado
Na ânsia de ver de nôvo
O povo que habita a vila
E a vila que habita o povo.

É o tempo das mil promessas,
Dos santos, dos amuletos.
Os velhos dentro das opas
Escondem seus esqueletos.

As môças seguem cantando
Nos passos da procissão,
Levando velas acesas
Como lanternas na mão.

E a vila vê novamente
Aquilo que sempre vê
Um dia dentro do ano
Sem nunca saber por quê.



A—As casas pobres se apertam
Sôbre a paisagem tranquila
Que abre os ouvidos das coisas
E escuta o canto da vila.

4. *A Cidade*

A—Quem sobe a longa ladeira
De pedras e massapê,
Antes de ver a cidade
Vê que a cidade lhe vê.

Depois, sem ver o seu corpo,
Vê seu cabelo ou o chapéu
Da tôrre alta da igreja,
Que aguenta o pêso do céu.

Sôbre a montanha ondulada
Abrindo seus braços nus,
As ruas sempre se espalham
Como uma estrêla sem luz.

Estrêla que, como as águas
De um rio espêso ou canal,
Deixa a cidade e penetra
De vez, no canavial.

Qual uma draga mordendo
Lama, lôdo, areia, dor,
A cidade tem seus dentes
Movidos por um motor.

E como se fôsse um polvo
Maior que os polvos normais,
À medida em que se estende
Sempre cresce um pouco mais.

Êsse recuo dos engenhos
Para a cidade avançar,
Dá a impressão passageira
Que a praia devora o mar.

Mas enquanto a praia avança,
O mar nela se enrodilha
Como uma cobra, tornando
A cidade em simples ilha.

Cercada dentro do verde
Que a entrelaça qual cipós,
A cidade é como um campo
Entre cêrcas de avelós.



L—Embaixo um silêncio pausa
Sôbre o capuz da estação,
Até que o trem do Recife
O leve em cada vagão,

Como caixotes de frutas
Vindos do Agreste ou Sertão,
De trem, por ser mais barato
Que o frete de caminhão.

A cidade nunca viu
Êsse trem que em horas certas
Faz ouvir o seu apito
Quando há janelas abertas.

Tampouco êsse trem conhece
Nada acima da ladeira,
Além dos homens cansados
Que descem, no fim da feira,

Trazendo o pouco dinheiro
De um apurado comum:
O prêço da mesma fome
Da vida de cada um.



I—Pousada sôbre a montanha
Onde a visão se aniquila,
No coração da cidade
Há qualquer coisa de vila.

A mão de um lento progresso
Marcando passo marchou;
Porém nem todo o passado
Como acontece, passou.

Não sei que vagas lembranças
Desalembradas, mofinas,
Enquanto as outras morreram
Permaneceram meninas.

Na consciência dos velhos
Sòmente o tempo se foi,
Puxado pelo futuro
Como por fôrça de boi.

Só que se foi tão ligeiro
Que não correu mas voou,
Principalmente o não-tempo
Que foi perdido e passou.



A—A cidade é sempre a mesma,
Acomodada, pacata,
Que eu chamaria de Agreste
Não fôsse Zona da Mata.

De “Mata” tem tão-sòmente
A côr do canavial
Com seus engenhos que cabem
Dentro da usina local.

Usina que tem o mesmo
Nome próprio da cidade,
E dela não se separa
Por ser a sua metade.

Como se fôsem as faces
De uma moeda, ou ainda:
Fôsse a cidade o Recife
E a usina fôsse Olinda.



N—A cidade, como um rio,
Ao chegar na sua foz,
Tem um cemitério onde
Dorme o tempo e os meus avós.

Não só êles como os outros
Que antes dêles ou depois
Se apagaram para sempre,
Um por um, como êles dois.

Hoje todos são os mesmos
Sem sinal de distinção,
Nem ninguém mais que o silêncio
Que os vigia feito um cão.

Mas não é sòmente a morte
Que mistura a mesma cal;
A cidade, além do tempo,
Faz a vida e a morte igual.



Ç—Como tôdas as cidades
Dos arredores e até
As cidades que a limitam:
Timbaúba e Nazaré.

Aliança tem há muito
Vida própria, independente,
Sua cara embora muda
Pouco muda a sua gente.

O seu padre é o mesmo padre
Que há dez anos traz a sina
De levar luto dos outros
Na côr negra da batina.

Suas lojas têm ainda
Nos balcões, sempre às ocultas,
Os mesmos panos de chita
Para as mocinhas matutas;

E algodãozinho, cambraia,
Linho, brim, madapolão,
Para vestir os meninos
Nos dias de procissão;

Além das roupas de mescla
Ou cáqui, que às vêzes veste
O povo quase sem roupa
Da paisagem do Nordeste.

Nordeste que tem no mapa
A côr azul, imprevista,
Que salta nos nossos olhos
Até perder-se de vista.

Mas dentro do mapa inteiro
Parece um trecho afogado
Debaixo das alpercatas
Do povo nordestinado;

Ou atolado no mangue
Da terra, que seca ou medra,
Como se fôsse o Nordeste
Quase mangue e sempre pedra.

Mais velha que as outras coisas
É a solidão da cadeia,
Que desgasta a vida e o vento
Como a água gasta a areia.

É indispensável falar
Do seu grupo e seu mercado
Que, ou pararam no tempo
Ou o tempo ficou parado.

A cidade às vezes tenta
Mas sem sucesso nenhum,
Falar a todos os homens
De um desespêro comum.

Desespêro de cidade
Em querer participar
Da vida que existe dentro
Do povo e não do lugar.

Vida que, mesmo difícil,
De tudo que Deus nos dá,
É tudo que se procura
Dentro de tudo que há.



A—Nêsse cresce cresce lento
Mês a mês, ano após ano,
Dois engenhos se consomem:
Mata Limpa e Laureano.

Por má sorte êles ficaram
Entre a cidade e a usina
Que os come pelos dois lados
Com a mesma fome canina.

Fome assim, dizem os velhos,
Só houve em Setenta e sete,
Pois o povo não comia
Naquêl tempo, gillette.

Essa conversa de usina
Comer engenho é vulgar,
Porém é nova essa estória
De praia comer o mar.

Não penso só nos engenhos
Que já não são de ninguém,
Penso nos homens famintos
Que são comidos também.

E como dizer Nordeste
É o mesmo que dizer fome,
Quem quiser comer a terra
Saiba que a terra nos come.

5. *A C ê r c a*

Entre as estacas fincadas
Na terra virgem de arado,
O vento às vezes se fere
No rude arame-farpado.

Em vez do espêso avelós
Que forma verde liame,
A cêrca separa o campo
Com dedos feitos de arame.

Nos seus gomos enrolados
Sempre pousam passarinhos
Cortados pelos limites
Dos dois terrenos vizinhos.

As imbiribas ressecas
Permanecem verticais,
Seguindo a linha ondulante
Das divisões desiguais.

No áspero rosto do solo
De amarelado verniz,
A cêrca sulca estirada
Como longa cicatriz.

As suas ramas não nascem
São no seu corpo pregadas.
Raiz nenhuma sustenta
As suas hastas plantadas.

Na paisagem dos contrastes
E de silêncios iguais,
O cardo com seus espinhos,
A cêrca com seus punhais.

6. *A S o c a*

O mar do canavial
Depois de cortado, aborta
O mar da soca, outro mar,
Vazante, de maré morta.

Mar raso, de ondas escassas,
Que apenas consegue herdar
Das praias do mar antigo,
Os alicerces de mar.

Mas ao contrário da pedra
Sôbre a pedra edificada,
A soca nasce de dentro
Da própria planta, abortada.

De construção diferente
A soca se auto-constroi,
Equilibrando tijolos
Feitos de gomos e nós.

Porém de tijolos ôcos,
Com barro mole no centro,
Que, como casa de taipa,
Se arruina tôda, por dentro.

Pois é por dentro vazia
Como uma sala deserta,
E sempre tem vazamentos
Na palha, quando coberta.

Só que não é tão vazia
Como o vazio bambu,
Que ao revestir-se por fora
Faz-se, por dentro, mais nu.

Nem tão vazia, tão ôca,
Como o caniço, a taboca,
Que sempre são mais vazios
Do que os vazios da soca.

Nem mesmo quando os pendões
Passam do teto da casa,
Como as antenas de rádios
Ou espumas da maré rasa.

7. *O V e n t o*

O vento desta planície
Teve os membros decepados
Nos gumes de uma estrovenga,
Que corta pelos dois lados.

Porisso é que êle se arrasta
Como uma grossa serpente,
Engolindo e mastigando
Os cabelos dessa gente.

No verão se faz macio
Como um fruto sem caroço,
E vertical como as águas
Que crescem dentro de um poço.

Qual uma alva bandeira
Feita de buchas ou rôlhas,
Sua borracha se rasga
Nas facas verdes das fôlhas.

Entre as brechas dos rochedos
Êle desce como um fuso,
Cantando canções tão ásperas
Como sopradas num búzio.

Enquanto os ecos partidos
Que voam na retaguarda,
Se espalham, se fragmentam,
Como um tiro de espingarda.

8. *A Fonte*

A fonte límpida canta
O canto das águas puras,
Nascidas na manhã clara
Do parto das rochas duras.

O salto das águas vivas
Faz imóveis movimentos.
Na bôca fresca da fonte
Bebem os lábios dos ventos.

Segue no corpo das águas
A liquidez transformada
No ventre das rochas feitas
De branca areia lavada.

A voz que a fonte derrama
Tão leve sai da garganta
Que quando bate na pedra
Parece que a pedra canta.

A fôrça que impede o eco
Das águas em seu redor,
Fere os ouvidos das rochas
Onde o silêncio é maior.

O próprio silêncio às vêzes
Vindo de muito distante,
Bebe, cansado e sedento,
O canto limpo da fonte.

9. *O Rio*

A noite pesa nas águas
Do rio que sempre leva
Um pouco de luz no dorso
Da sua carne de treva.

No espelho de metal-chumbo
O rosto branco da lua
(Enquanto os raios se afogam)
Qual um cadáver flutua.

Não há sequer uma ruga
Na superfície do rio
Que entra tão calmo no pôrto
Como se fôsse um navio.

Vindo de longas andanças
Feriu-se em pedras punhais,
Até sentir-se apertado
Dentro dos ombros do cais.

Contudo, trouxe em seus olhos
Já cegos no litoral,
O verde mar que há nas palhas
Do vasto canavial.

Contudo, trouxe em seus lábios
Já gastos de caminhar,
O gosto doce das canas
Inverso ao gosto do mar.

Porisso um caldo de espumas
Ao céu se atira sombrio,
Quando a moenda do mar
Esmaga as águas do rio.

10. *O Navio*

Dentro da Zona da Mata
Há muito do litoral.

— A Usina é sempre um navio
Parado no mar de fôlhas
Do verde canavial.

— Navio que não navega
Por ser demais navegado;
Em cujos porões transporta
(Em vez dos negros de Angola)
Açúcar branco ensacado.

— Navio que permanece
Imóvel, no mesmo rumo,
Soltando continuamente
Da bôca do seu bueiro
Pequenas nuvens de fumo.

— Navio que não se encontra
Com outras embarcações,
E apenas vê no horizonte
Os panos limpos das velas
Que são os alvos pendões.

— Navio que já tomou
Lugar de muitas jangadas
Que dormem, sem tripulantes,
Nos cemitérios marinhos,
Sob o seu casco, afogadas.

— Navio que só naufraga
Se o próprio mar naufragar;
Pois tanto tem de navio
Quanto as canas têm de verde
Como o verde tem de mar.

— Navio que não tem pôrto
Mas vive sempre ancorado
Em pleno mar, onde os peixes
São homens, velhos meninos,
Mulheres, plantas e gado.

— Navio que não parece
Mais nada senão navio.
Do mesmo jeito que o mar
(Embora sendo de fôlhas)
É mar sem nada de rio.

— Navio que só de perto
Se faz parecer Usina,
Tombado nos arrecifes
Do mar de canas e ventos
Desta praia nordestina.

11. *A Praia*

A praia é feita
De esponja e cal,
Sargaço e concha,
Marisco e sal.

Seu corpo branco
De mar lavado,
Parece o corpo
De um afogado.

Um corpo simples
De luz-metal,
Que deu um dia
No litoral.

Um corpo virgem
De môça nua,
Batido e limpo
De sol e lua.

Um corpo fresco
De areia e bruma,
Trazendo à bôca
Saliva e espuma.

Um corpo imóvel
Na sua linha,
Com seus cabelos
De alga marinha.

Um corpo longo
Que o mar afaga
Com a língua verde
Do azul da vaga.

Um corpo morno
Que o vento esfria
Com o sôpro sêco
Da maresia.

Um corpo apenas
Sem respirar.
Espêso corpo
Que é chão do mar.

12. *Marinha*

I

Quando o mar fêz-se inútil como os ventos
E os nossos olhos cegos e vazios,
Reinventei o mar e outros inventos
Como peixes, sereias e navios.
E as hélices do mar e os cataventos
Circulantes nos braços das procelas
Que causaram naufrágios violentos
Nas primeiras e antigas caravelas.
Reinventei o mar, sargaços, ilhas,
E as naus imóveis sôbre as rôtas quilhas,
Que nas praias parecem navegar
Lendas e sonhos, quando os ventos fusos
Sopram nos lábios úmidos dos búzios
E na folhagem líquida do mar.

II

Existe um reino não encontrado
Pelos piratas e navegantes
Dêste maralto que nunca dantes
Foi descoberto nem navegado.
Reino fechado por sete-chaves,

Onde as sereias tocando flautas
Criam as lendas e os argonautas
Com sonhos mortos de antigas naves.
Não há estrêlas, sóis, instrumentos,
Bússolas, mapas, rosa-dos-ventos,
Rotas, roteiros, ou qualquer trilha
Para guiar-nos neste maralto
Reinventado talvez mais alto
Que o baixo nível da própria ilha.

13. *A Ilha*

(Santo Aleixo)

A ilha de Santo Aleixo
De longe chega a formar
Com as ondas das suas fôlhas
Um mar no meio do mar.

Um mar apenas contido
Por outro mar mais espêso
Que não lhe serve de praia
Por lhe servir de começo.

Um mar que nunca se estende
Como lençol ou planície,
Por ter de mar tão-sòmente
O verde da superfície.

Um mar aberto no campo
Qual simples lago ou lagoa,
Que afunda na preamar
Na baixamar sobrevoa.

Um mar que sempre absorve
Por não poder espalhar,
O verde de que se forma
Do verde que forma o mar.

Um mar que não fôsse mar
Mas que existisse contudo,
Seria, se nada fôsse,
O nada dentro de tudo.

Um mar que sempre aparece
Defronte do nosso olhar
Que, farto de tanto verde,
Confunde tudo de mar.

14. *O Galo e a Manhã*

Do canto do galo nascem
As côres da madrugada.
Sob as ondas submersas
(Qual uma virgem despida)
Morre uma estrêla afogada.

A custo, vejo um pedaço
Do limpo disco solar,
(Imenso submarino
Rasgando a flor indefesa
Da superfície do mar.)

Onde era o rosto da noite
Forma-se a face do dia;
Onde era escuro faz claro,
E a luz se firma no espaço
Onde só trevas havia.

Bem antes dos passarinhos
O galo apenas cantou;
Seu canto sêco e metálico
Feito de sons e de plumas
A madrugada formou.

Um vento feito de praia
(Depois que desfez as brumas)
No seu vôo, aéreo e manso,
Traz aos lábios do mar morno
A saliva das espumas.

De substância inflamável
Tôda a manhã se incendia;
(Os mariscos coloridos
São as unhas transparentes
Da mão extensa da areia.)

De sons, silêncios e luzes,
O dia pronto ficou;
Tecido dos fragmentos
Do canto austero do galo
Que há muito silenciou.

15. *O Gato e a Noite*

Havia na noite escura
Um gato da côr da noite,
Cujos olhos espantavam
As trevas, qual um açoite.

Presságio? Mandinga? Agouro?
Quem sabe? Quem adivinha
Se o gato — vinha da noite,
Se a noite — do gato vinha?

Só sei que duas estrêlas
Brilhavam nos olhos seus,
Enquanto a noite de luto
Fechava os olhos dos céus.

Havia muito silêncio.
Mas eu sentia em meu tato
Os pêlos negros da noite
Nos negros pêlos do gato.

Era uma noite tão negra
Que em duas se confundia,
Não sei se a noite aumentava,
Não sei se o gato crescia.

Só sei que daquela noite
Esta verdade perdura:
Um gato da côr da noite
Havia na noite escura.

16. *O Cão*

Fechado dentro do tempo
Comido de solidão,
O cão devora o silêncio,
A noite devora o cão.

Imóvel, como uma pedra
Que houvesse em meio da rua,
O cão goteja varado
Da faca branca da lua.

Nem mesmo o vento noturno
Consegue enriçar seu pêlo,
E o cão engole o silêncio
Sem fôrça para mordê-lo.

As nuvens plúmbeas no espaço
Desenham grandes perdizes.
Do cão as patas fincadas
Parecem quatro raizes.

Seus olhos fosforescentes
Atingem trevas famintas;
A sua língua pendente
Transpassa sombras extintas.

Seu corpo só se limita
Na noite não limitada,
E o seu focinho pressente
O faro da madrugada.

17. *O Canto*

Existe um pássaro
— O rouxinol —
Que canta o canto
Da chuva-sol.

Um canto inteiro
Que se desfia,
Como o sol-prumo
Ao meio-dia.

Um canto exato
Sem ter emenda,
Como um sapato
Sob encomenda.

Um canto sempre
De sons e vento,
Que serve às vezes
Como alimento.

Um canto intenso,
Contínuo, estável,
Feito de um aço
Mais penetrável.

Um canto erguido
Com solidez,
Que não se quebra
Nenhuma vez.

Um canto à mostra
Que se destaca
Como uma lâmina
De espada ou faca.

Um canto aéreo
Como os demais,
Que fere as pedras
Com seus metais.

Um canto aberto
De par em par,
Como janelas
Defronte ao mar.

18. *O Canto da Bigorna*

Bate o martelo
Canta a bigorna,
O mesmo canto
No mesmo tom.
Voam fagulhas
Quais vagalumes;
Ferro no ferro
Eco do som.
Dentro da tenda
O fole sopra
As brasas vivas
Para tornar
O ferro-frio
Semi-moldado

No ferro pronto
Para moldar.
Bate o ferreiro
Canta o trabalho,
Um canto grave
Sincero e bom.
Bate e rebate,
Tine e retine,
Ferro no ferro
Eco do som.
Parece o canto
De uma araponga
Prêsa à bigorna
Do ferrador,
De asas abertas
Sob o martelo
Que arranca o grito
Da sua dor.
Porém o canto
De amor e luta
Invade a terra,
Transpõe o mar.
Talvez, quem sabe?
Tenha a bigorna
Lábios de ferro
Para cantar.

19. *Poemeto Menor*

Menor que Bandeira
Menor que Drummond,
Mais prêto que a noite
Mais branco que a lã,
Irmão da desgraça
Parente da dor,
Nascido da vida

Às vêzes, do amor...
De ferro e de fogo
De luz e de som,
Menor que Bandeira
Menor que Drummond,
De tudo ou de nada
De coisa qualquer,
Da fôrça do homem
Da dor da mulher,
Do efêmero-eterno
Do breve-sem-fim,
De fora do mundo
De dentro de mim,
Da mente tão louca
Tão louca e tão sã,
Da côr do sol-pôsto
Da limpa manhã,
Talvez de uma estrêla
Feliz que morreu,
A vida é meu canto
Meu canto sou eu.
Eu que sou apenas
(Nem mau e nem bom)
Menor que Bandeira
Menor que Drummond.

20. *Poemeto do Tecelão
ou a Canção Tecida*

*A Hermilo Borba Filho,
também tecelão de palavras.*

Tece, tece, tece, tece,
Bem tecida essa canção,
Um a um, fio por fio,
Como faz o tecelão
Que fabrica o seu tecido
De cambraia de algodão.

Prende os fios coloridos
No labor da tua mão,
Tece, tece, tece, tece,
Bem tecida essa canção,
Com carinho, com cuidado,
Com silêncio e solidão.
Tece, tece, que tecendo
Cresce, cresce a fiação,
Urde as formas das estampas,
Firma as côres do padrão,
Roda a roda, tece, tece,
Bem tecida essa canção.
Noite e noite, sempre e sempre,
Nunca inútil, nunca em vão,
Dia a dia te aproximás
Mais e mais da perfeição.
Não te falte uma esperança,
Nem te falte uma razão
Que tecida por ti mesmo
Faz nascer essa canção.
Tece, tece, muito e muito,
Por dever e obrigação,
(Pois tecer é teu ofício
De poeta e tecelão)
Tece como se tecesses
Tua morte ou redenção,
Com amor e sacrifício,
Rapidez e lentidão,
Muito embora ninguém saiba
Que teceste esta canção
Com os fios do teu pranto
No tear do coração.